

MARIA DE FÁTIMA GUEDES CHAVES

**Mulheres migrantes: senhoras de seu destino?
Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação da Profa. Dra. Maria Coleta F. A.
de Oliveira.

MARÇO/2009

Campinas - SP

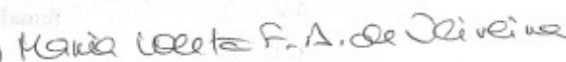
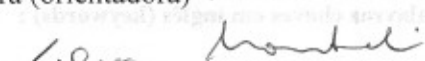
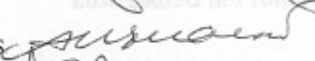
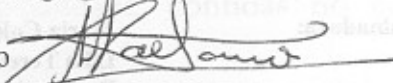
MARIA DE FÁTIMA GUEDES CHAVES

Mulheres migrantes: senhoras de seu destino?
Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05/03/ 2009.

BANCA

Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira (orientadora) 
Profa. Dra. Lilia Terezinha Montali 
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger 
Profa. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus 
Prof. Dr. André Junqueira Caetano 

SUPLENTES

Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone
Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha
Profa. Dra. Gláucia dos Santos Marcondes

MARÇO/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C398m **Chaves, Maria de Fátima Guedes**
Mulheres migrantes : senhoras de seu destino? Uma análise da
migração interna feminina no Brasil: 1981-1991. / Maria de
Fátima Guedes Chaves, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres migrantes – Brasil – 1981-1991. 2. Mobilidade
espacial. 3. Trabalho feminino. 4. Mercado de trabalho -
mulheres. I. Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino de.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

msh/ifch

Título em inglês: Migrant women: master of their fate? An analysis of the
female internal migration in Brazil: 1981-1991.

Palavras chaves em inglês (keywords) : Female migration– Brazil – 1981-1991
Spacial mobility
Women workers
Labor force

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora: **Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira,**
Lilia Terezinha Montali,
Rosana Aparecida Baeninger,
Lucia Maria Machado Bógus,
André Junqueira Caetano.

Data da defesa: 05/03/2009

Programa de Pós-Graduação: Demografia

RESUMO

Baseado nas informações do Censo Demográfico de 1991, este trabalho tem como objetivo identificar algumas das especificidades da migração interna feminina no Brasil nos anos 1980. Apresenta um panorama detalhado dos deslocamentos femininos, por modalidade migratória para todas as Unidades da Federação, especialmente para aquelas que possuem áreas metropolitanas.

As informações censitárias possibilitaram a construção de variáveis explicativas dos deslocamentos por estado conjugal e segundo a posição na família, no momento da migração, permitindo uma aproximação quanto ao grau de autonomia, dependência ou associação da migração feminina. Essa análise mais específica foi realizada para três Unidades da Federação: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os resultados revelam a grande potencialidade das informações censitárias, em especial daquelas sobre nupcialidade, contidas no censo de 1991, para aprofundamento do conhecimento sobre o tema e realçam a importância e características dos deslocamentos de mulheres, nem sempre atrelados à família.

ABSTRACT

Based on the Demographic Census of 1991, this work aims to understand some aspects of the female internal migration in Brasil during the decade of 1980. We analyze the displacements to all the States of the Federation, in particular those that have metropolitan areas. The specific analysis is addressed to three states of the Federation: Pernambuco, Rio de Janeiro and São Paulo.

Looking for connections between marital status, position on the family and characteristics of the displacements, we construct some variables for a better comprehension of the degree of autonomy dependence or association of the migrating movements.

The results had shown the enormous potential of the information, especially those concerning marriage in the census of 1991, to deepen the knowledge on the subject. They also highlight the importance and specificity of women's displacements, which are not always related to their families.

A Maria Aparecida e Murilo, meus pais.

AGRADECIMENTOS

O trabalho da tese e seus agradecimentos são partes de um mesmo corpo com objetivos opostos. Enquanto para a primeira é imprescindível a condição de originalidade, os agradecimentos tratam de um assunto comum, a fé. A realização de uma tese é um processo solitário e, entretanto, só é possível passar por ele com o aval e a confiança dados pelos que cercam o autor, sejam eles instituições ou pessoas.

Por isso, meus imensos agradecimentos:

A minha orientadora, Maria Coleta F. A. de Oliveira, extremamente tolerante quanto às minhas dificuldades e receios e hábil em contorná-las.

Ao José Marcos, em cuja companhia iniciei os trabalhos na área temática e que me indicou caminhos para abordá-lo.

A Rosana Baeninger que, com a generosidade que lhe é peculiar, me sugeriu o tema e me fez reconhecer sua importância, e me abriu espaços de trabalho.

A todos os colegas de doutorado, pelo companheirismo e amizade que construímos nesses muitos anos.

Ao pessoal do NEPO, instituição que me apoiou de forma decisiva.

A Adriana, que fez a normalização bibliográfica.

Ao CNPQ, de cuja bolsa de doutorado me beneficieei.

A minhas irmãs e irmão, a meus amigos, todos incansáveis incentivadores desse trabalho.

A Tirza, amiga querida de todas as horas e todos os assuntos, que conseguiu transformar minhas idéias em informações concretas, com paciência, amizade e competência.

Ao Ricardo, que conseguiu com maestria, jogar os papéis de companheiro e professor.

A minhas filhas Teresa e Lucia, meus amores, que iniciam sua vida profissional com maturidade e competência, e que, orgulhosamente posso dizer, foram decisivas para o término dessa empreitada com seus exemplos no enfrentamento de seus próprios desafios.

|

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT	iv
SUMÁRIO	ix
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
 CAPÍTULO 1: <u>MIGRAÇÃO FEMININA: CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO</u>	
<u>RECENTE</u>	9
1.1 INTRODUÇÃO	9
1.2 ASPECTOS GERAIS DA MIGRAÇÃO FEMININA	10
1.3 UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS ESTADOS UNIDOS	14
1.4 ASPECTOS GERAIS DA MIGRAÇÃO FEMININA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NA MIGRAÇÃO INTERNA, EM ESPECIAL DA PRODUÇÃO LATINO-AMERICANA	22
 CAPÍTULO 2: <u>METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÃO</u>	
35	
 CAPÍTULO 3: <u>A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL</u>	
<u>– 1981/1991</u>	47
3.1 INTRODUÇÃO	47
3.2 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL – 1981/1991	50
3.3 MIGRAÇÕES PARA E DENTRO DAS ÁREAS METROPOLITANAS	66
3.4 MOVIMENTOS INTRAMETROPOLITANOS	69

CAPÍTULO 4: <u>MIGRAÇÃO FEMININA: DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA</u>	77
4.1	
INTRODUÇÃO.....	77
4.2 ESTADO CONJUGAL AO MIGRAR.....	78
4.3 ANÁLISE DOS MIGRANTES POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO NA ÉPOCA DO CENSO, SEGUNDO ESTADO CONJUGAL AO MIGRAR.....	80
4.3.1 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM SOLTEIROS.....	80
4.3.2 MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM SOLTEIROS.....	90
4.3.3 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM SEPARADOS.....	103
4.3.4 MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM SEPARADOS.....	108
4.3.5 CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM CASADOS.....	113
4.3.6 MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM CASADOS.....	115
4.4 MIGRAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	119
4.4.1 INTRODUÇÃO	119
4.4.2 PANORAMA DE OCUPAÇÃO DAS MULHERES MIGRANTES, POR ESTADO CONJUGAL.....	123
<u>CONCLUSÕES</u>	135
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	147

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1	Razão de sexo e distribuição etária das populações residente e migrante. Brasil, 1991.....	50
Tabela 3.2	Razão de sexo por movimento migratório. Brasil, 1991.....	54
Tabela 3.3	Razão de sexo por tipo de migração Áreas selecionadas. Brasil, 1981/1991.....	61
Tabela 3.4	Movimentos migratórios. Estados Metropolitanos, 1981/91.....	67
Tabela 3.5	Movimentos migratórios intra-estaduais e intrametropolitanos. Estados Metropolitanos, 1981/1991.....	68
Tabela 3.6	Distribuição relativa da migração segundo tipo de movimento. Regiões Metropolitanas, 1981/1991.....	70
Tabela 3.7	Razão de sexo da migração segundo tipo de movimento. Regiões Metropolitanas, 1981/1991.....	74
Tabela 4.1	Situação conjugal ao migrar, por sexo e área de destino. População migrante* com 15 anos e mais. Estados Selecionados, 1991.....	79
Tabela 4.2	Situação conjugal ao migrar, por sexo e área de destino. População migrante com 15 anos e mais. Estados Selecionados, 1991.....	80
Tabela 4.3	Distribuição etária por sexo e razão de sexo por faixa etária dos solteiros ao migrar. Estados Selecionados, 1991.....	81
Tabela 4.4	Distribuição dos solteiros ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio atual. Estados Selecionados, 1991.....	82

Tabela 4.5	Distribuição das mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar, por modalidade migratória, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	91
Tabela 4.6	Distribuição das mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar, por condição no domicílio atual, segundo modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	92
Tabela 4.7	Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das empregadas domésticas, residentes no emprego, que migraram solteiras, por modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	93
Tabela 4.8	Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das filhas que migraram solteiras, por modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	94
Tabela 4.9	Distribuição dos migrantes recentes, solteiros ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por sexo e destino. Estados Seleccionados, 1991.....	97
Tabela 4.10	Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória. Rio de Janeiro, 1991.....	99
Tabela 4.11	Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória. São Paulo, 1991.....	100
Tabela 4.12	Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória. Pernambuco, 1991.....	101
Tabela 4.13	Distribuição dos separados ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	104
Tabela 4.14	Distribuição dos separados ao migrar, por sexo e faixa etária, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	105

Tabela 4.15	Distribuição dos migrantes recentes, separados ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	107
Tabela 4.16	Distribuição das mulheres migrantes recentes, separadas ao migrar, segundo modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	109
Tabela 4.17	Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das filhas que migraram separadas, por modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	111
Tabela 4.18	Distribuição dos migrantes recentes, separados ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por sexo e destino. Estados Seleccionados, 1991.....	112
Tabela 4.19	Distribuição dos migrantes recentes, casados ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	114
Tabela 4.20	Distribuição das mulheres migrantes recentes, casadas ao migrar, segundo modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	115
Tabela 4.21	Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das cônjuges e filhas que migraram casadas, por modalidade migratória. Estados Seleccionados, 1991.....	116
Tabela 4.22	Distribuição dos migrantes recentes, casados ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por sexo e destino. Estados Seleccionados, 1991.....	118
Tabela 4.23	Proporção dos ocupados dentre os solteiros ao migrar. Estados Seleccionados, 1991.....	124
Tabela 4.24	Ocupadas dentre as solteiras a migrar por setor de atividade, por tempo de residência. Estados Seleccionados, 1991.....	125

Tabela 4.25	Posição na ocupação dentre os solteiros a migrar, por sexo e tempo de residência. Estados Seleccionados, 1991.....	127
Tabela 4.26	Ocupação no emprego doméstico para as solteiras ao migrar, por tipo de informação e tempo de residência . Estados Seleccionados, 1991.....	128
Tabela 4.27	Mulheres migrantes por posição na ocupação, segundo estado conjugal ao migrar e posição no domicílio. Estados Seleccionados, 1991.....	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1	Razão de sexo para migração interestadual, por faixa etária e UFs. Brasil, 1981/91.....	58
Figura 3.2	Razão de sexo para migração intra-estadual e imigração interestadual, por faixa etária e UFs. Brasil, 1981/91.....	59
Figura 3.3	Razão de sexo para a migração intra-estadual por área de destino. Estados com Regiões Metropolitanas, 1981/91.....	69
Figura 3.4	Distribuição da migração intrametropolitana. Regiões Metropolitanas, 1981/1991.....	73
Figura 4.1	Distribuição dos solteiros ao migrar (totais e recentes) por sexo, segundo condição no domicílio atual. Estados Seleccionados, 1991.....	86

INTRODUÇÃO

O início deste texto se propõe a uma recuperação das razões, caminhos e descaminhos pelos quais passou este trabalho.

Desde sempre o tema da migração, desde o início os deslocamentos para a área metropolitana. Como o destino era primordialmente São Paulo, em princípio colocou-se a visão da migração de indivíduos mais qualificados, uma vez que essa área via reduzido o seu status de centro industrial do país e assumia a posição de centralidade no setor serviços, especialmente aqueles de maior desenvolvimento tecnológico. O censo de 1991 retratava outra transição no comportamento dessa metrópole: pela primeira vez em muito tempo seu saldo migratório apresentava-se negativo. A interpretação primeira, de que os indivíduos a ela chegavam em menor número, deu lugar a outra mais elaborada na qual, ainda considerada um local centralizador, teve reduzida sua capacidade de fixar população, de forma que parte das pessoas que a ela acorriam a usavam como etapa migratória, destinando-se para outras áreas. Paralelamente a essa situação, outro aspecto chamava atenção e, por sua vez, tornou-se objeto de estudos nessa área da demografia: os movimentos de retorno, especialmente para as principais regiões originárias desses migrantes. Todos esses fatores somados, talvez não fosse o momento de estudar a migração com destino à essa cidade; outros aspectos se apresentavam mais instigantes...

Associada a eles, mas decorrente de outras razões, acrescentou-se a questão das mulheres migrantes, como visualizá-las nos deslocamentos? O papel que ocupavam na família e na sociedade sofria mudanças, ampliavam-se as possibilidades de inserção no espaço público, o número de filhos podia ser mais controlado, outros desejos podiam ser realizados... Por que pensá-las então apenas na migração familiar, perpetuando uma visão que, em outros âmbitos, já se via ultrapassada?

Quando se fala migração, fala-se “o migrante”, um ente de sexo indeterminado, agente assexuado do processo. Entretanto, quando se estuda a migração, a referência primeira, mesmo a segunda interpretação, automaticamente reveste o migrante com a configuração masculina (BOYD, 2006). Um dos reflexos desse enfoque é a colocação da mulher em plano secundário, seja em seu deslocamento, seja no pensar o processo decisório de quem, quando e como irá realizar tal deslocamento. O resultado é que o estudo da migração por sexo continua considerado apenas superficialmente, não faz parte da agenda, e o padrão dos estudos migratórios perpetua o masculino.

Outros países da América Latina, em fases semelhantes de desenvolvimento e urbanização, se ocuparam desse tema durante a década de 1980. Por que o Brasil, com intensa migração interna, intenso ritmo de urbanização e de queda da fecundidade deixa essa questão à parte do debate?

Da mesma forma que outros processos demográficos, a migração, mais especificamente a migração feminina, também não pode ser analisada de forma geral, sob pena de encobrir peculiaridades que melhor a caracterizariam e a descreveriam. Como será visto adiante, particularidades são apontadas em diferentes movimentos e áreas. Cada local de origem se diferencia por seus costumes, suas deficiências e suas vantagens, da mesma forma que possíveis destinos apresentam distintas oportunidades e diversos desafios.

Para algumas mulheres, como mostrou Jacquet (2000) em seu artigo sobre as empregadas domésticas em Fortaleza oriundas de áreas rurais do Ceará, esse deslocamento pode representar ampliação de horizontes, melhores oportunidades, obtenção de educação de melhor padrão - ainda que não necessariamente formal -, mesmo que isso signifique o trabalho doméstico. De entrevistas com essas trabalhadoras, a autora torna explícito que essa inserção - mesmo sendo precária-, possibilita um aprendizado sobre regras de comportamento social, muitas vezes reforçando as probabilidades de um casamento mais vantajoso do que aquele que eventualmente as esperaria em sua área de origem (JACQUET, 2000).

Para parte das mulheres que se deslocam para áreas metropolitanas se inserindo no emprego doméstico há, de concreto, a promoção de sua qualidade de vida, seja pelo maior respeito às leis que regulamentam essa profissão, por sua melhor remuneração, mas também pelo fato dessas cidades proporcionarem

maior oferta e facilidade de acesso aos serviços públicos em áreas como a de saúde e educação. Com isso, mais senhoras de seu destino, possibilitam à sua descendência, além da condição de migrante, melhores oportunidades de vida. O retorno à área ou estado de origem com chances de melhor inserção, ao menos em relação às que lá ficaram, é outra possibilidade que se coloca para essas mulheres, possivelmente já melhor qualificadas após certo tempo de permanência. Em outras palavras, além da pretensão da melhoria econômica, para essas mulheres ainda pode caber a visão da migração como possibilidade de mobilidade social.

As áreas metropolitanas também são referências de destino para as migrantes de maior qualificação. Maior opção de cursos, profissões de maior atrativo lá se encontram; laboratórios mais completos, pesquisas de ponta, ensino e profissionais de maior renome em geral se fixam nessas áreas. Trabalho para todas, provavelmente não. E provavelmente nem é esse o desejo; nem todas que partem supõem seu destino como definitivo.

Há também as que migram com seus maridos, as que migram para encontrar seus parceiros migrantes, as que migram como filhas... São tantas as possibilidades, como saber um pouco mais dessas mulheres?

Já em 1885, analisando os processos migratórios no Reino Unido, Ravenstein (1885) apontava para a importância da migração feminina. Segundo ele, esses movimentos se encontravam nos deslocamentos entre condados

vizinhos, como *proxi* de curta distância. Mas distância é uma variável de difícil consideração, com dimensões as mais diversas. Em geral, nos estudos migratórios, as distâncias são dadas por condições administrativas, muitas vezes não condizentes com seus efetivos geográficos e/ou culturais. Em outras palavras, migrar de um estado para outro, por exemplo, representa um intervalo no qual cabe uma grande variedade na quantidade de quilômetros, nas facilidades de acesso/locomotoção ou mesmo na inserção no destino, seja ela no mercado de trabalho ou social. Além disso, tais dimensões se modificam com o tempo. O que significa a distância nos tempos mais recentes, com o advento de novos meios de comunicação e maior facilidade de transporte?

Entretanto, havendo convencimento sobre a relevância do tema nos estudos migratórios, onde buscar essas informações? Seguramente, seria imperativo incluir subsídios que considerassem, inclusive, a possibilidade de deslocamentos com vistas à maior autonomia para, com essas informações, incrementar com outras alternativas o papel de agente passivo -atualmente a visão predominante- da mulher na migração.

Ao pensar na intensidade ou possibilidade da migração feminina como parte do processo de crescimento e inserção da mulher na sociedade surgem as primeiras inquietações. Quem seriam essas mulheres? Aquelas que são de uma ou outra forma responsáveis pela família? As sem filhos, ou as que têm com quem deixá-los? As que consideram reduzidas as chances de crescimento profissional

ou educacional em suas áreas de origem e se sentem capazes de enfrentar o desafio de buscar mais conhecimento em cidades que não são as suas? As dificuldades seriam mais facilmente superadas pelas detentoras de maiores sonhos ou por aquelas com menos impedimentos? Dentre as primeiras, é provável que estejam todas; dentre as últimas, as maiores chances seriam de encontrar mulheres solteiras e talvez uma parcela representativa de separadas ou mesmo viúvas.

O estudo do questionário do censo se dava em simultâneo ao surgimento dessas questões; embora já um pouco distantes, menos no tempo e bastante na velocidade das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade brasileira em praticamente todos os seus aspectos, as informações do Censo de 1991 eram, dentre as censitárias, as últimas disponíveis à época em que se iniciou esse estudo. Embora os Censos Demográficos sejam a fonte de dados secundários básica para a análise da migração interna no Brasil, neles não se distinguem nem razões do deslocamento, nem como eles ocorrem, isto é, se com a família ou não.

Entretanto, com vistas ao estudo mais aprofundado da nupcialidade, foram inseridas novas perguntas para os indivíduos com pelo menos 15 anos de idade no questionário da amostra do Censo de 1991. Inquiriam sobre o estado conjugal atual, a idade em que se inseriram nesse estado e também a idade da primeira união. Com base nessas informações, acrescidas da idade do indivíduo à época do censo e de seu tempo de permanência no município de residência foi

possível a criação da variável “estado conjugal ao migrar”. Começava a se tornar mais concreta a possibilidade deste estudo para a verificação das premissas acima.

O que foi realizado a partir daí foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro faz uma revisão bibliográfica sobre a migração interna feminina, com foco na produção realizada na América Latina, onde esse tema foi estudado à semelhança do que será visto aqui, isto é, com o objetivo de distinguir nos deslocamentos femininos suas origens, para onde iam e de que forma se inseriam as mulheres migrantes no trabalho e na educação. Revê também parte da produção sobre migração internacional – principalmente para os Estados Unidos-, por sua procura em aprofundar os estudos sobre a participação das mulheres nos processos migratórios internacionais e, especialmente, por abordar a relação entre migração e gênero. Em seguida, o segundo capítulo traz a descrição das variáveis utilizadas nesse estudo e apresenta a metodologia para a criação da variável “estado conjugal ao migrar”. As razões de sexo dos fluxos migratórios no Brasil, no período 1980-91, por faixa etária, modalidade migratória, Unidades da Federação de origem e destino, com a finalidade de identificar os movimentos com maiores proporções de mulheres, são encontradas no terceiro capítulo. Considerando o estado conjugal ao migrar, a posição no domicílio nas áreas de destino, o tempo de migração em relação ao chefe do domicílio e a inserção no mercado de trabalho, o quarto capítulo analisa a migração feminina para os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo

na década de 1980. A escolha dos dois primeiros se deu pela predominância feminina em sua migração, além de possuírem mercado de trabalho mais amplo no setor terciário, o que possibilita maiores oportunidades de empregos para as mulheres. Esta última característica é também encontrada em São Paulo que, apesar disso, não vê refletida em sua migração a mesma relação de deslocamentos femininos frente aos masculinos, funcionando então como contraponto às duas primeiras Unidades da Federação estudadas. Por último, apresenta-se a conclusão com os resultados e questões mais relevantes levantadas ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÃO FEMININA: CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO RECENTE.

1.1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi, para a demografia brasileira, um período profícuo de análises sobre as migrações internas caracterizado pela excelência dos estudos realizados pelos membros da Associação Brasileira de Estudos de População/ ABEP. Entretanto, dentre os múltiplos enfoques sob os quais já foi estudada a migração interna no Brasil, vislumbra-se ainda certa lacuna no aprofundamento da questão da seletividade migratória por sexo. Esta abordagem, necessária quando se deseja conhecer melhor a composição dos fluxos, é primordial se a pretensão é promover maior visibilidade aos movimentos realizados pelas mulheres.

No Brasil, apesar do reconhecimento da intensa participação das mulheres nas migrações internas, a migração feminina não mobilizou nenhum estudo mais específico sobre o tema, à exceção de Cackley (1993) que, sob a ótica econômica dos diferenciais salariais nos locais de origem e destino, compara as probabilidades de migrar para mulheres e homens casados(as) e solteiros(as) e Camarano e Abramovay (1998) que abordam a migração feminina rural urbana a

partir do envelhecimento demográfico e do alto índice de masculinidade das áreas rurais.¹ No âmbito das migrações internacionais tem-se como referência o trabalho de Castro (1985) sobre as mulheres latinas nos Estados Unidos.

Entretanto, a forte tradição em estudos migratórios, as altas taxas de participação feminina nos deslocamentos internos e a progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho são fatores que justificam o conhecimento mais aprofundado desses movimentos no Brasil.

1.2 ASPECTOS GERAIS DA MIGRAÇÃO FEMININA:

Fins matrimoniais, acompanhar o marido e reintegrar a família, motivações econômicas, busca de independência, motivações profissionais, por que migram as mulheres? Movimentos associados a deslocamentos familiares ou autônomos, como são realizados?

A primeira situação - de deslocamentos familiares - promove interesses específicos, razão pela qual gerou estudos mais numerosos em regiões menos desenvolvidas da Ásia e África, onde são mais comuns fluxos rurais de migração interna associados a contextos de casamento exogâmico e patrilocal (PREMI, 1989 *apud* HUGO, 1999). Ainda assim, na Índia, a partir da década de 80, informações

¹ De forma indireta, o trabalho de Goza *et al.* (1993) enfoca as conseqüências, em sua maioria negativas, na situação sócio-econômica das mulheres e crianças no local de origem a partir da migração sazonal dos chefes de domicílio no Vale do Jequitinhonha, MG.

censitárias permitem observar uma transição no comportamento dos fluxos urbanos, uma vez que as mulheres passam a predominar nas correntes migratórias de curta distância, enquanto os homens continuam maioria nos deslocamentos de longa distância (HUGO, 1999).

O mesmo autor dá visibilidade a quatro grupos na migração feminina em direção às grandes cidades de países asiáticos, o mais intenso formado por mulheres de escolaridade mais baixa trabalhando no serviço doméstico, no mercado informal e também na prostituição. A seguir, numa tendência crescente, participam as mulheres de níveis educacionais intermediários, solteiras, para trabalhar nas indústrias deslocadas dos países desenvolvidos. Ainda sob o corte da escolaridade, há também as que vão para as cidades em busca de ensino mais avançado e empregos de mais alto padrão. Posicionadas pelo autor em último lugar estão aquelas consideradas dependentes, freqüentemente caracterizadas pelo deslocamento acompanhando ou na companhia de homens, provavelmente parentes. No que diz respeito às razões da migração, Hugo (1999) considera similar o leque de explicações para homens e mulheres, variando a ênfase atribuída a essas explicações, a depender da teoria em que se baseia o estudo. Assim, diferenças salariais entre regiões, consideradas importantes nas teorias neoclássicas que privilegiam a decisão individual, fariam mais sentido em análises sobre a migração masculina, enquanto que as que enfatizam a economia

doméstica e consideram o movimento como resultante de uma decisão mais coletiva seriam mais adequadas ao estudo do deslocamento das mulheres (HUGO, 1999).

Análises que têm como base as redes sociais enfatizam sua importância na migração feminina; o contínuo desses movimentos cria no destino uma comunidade que se apresenta com dupla função para a comunidade de origem: protege, acolhe e ampara as migrantes, ao mesmo tempo em que zela para que seu comportamento reflita as tradições e os costumes das áreas de origem. Funcionam assim como facilitadoras da migração feminina, relaxando impeditivos e possibilitando a permissão das famílias para a migração de suas mulheres (HUGO, 1999; DONATO, 1993). Outros autores consideram a relevância das redes sociais ainda maior na migração feminina porque muitas vezes elas se particularizam por gênero, isto é, constituem-se apenas de mulheres e aí atuam de forma significativa no atendimento a necessidades específicas das migrantes, ao mesmo tempo em que acolhem e protegem aquelas que buscam na migração uma forma para escapar das amarras da sociedade de origem (LINDSTROM, 1991, *apud* DONATO, 1993) .

Vista dessa forma, a migração feminina incorpora facilmente o viés de liberdade: a mulher sairia da proteção cotidiana familiar em busca de uma vida mais autônoma num outro destino. Sendo assim, migrar seria crescer e se

independer. Entretanto, generalidades tamanhas não se ajustam a todas as migrantes. Sem dúvida, algumas características da migração atuam no sentido de melhorar a condição de vida das mulheres: o deslocamento autônomo, a maior escolaridade, a inserção no mercado formal. Porém, essas seriam conjunções que afetariam positivamente a condição de vida de qualquer um, homem ou mulher, o que alteraria o motivo do deslocamento “migrar para ficar bem”, muitas vezes vital, para “migrar para ficar ainda melhor”, necessidade que não parece tão premente.

As razões da migração feminina alegadas com mais frequência são as de cunho associativo - quando o deslocamento se dá para acompanhar o marido e/ou a família (BILSBORROW, 1993b). Sendo esta a razão principal, torna-se mais fácil compreender a reduzida atenção recebida pelas mulheres nos estudos sobre migração. Entretanto, como aponta Morokvasic (1984), mesmo as migrações com fins matrimoniais nem sempre excluem motivações de cunho econômico.

“The distinction between migration for marriage purposes and autonomous female migration has frequently lead to the assumption that there is no need to explain it: in the first case women are just passive “followers”, in the other, since the economic reasons predominate (Pinto, 1981) it was assumed as Thadani and Todaro perceptively pointed out “that patterns of female migration are likely to mirror in those of male migration, that is, that the potential differences between male and female migration are not likely to be of theoretical or empirical significance (1978:4)”. (Morokvasic, 1984, p. 897)

São múltiplos os motivos a explicar a frequência com que essas razões aparecem: vão desde a maneira como é caracterizado o trabalho, são justificativas

com maior poder de aceitação dado que muitas vezes encobrem intenções que em muitas sociedades de origem podem não ser facilitadoras da migração, ou até por restrições às respostas dos questionários de pesquisa (BILSBORROW , 1993b)².

1.3 UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA OS ESTADOS UNIDOS.

A invisibilidade das mulheres nos estudos de migração tem suas raízes na prevalência de certo descaso no que diz respeito à importância da condição social feminina, acrescida de certo vagar na incorporação de mudanças que acontecem desde pelo menos os anos 70 no status e papel da mulher na sociedade. (BILSBORROW, 1993b) Tais fatores, associados à maior representatividade feminina em movimentos de curta distância - nem sempre contemplados nos estudos sobre migração em função das dimensões que caracterizam os limites administrativos que definem o conceito de migrante, são decisivos na definição

² “There is no denying, however, that although more women are migrating for ostensibly economic reasons, the vast majority do so for reasons that researchers have categorized as “associational”, that is, non- economic... Yet, given the limited economic opportunities open to women in many societies, it seems acceptable and realistic, if not perfectly accurate, that women are generally reported to migrate to get married, join or accompany their husbands, leave their husbands, join or accompany their families and so on.” (Bilborrow, 1993b, p:3)

“In terms of disciplines the field of economics with its conceptualization of what constitutes work has had an important influence in marginalizing women in general and female migrants in particular as subjects of study. As Waring (1988) notes, many of the activities in which women play a dominant role are not considered work because they do not produce a monetary income. ... Instead, by focusing mainly on the traditional economic aspects of migration, migration theory and research have greatly contributed to the invisibility of migrant women or, as several of the chapters in this volume illustrate, have prompted researchers to highlight only those aspects of female migration which are more easily amenable to fit the traditional economic mould.” (Bilborrow, 1993b, p:3)

de tal panorama ³ (HUGO, 1999; BILSBORROW, 1993b; ALEXANDER *et al*, 2008).

A falta de dados ou de estudos empíricos não justifica essa lacuna. Se assim fosse, as análises feitas sobre remessas, algumas delas comparando esse procedimento dos migrantes por sexo, não poderiam ter sido elaboradas (PIZARRO, 2003).

A visão do papel secundário das mulheres nos movimentos migratórios se altera na década de 1980 em função dos deslocamentos internacionais de mão de obra decorrentes dos processos de globalização, e a análise da seletividade migratória torna-se mais freqüente a partir dos estudos das migrações internacionais. Incorporadas ao mundo do trabalho em função das alterações econômicas mundiais, as mulheres se tornam personagens importantes desses deslocamentos, especialmente na migração do Sul para o Norte. São consideradas mão de obra preferencial pelas empresas de manufaturados leves (eletrônicos, roupas, brinquedos, sapatos, etc...) das zonas de livre comércio, acompanhando a estereotípia em vigor de que, dada sua condição feminina, se ajustariam melhor a tarefas repetitivas e minuciosas e trabalhariam em troca de salários mais baixos, sem proteção da legislação, facilitando os trâmites burocráticos e custos

³ “One may ask why the movement of so many millions of persons has failed to attract more attention from the research community. To answer this question, one needs to consider the situation of women in most societies. In the home, women typically own few assets and earn no income; and economically active women tend to be concentrated in low paying occupations with little prestige. In many countries, women’s education still lags behind that of men. Few women are entrepreneurs, investors, lawyers, journalist, physicians, high-level government officials or politicians. Although the situation is changing, women still lack a voice in decision making, especially in the most important areas of economic, civil or political life. Is it surprising that they attract little attention when they migrate by the millions to make a new life for themselves and for their families?” (Bilborrow, 1993b, p:3)

financeiros de contratação e demissão (GUEST, 1994, *apud* HUGO, 1999; SZASZ, 1993).

Análises sobre inserções laborais nos países de destino apontam uma concentração ocupacional de mulheres no emprego doméstico⁴, empresas familiares ou de comunidades de origem, em geral no setor informal. Mas também indicam presença crescente em trabalhos mais qualificados, ainda que em ocupações geralmente reservadas às mulheres pela construção social de gênero, como enfermeiras e paramédicas ou em indústrias têxteis. A vulnerabilidade dessas mulheres no mercado de trabalho, estreitamente ligada à inserção laboral, se vê acrescida de seu status migratório, ambos colaborando no sentido de uma menor proteção a essa comunidade trabalhadora.

Ainda assim, estudiosos da migração feminina concordam que as análises já realizadas se ressentem de abordagens mais condizentes à realidade enfrentada pelas mulheres. Pizarro (2003, p.47) aponta que os estudos sobre migração feminina obedecem “la clásica distribución de trabajo por género” e, portanto, correm o risco de não considerar de forma extensiva todos os aspectos vinculados a esses movimentos, pois haveria em sua análise a ausência de perspectiva masculina. Um entrave praticamente unânime apontado pelos

⁴ Lim (1998, *apud* Pizarro, 2003) coloca que o envelhecimento das sociedades e a crescente integração das mulheres ao mercado de trabalho favorece o emprego de muitas migrantes de países em desenvolvimento como empregadas domésticas.

estudiosos é de que as teorias sobre migração se apoiam na visão masculina da mobilidade, cujo padrão é o deslocamento de jovens adultos na busca de oportunidades de emprego formal (MOROKVASIC, 1984; PIZARRO, 2003); embora a busca de trabalho seja importante motivação, na migração feminina são também relevantes os fatores não econômicos entre os seus determinantes (MOROKVASIC, 1984; BILAC, 1995; CHANT, 2003 e JIMÉNEZ, 1998 *apud* PIZZARRO, 2003, p.51). Análises e fontes de dados se ressentiriam desse viés.

Mesmo sendo similares os processos que atuam sobre as migrações masculina e feminina, seus impactos se diferenciam por gênero (PIZARRO, 2003, BOYD E GRIECO, 2003). Na decisão de migrar, por exemplo, os condicionantes de gênero relativos à posição social ocupada no local de origem, às condições do mercado de trabalho, às normas culturais nos lugares de origem e destino, ao estado conjugal, ao fato de ter ou não filhos, pesam mais sobre as mulheres (SZASZ, 1993), ainda mais quando se acredita que, em decorrência das alterações por que passam as estruturas familiares “*las causas de la migración de mujeres estén cada vez más vinculadas con la ruptura o ausencia de vínculos con un varón, la poliginia y la soltería, en un contexto de cambio de roles en la familia*” (MORA, 2002, *apud* PIZARRO, 2003, p.51).

Daí a necessidade, apontada pelos estudiosos da migração feminina, da perspectiva de gênero nos estudos de migração em geral, a criar bases para

abordar os diferentes comportamentos das variáveis consideradas, a depender do meio sociocultural de origem desses migrantes, sejam eles mulheres ou homens e não simplesmente agregá-la como mais uma característica inserida sob a forma de variável independente (ORTIZ, 1996; KANAIAUPUNI, 2000; PIZARRO, 2003; GRIECO E BOYD, 1998).

Com a contemplação de toda essa diversidade, vem a impossibilidade de generalização desses deslocamentos. Estudos realizados até agora, especialmente aqueles que tratam da migração internacional de mulheres, sinalizam ser imprescindível o conhecimento do papel exercido pela mulher na sociedade de origem para o aprofundamento dessas análises (ORTIZ, 1996; GURAK E KRITZ, 1996). Mais do que qualquer outro motivo, a diversidade encontrada nos movimentos femininos se deve aos aspectos socioculturais de seus locais de origem. Esta é uma explicação concreta da conduta diferencial de mulheres com características sociodemográficas semelhantes: tentar analisar seu comportamento para fazer dele um padrão não parece ser possível nem desejável. Os trabalhos de Ortiz (1996) e Summerfield (1996) são exemplares neste aspecto.

Ao estudar a migração feminina de Porto Rico para os Estados Unidos, Ortiz (1996) mantém em toda sua análise um paralelo com o trabalho de Grasmuck e Pessar (1991), que também buscaram entender a migração das mulheres dominicanas para o mesmo destino. Na comparação, a autora encontra

diferentes condutas num mesmo país de destino para essas mulheres migrantes de ambas as nacionalidades, além de reações distintas frente à possibilidade de retorno para suas origens. Por exemplo, dentre as mulheres que migraram para acompanhar a família, seria de se esperar que as dominicanas e as porto-riquenhas, tendo em comum a cultura de origem hispânica, se dispusessem de maneira similar a voltar para seus países acompanhando o retorno de seus cônjuges. Entretanto, as observações realizadas não corresponderam a essa suposição e pelo menos uma diferença fundamental foi encontrada nos dois estudos. De acordo com Ortiz (1996), no trabalho referido acima, Grasmuck e Pessar (1991) constatavam que as mulheres dominicanas usufruíam de maior independência em Nova York do que em seu país, o que reduzia as motivações para retornar à República Dominicana. Esta situação freqüentemente levava a um rompimento da relação conjugal, com o retorno dos homens à seu país de origem e a permanência das mulheres em Nova York. Este seria um dos motivos pelos quais Ortiz (1996) esperaria que as mulheres porto-riquenhas, de relações conjugais recentemente interrompidas em NY, também seriam menos propensas a voltar à ilha natal. Entretanto, seus achados mostraram que tais mulheres apresentavam maior probabilidade de retorno do que as mulheres casadas. Uma das explicações encontrada pela autora para essa diferença se baseava nos níveis dos papéis de gênero tradicionais que caracterizam esses dois países. Assim, se papéis mais tradicionais esperam a mulher na República Dominicana, então

maior seria sua aversão ao risco de retorno⁵. Pode também ter peso nessa diferença as maiores dificuldades para migrar enfrentadas pelas mulheres da República Dominicana, o que contribuiria para sua maior hesitação em retornar. Em Porto Rico, ao contrário, políticas governamentais nos anos 1950 haviam promovido o encorajamento da migração e o controle da natalidade para contornar a questão da população numerosa.

Numa continuação dos trabalhos de Tienda e Glass (1985), Gurak e Kritz (1996) analisaram, por sua vez, a participação da força de trabalho feminina de grupos de imigrantes dominicanas como resposta à composição domiciliar em Nova York. Segundo as autoras, o contexto na área de destino interfere no comportamento das mulheres migrantes, a ponto de muitas vezes sobrepor-se aos aspectos culturais da sociedade de origem. As maiores facilidades institucionais (assistência pública) com foco nas mulheres com filhos e sem marido encontradas em Nova York atuavam de forma a desestimular o trabalho das mulheres migrantes nessa situação familiar, já que o estado colabora em sua sobrevivência, enquanto que na República Dominicana esse suporte, quando necessário, vem de relações familiares ou de amizade. Por outro lado, essa atuação do estado pode ser vista como incentivadora do trabalho feminino das

⁵ Numa outra situação de migração feminina, as mulheres somalianas e as bengalis residentes em Londres, em consequência de papéis culturais distintos assumidos em seu

mulheres casadas, já que dividem com o estado a questão da criação e educação dos filhos. Dessa forma, enquanto que na República Dominicana, o papel de provedor da família praticamente se restringe aos homens, em Nova York as mulheres e homens se sentem mais livres para atuar de forma conjunta na manutenção familiar.

A composição familiar se faz importante na migração feminina, como mostra a resposta frente a presença de um homem adulto, esposo ou não, atuando de forma particular nos dois contextos. Se a análise abarca as mulheres dominicanas morando em seu país, tal presença reduz suas chances de participar do mercado de trabalho. O oposto acontece se elas são imigrantes dominicanas em Nova York. Neste caso a presença do homem incide positivamente na participação feminina na força de trabalho, tornando-a similar à das mulheres que não tem maridos nem filhos. Nesta comparação, as mulheres casadas e com filhos, mas sem presença adulta masculina é que apresentam menores chances de participar do mercado de trabalho. Para os autores essas dinâmicas distintas se devem a fatores estruturais nos dois contextos regionais, isto é, na República Dominicana e em Nova York.

país de origem, também apresentam motivações e comportamentos distintos quanto ao retorno à seus países (Summerfield, 1996).

Esses trabalhos relacionam a composição do domicílio e as diferentes possibilidades oferecidas em ambos os contextos de origem e destino, ponderando que, talvez mais provável que uma específica seletividade, na migração feminina é o contexto que influencia o comportamento social. O trabalho da mulher não é encorajado a não ser quando inevitável, segundo as normas sociais vigentes na República Dominicana, mas a realidade da vida migrante em Nova York interfere nesse posicionamento, tornando a possibilidade de renda múltipla uma estratégia de sobrevivência mais comum, necessária especialmente pelo alto custo de vida e facilitada pela presença de diversas oportunidades de emprego (formal ou informal). Nestes casos, o emprego feminino funcionaria também como mantenedor de uniões mais estáveis em Nova York.

1.4 ASPECTOS GERAIS DA MIGRAÇÃO FEMININA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO NA MIGRAÇÃO INTERNA, EM ESPECIAL DA PRODUÇÃO LATINO-AMERICANA.

Segundo Khoo *et al.*(1984), as primeiras pesquisas sobre migração feminina foram realizadas na América Latina. O interesse sobre o tema se dá desde a década de setenta, originado pela detecção de forte presença feminina nos fluxos

migratórios rural-urbanos, em especial naqueles com destino às áreas metropolitanas⁶.

Na base das explicações desse êxodo rural encontram-se as políticas nacionais de desenvolvimento e o rápido processo de urbanização por que passaram alguns países dessa região entre os anos 1930 e 1970⁷. Isto faz com que Findley (1999), em sua revisão da literatura sobre migração feminina, aponte o Caribe e a América Latina como áreas onde a migração feminina se mostra bastante complexa, e onde predominam os motivos econômicos como seus determinantes.

A participação feminina, especificidade que marcou importantes fluxos migratórios internos em alguns países dessas regiões nesse período, encontra eco no desenvolvimento dos estudos sobre a mulher nos anos 1970 e da perspectiva de gênero, a partir de 1980. No Chile, e especialmente no México, o tema passa a ser estudado de forma mais sistemática⁸. Uma consequência daí decorrente é que a produção de estudos latino-americanos sobre migração feminina, grande parte realizada no México, está fortemente vinculada à perspectiva de gênero⁹.

⁶ No caso do México, para esse período, Garcia *et al.* (1999) cita três estudos que assinalam a presença de mulheres nos movimentos migratórios do país: Cabrera, (1970), Ordorica, (1976) e Goldani, (1977). Podemos encontrar ainda Herold, J. M. (1979) para o Chile. Ver também Hugo (1993) que chama atenção para a maior presença de mulheres na migração líquida rural-urbana para o Chile e o México.

⁷ Uma análise mais aprofundada para o caso chileno sobre esses movimentos encontra-se em Szasz (1993)

⁸ Sobre esse tema ver, por exemplo, Oliveira (1984) para a Cidade do México e Szasz (1993) para Santiago do Chile.

⁹ Uma revisão desses estudos é feita por Szasz (1999).

Para o conhecimento das relações entre migração e gênero, Szasz (1993) enfatiza as contribuições de estudos antropológicos realizados no México, que resgataram a importância do contexto comunitário e regional, utilizaram a unidade doméstica como unidade de análise, estudaram o impacto da mobilidade espacial e a inserção laboral feminina das mulheres migrantes, além de revisarem as múltiplas causas das correntes de emigração feminina rural –urbana ocorridas desde os anos 30 nesse país.

A partir da década de 1970 os elevados níveis de urbanização alcançados pelos países latino-americanos atuam sobre os padrões internos de mobilidade espacial. Como escreve Ebanks (1993:19) para América Latina e Caribe: “[...] *A este nível* (urbanização de 70%, alcançando até 80% em alguns países) *es evidente que la principal corriente migratoria será de um médio urbano a outro*”. A migração rural-urbana que caracterizava a maior parte dos deslocamentos populacionais até então dá lugar a uma dinâmica migratória mais complexa, onde coexistem distintos tipos de movimentos que têm em comum suas origens e destinos urbanos.

Ademais, na continuidade desse processo perdem importância relativa os fluxos que se destinam às grandes cidades, na medida em que várias delas, de médio porte, tornam-se mais atrativas recebendo, inclusive, grandes proporções de migrantes oriundos das primeiras (LATTES, 1990, *apud* RECCHINI DE LATTES e

MYCHASZULA, 1993). Essas alterações se refletem na redução das distâncias percorridas e, conseqüentemente, na composição dos respectivos fluxos.

Esses processos de urbanização e modernização das sociedades latinoamericanas se fizeram acompanhar de melhorias nas condições gerais dos níveis de escolaridade, de alterações no status feminino, consolidando as mudanças no papel da mulher na sociedade (RECCHINI DE LATTES e MYCHASZULA, 1993).

Assim, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, sua participação em vários setores econômicos, a importância de uma segunda fonte de renda nas famílias e mesmo a maior visibilidade de arranjos familiares distintos da típica forma nuclear são fatores que facilitam possíveis intenções de mobilidade e promovem, senão um maior deslocamento de mulheres, pelo menos um certo diferencial em suas características (BILSBORROW, 1993a). Desta forma, seria razoável supor haver um número significativo de mulheres que migre de forma autônoma, ou mesmo de mulheres que, separadas ou divorciadas, migram com seus filhos em busca de melhores condições de sobrevivência (PIZARRO, 2003).

A crescente importância do tema faz com que, em 1984, na Conferência Internacional de População realizada no México, a migração feminina se insira na agenda dos estudos de população através de uma recomendação especial

alertando os governos sobre a adoção de políticas de assistência às mulheres migrantes, em especial às trabalhadoras agrícolas e às dependentes que ficaram nas áreas rurais de origem. Chamava também atenção para medidas que auxiliassem as migrantes rurais urbanas a superar as dificuldades de adaptação enfrentadas no destino (SINGELMANN, 1993).

Em 1991, as Nações Unidas promovem no México um seminário sobre migrações internas femininas, cujos trabalhos mostram a diversidade dos tipos e motivações desses movimentos, extremamente vinculados às realidades sócio-culturais e econômicas de cada país estudado.

Os esforços no sentido de sistematizar os estudos sobre a migração feminina mostram a incorporação de importantes contribuições para o entendimento desses movimentos (HUGO, 1993; SZASZ, 1999; FINDLEY, 1999). Dentre elas estão os estudos sociodemográficos sobre migração que permitiram, num primeiro momento, a identificação da presença feminina nas várias correntes migratórias, o reconhecimento das diversidades desses fluxos migratórios e das características das migrantes em diversos períodos históricos, regiões e grupos sociais (SZASZ, 1999). Tais trabalhos possibilitaram o reconhecimento de características distintas na mobilidade de homens e mulheres e, por fim, conduziram à incorporação da perspectiva de gênero em especial nos estudos sobre a inserção das migrantes no mercado de trabalho.

Ademais, a incorporação de novas metodologias de coleta e análise de dados tomando como unidade básica de análise o domicílio ao invés do indivíduo, e considerando a migração como parte das estratégias de sobrevivência e reprodução social dessas unidades domésticas foram essenciais para a obtenção de tais resultados (PIZARRO, 2003), como bem assinala Szasz (1999):

“Tanto el enfoque socioantropológico como las investigaciones sociodemograficas sobre las migraciones de mujeres coincidieron en la importancia de privilegiar el estudio de la unidad domestica para vincular los fenómenos macro con las características de los individuos”.
(Szasz, 1999, p. 177)

A revisão dos estudos realizados sobre o tema contribuiu para apontar importantes aspectos desses movimentos, além de sugerir novos enfoques merecedores de investigação. Algumas dessas contribuições estão descritas a seguir.

Em relação à seletividade migratória por sexo, bastante conhecida na literatura, além de confrontar os diferenciais das populações nas áreas de origem e de destino, torna-se necessário também distinguir em quais aspectos as mulheres migrantes diferem dos homens que participam dos mesmos movimentos. Além disso, há que pesquisar também a existência de especificidades das migrantes em função do tipo de fluxo a que ela pertence (direção espacial), se a migração é recente ou não (tempo de permanência) e, se possível, quais as causas de sua migração.

Do ponto de vista etário, é notória a alta seletividade da migração, com a população migrante mais concentrada nas idades entre 15-24 anos, sendo neste intervalo que se encontram os maiores diferenciais entre as populações migrante e não migrante. Quando desagregada por sexo, em geral essa faixa etária apresenta maior concentração de migrantes mulheres do que homens, pois o ponto mais alto da distribuição etária das mulheres acontece um pouco mais cedo do que para os homens. Além disso, a concentração das migrantes no grupo etário 15-24 é, em geral, maior que a dos homens (HUGO, 1993; FINDLEY, 1999; LÓPEZ *et al*, 1993). Em alguns casos - com maior evidência em fluxos rurais-urbanos -, é possível perceber um comportamento bimodal na distribuição etária das migrantes, onde o segundo pico, menos intenso, acontece nas idades acima de 50 ou 55 anos, constituindo-se, primordialmente, por viúvas ou separadas, que se deslocaram para as cidades para encontrar os filhos que anteriormente para lá migraram (FINDLEY, 1999).

Em relação à seletividade educacional dos migrantes, Hugo (1993) constata não serem muitos os trabalhos que apresentam informações diferenciadas por sexo. Findley e Williams (1991, *apud* HUGO, 1993, *op. cit.*) consideram que a educação atua com mais força na seletividade migratória para os homens do que para as mulheres, enquanto que Youssef, Buvinic e Kudat (1979, *apud* HUGO, 1993, *op. cit.*) não encontraram uma relação direta entre o nível migratório e o

nível educacional. Apesar disso, reconhece ele, encontram-se diferenças significantes nos níveis médios educacionais de homens e mulheres migrantes para áreas urbanas: para os primeiros, os níveis educacionais são semelhantes aos dos homens urbanos, enquanto que o das mulheres migrantes se mostra inferior ao das não migrantes.

Os achados de Recchini de Lattes e Mychaszula (1993) e López *et al.* (1993) não corroboram as constatações acima. O primeiro deles, que estuda a migração feminina e a participação na força de trabalho em Neuquén, cidade argentina de porte médio, encontra, em 1980, maior proporção de mulheres migrantes com níveis de escolaridade iguais ou superiores ao secundário completo em comparação com as não migrantes, inclusive depois de padronizar os dados por idade. Reconhecem também variações em relação ao tempo de permanência, uma vez que as migrantes mais recentes eram as que apresentavam os melhores níveis de escolaridade. A origem das migrantes também exerce influência sobre essa variável: as migrantes originárias de Buenos Aires e áreas não vizinhas à cidade estudada constituem do ponto de vista educacional, “a elite entre as mulheres residentes”, enquanto que as originárias das áreas próximas e de outros países são as de menor nível de escolarização, mesmo quando comparadas com as não migrantes.

Ao estudar a migração feminina no México, López *et al.* (1993) encontram uma seletividade educacional positiva para os migrantes em geral, com diferenciais ainda mais favoráveis para a população masculina. O grau dessa diferenciação é variável entre as áreas estudadas e, como os próprios autores chamam atenção, pode acontecer que para algumas regiões, menores diferenciais na comparação entre as populações migrante e não migrante sejam reflexo não de uma menor seletividade da população migrante, mas de um melhor nível de escolaridade da população no local de destino. Na verdade, ao se fazer tais comparações, devem-se sempre ter em mente que essas informações são altamente dependentes dos contextos de destino e origem de seus migrantes. Como afirma Herold (1979, *apud* HUGO, 1993), “a extensão e a natureza da seletividade educacional podem variar consideravelmente entre as diferentes correntes migratórias num mesmo país”.

De acordo com Jones (1993), há evidências de que os efeitos da educação no status da mulher e as considerações do mercado de trabalho influenciam as relações entre educação e emigração, pois considera haver evidências disponíveis mostrando que mulheres com níveis educacionais mais elevados têm maiores probabilidades de migrar de forma autônoma.

As associações entre status migratório e participação ocupacional também apresentam controvérsias. Embora haja trabalhos indicando que a condição

migratória não se comporta como um diferencial importante na distribuição das mulheres entre os principais setores de ocupação (LÓPEZ *et al.*, 1993), para Szasz (1993, 1994) há desvantagens na inserção das mulheres migrantes frente tanto às não migrantes como aos homens migrantes, apesar do pouco número de trabalhos existentes até a época em a autora realizou sua sistematização. Por outro lado, Recchini de Lattes e Mychaszula (1993) encontram uma maior participação das migrantes nas extremidades da distribuição ocupacional: em Neuquén, singular deste ponto de vista, as migrantes apresentam maiores proporções que as não migrantes nas ocupações que demandam maiores qualificações bem como nas que permitem menores qualificações.

Do exposto acima fica claro a necessidade de maiores estudos sobre essa questão, sendo desejável que levem em conta, além do nível de escolaridade e das especificidades dos mercados de trabalho nos contextos de destino, a situação conjugal das mulheres e sua inserção familiar, uma vez que sua posição na família joga papel preponderante na gama de suas atuações.

Por sua intrínseca relação com a dinâmica do mercado de trabalho, a questão migratória sempre teve o homem como principal protagonista e a mulher no papel de coadjuvante. A recorrente e quase automática vinculação destas últimas a uma migração associada ao deslocamento familiar restringiu durante certo tempo as possibilidades de vislumbrar formas alternativas de inserção nos

movimentos migratórios que não fosse ou acompanhando a família, ou com fins matrimoniais. A referência à migração autônoma praticamente se restringia às mulheres bastante jovens, de origem rural, baixa escolaridade e inserção ocupacional urbana nos serviços domésticos, num processo que favorecia as estratégias familiares tanto do ponto de vista econômico como sócio cultural. As menores oportunidades de trabalho para as mulheres na área rural, a maior “garantia” de envio de salários ou parte deles para as famílias de origem e ainda o fato de morarem com a família aonde trabalhavam (menos gasto e maior controle) justificavam esse ponto de vista.

Porém, os novos papéis da mulher na sociedade, a intensidade crescente de sua inserção no mercado de trabalho, a busca de maior independência e o afloramento de diversos tipos de arranjos familiares são fatores que não se coadunam com a idéia de que a participação feminina no processo migratório se coloque com tal nível de restrição. Reforçam esse aspecto as análises dos fluxos migratórios para as grandes cidades da América Latina na década de 1980, de claro predomínio feminino (DE OLIVEIRA e ROBERTS, 1989: *apud* VILLA e RODRIGUEZ, 1992; FINDLEY, 1999). Com efeito, a questão da migração interna feminina nos anos 1980 foi abordada de forma específica em estudos sobre alguns países da América Latina, com destaque para o México, Chile e Argentina

(OLIVEIRA, 1984; SZASZ, 1999; LÓPEZ *et al*, 1991; SZASZ, 1994; RECCHINI DE LATTES e MYCHASZULA, 1993).

É pertinente que a temática da migração feminina apareça como objeto de estudo a partir do momento em que se identificam e se impõem as alterações sofridas no papel da mulher na sociedade. As possibilidades de trabalho oferecidas nos grandes centros urbanos e vinculadas mais especialmente ao setor serviços abrem uma gama de ofertas em ocupações que perpassam os vários níveis de qualificação e proporcionam às mulheres uma maior, e/ou melhor, inserção no mercado de trabalho. A predominância de distintos fluxos urbanos, muitos deles provavelmente de curta distância, pode aumentar as probabilidades de migrar das mulheres. Devido a todas essas alterações, a migrante rural, menos qualificada, com destino aos grandes centros e inserção nos serviços domésticos não se coloca mais como o único padrão da migração feminina autônoma. Sem deixar de ser uma porta de entrada no mercado de trabalho, esta ocupação cede espaço para outras, manuais e não manuais, formais ou informais, nas quais a mulher se insere.

Dentre os aspectos relevantes no estudo dos processos migratórios se encontram aqueles relativos às motivações – busca de trabalho, fins matrimoniais, melhoria de qualificação, estudo, acompanhar ou se reunir a membros da família, entre outras - e, intimamente ligado a elas, o caráter desses

movimentos, se familiar ou individual. Em trabalho de 1984, Oliveira já apontava a importância do tema, sugerindo, inclusive, várias possibilidades de análise sobre seus condicionantes.

“La migración femenina constituye por lo general un componente fundamental de los movimientos poblacionales. Para encontrar sus rasgos específicos hay que compararla con la migración masculina. Además, no hay que perder de vista que, al igual que otros flujos, se trata de un fenómeno heterogéneo que asume modalidades particulares en diferentes momentos históricos y ámbitos espaciales. La temporalidad de los movimientos, su origen y destino, su composición social e su carácter individual o familiar están entre los aspectos que hay que tener en cuenta en el análisis de sus causas, características y consecuencias. Combinaciones distintas de estos rasgos revelan la presencia de flujos que pueden resultar de procesos sociales muy diversos y tener implicaciones muy distintas.” (Oliveira, 1984, p. 677)

Aspirar a melhores empregos, maior especialização, maior conhecimento, melhores salários, faz parte também de suas motivações para migrar. Não causa espanto, portanto, que a curiosidade se aguce e promova investigações para se conhecer melhor a migração feminina.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

Visando ampliar o conhecimento sobre a questão migratória no Brasil, este estudo tem como objetivo entender algumas das especificidades da migração interna feminina, em especial as condições que poderiam favorecer uma migração mais autônoma das mulheres e as que indicariam deslocamento de caráter familiar. Faz da pergunta “de que maneira as modalidades migratórias e os condicionantes a elas atribuídos atuam de forma a diferenciar as características familiar ou autônoma da migração?” a sua questão principal.

Na produção brasileira, esforços para dimensionar a migração familiar se valeram de aproximações que comparam o município anterior e o tempo de residência do chefe no novo município com o dos demais membros da família. Neste sentido, Cunha (1994) e Bilac (1997) observaram que movimentos familiares ocorrem com mais frequência a curta distância, o contrário acontecendo com deslocamentos mais longos que favoreceriam parcela maior de migrantes autônomos. Utilizando informações censitárias, Cunha (1994) constata o predomínio de movimentos familiares na migração intrametropolitana em São Paulo nos anos 70, reconhecendo também migração individual, especialmente nos municípios mais industrializados dessa Região Metropolitana. Para essa

mesma área, mas utilizando os dados da PRAD⁶ para o período entre 80 e 93, Bilac (1997) confirma e desdobra os achados de Cunha. Verifica que a ocorrência da migração realizada em companhia da família atual é bem mais acentuada quando os chefes se originam da própria Região Metropolitana (migração intrametropolitana) ou de áreas mais próximas como o interior do Estado ou da região Sudeste, porém se reduz nos movimentos de longa distância, particularmente dentre os migrantes originários do Nordeste, entre os quais prevalece a migração individual.

Quais as possibilidades, do ponto de vista da análise quantitativa, para verificar não um padrão de migração feminina, mas a diversidade de possibilidades de a mulher buscar de forma mais independente a sua própria experiência de vida?

Qualquer que seja a abordagem pretendida, tudo indica que é incompleta sem o enfoque de gênero (GRIECO E BOYD, 1998; CHANT E RADCLIFFE, 1992, ZENTGRAF, 2002, apud BOYD, 2006). Grieco e Boyd (1998) propõem, inclusive, um esquema teórico de análise no qual o papel do gênero seja contemplado nas visões macro e micro das áreas de origem e de destino e também no ato da migração, pois “embora as causas estruturais da migração aparentem ser neutras quanto à questão de gênero, os resultados dessas causas não o são” (GRIECO E

⁶ Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar, realizada no Estado de São Paulo em 1993 (NESUR/UUNICAMP, NEPO/UNICAMP e PUC/SP).

BOYD, 1998, p.3). Ponto comum nos estudos sobre essa questão são as dificuldades em abordar o tema sob essa ótica, seja pelas informações (ou falta de), seja pelos pressupostos básicos que perpassam as teorias e as possibilidades de obtenção de dados.

De acordo com Montali e Lopes (2002), há estreita relação entre as posições ocupadas na família e as atividades exercidas por seus membros no mercado de trabalho. Um dos exemplos dessa situação é a maior facilidade em encontrar filhas do que cônjuges dentre as trabalhadoras no setor industrial. Neste trabalho, as autoras mostram que as transformações ocorridas na década de 90 no mercado de trabalho afetaram distintamente a mão de obra feminina da Região Metropolitana de São Paulo, a depender de sua posição na família.

Essa abordagem foi fundamental para a insistência em caracterizar os fluxos migratórios analisados a partir das informações sobre o estado conjugal com que as mulheres se deslocaram neste estudo da migração feminina. Como as fontes de dados não inquiriam sobre motivos que provocaram a migração, buscou-se fazer isso por meio de aproximações que pudessem trazer indicações dessas características.

O censo demográfico de 1991 coletou grande quantidade de informações, embora nem todas tenham sido utilizadas de imediato. A documentação dos microdados da amostra, particionada por temas, não estimula a busca de variáveis

não específicas sobre a questão migratória nas informações referentes a outros temas demográficos. Além disso, questões de maior interesse no período implicaram em menor visibilidade para alguns desses dados. Este foi o caso das variáveis coletadas sobre nupcialidade, acarretando, inclusive, a supressão de algumas informações no recenseamento de 2000.

Incorporando as transformações da sociedade refletidas nas estatísticas crescentes sobre divórcio e separações, as perguntas sobre as idades ao “contrair a primeira união” (Var 3311) e do início da “situação conjugal atual” (Var 3312) foram introduzidas no questionário da amostra no Censo de 91 no espaço referente às variáveis para pessoas de 10 anos e mais e que responderam positivamente quanto a viver ou ter vivido em companhia de cônjuge, esposo ou companheiro (Var 0330). Em função da rapidez das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, dentre as quais a incorporação de outros tipos de família e uma menor rigidez a respeito das exigências de formas conjugais tradicionais, o enfoque da nupcialidade, ao menos do modo como vinha sendo abordado, perdeu um pouco de sua atualidade e foram outros os temas que compuseram a agenda dos estudos demográficos. Tal desinteresse, acrescido ao fato de não serem perguntas tradicionais do questionário, as colocou à margem das investigações.

Este trabalho mostra como o uso dessas informações coletadas sobre nupcialidade, quando combinadas com outras informações de cunho temporal mais tradicionais no questionário, possibilita maiores aprofundamentos no estudo das migrações no período 1981-91, especialmente no caso da migração feminina. Embora Morokvasic (1984) considere prescindível o estudo das características dos movimentos autônomos ou familiares para o conhecimento da migração das mulheres, a construção de variáveis a partir das informações sobre nupcialidade se mostrou de auxílio considerável para agregar mais conhecimento sobre os deslocamentos das mulheres e também sobre a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, especialmente nas áreas onde o setor serviços se apresenta bastante desenvolvido.

Com a perspectiva de aprofundar os conhecimentos sobre migração feminina, considerou-se que as informações censitárias sobre nupcialidade poderiam funcionar como uma aproximação para distinguir movimentos familiares ou autônomos na migração feminina, supondo que, especialmente dentre as mulheres que migravam nas condições “solteiras”, “separadas” e “viúvas” poder-se-ia encontrar indicações de migração individual, com a realização desse deslocamento primordialmente por questões de trabalho e/ou estudo. Essa forma de abordagem da situação conjugal seria também indicativa das etapas de ciclo vital dessas mulheres no momento da migração. A idéia é que

essas informações, além das que tratam de ocupação e escolaridade, poderiam atuar para dimensionar melhor se o deslocamento foi realizado ou não com a família, já que essa pergunta específica não faz parte do questionário de nenhum censo demográfico brasileiro.

De posse dessas informações e combinando-as com as variáveis “tempo de residência no município” e “idade do indivíduo à época do censo”, foi possível construir a variável “estado conjugal ao migrar”, mediante o procedimento descrito a seguir.

As perguntas sobre situação conjugal atual (**Econjat**), idades ao contrair a primeira união (**Iduniao**) e ao atingir a situação conjugal atual (**Idsit**), isto é, a vigente na época do censo, quando combinadas com a idade ao migrar (**Idmig**) - criada a partir das informações sobre tempo de residência no município (**Tempmun**) e a idade do indivíduo à época do censo (**Idade**) - , possibilitaram discriminar sete categorias para o estado conjugal na época da migração (**Econjmig**) , das quais quatro puderam ser perfeitamente definidas.

- Foram classificados como solteiros os migrantes que informaram essa condição para a variável “situação conjugal atual” ou aqueles cuja idade ao migrar era inferior àquela em que contraíram a primeira união. É importante destacar que estes últimos podem, por ocasião do censo, estar em outra

situação conjugal, o que torna essa informação mais adequada para o estudo da migração com migrantes recentes.

- Os casados, separados e viúvos compreendem os migrantes que reportaram como “situação conjugal atual” essas respectivas categorias e cuja idade ao migrar era superior à idade em que se inseriram nessa situação conjugal. Desta forma, foram classificados nessas categorias aqueles migrantes que mantiveram, até a data do censo, a situação conjugal que tinham na época da migração. Vale ainda mencionar que a categoria casado engloba, na análise realizada, as três possibilidades discriminadas pela pesquisa, a saber: aqueles em primeira união (89,9% dos casados), os em outra união que não a primeira (5,5%) e os unidos com o número de uniões ignorada (4,7%)⁷.
- As categorias restantes não permitiram a identificação precisa do estado conjugal ao migrar. Para a condição “casado ou solteiro” (Cas/Solt - 6% do total), à qual pertencem os migrantes com idades coincidentes para a migração e primeira união, há duas possibilidades para o estado conjugal na época da migração: casado, se o indivíduo casar e migrar em seguida, e solteiro, caso ocorra o processo inverso. Infelizmente não há como decompor essa informação. Entretanto, para os que permanecem casados à época do censo (95% desse contingente tem como situação conjugal atual a categoria “casado

⁷ Valores referentes aos migrantes do Rio de Janeiro.

na 1ª união”), no caso de serem chefes ou cônjuges dos mesmos, pode ser possível, através do tempo de permanência do parceiro no município, inferir sobre o estado conjugal ao migrar. Para os 5% restantes só se saberia seu estado conjugal atual.

- À categoria “não solteiro” (NãoSolt - 5% do total) pertencem aqueles cuja idade ao migrar era superior à da primeira união e igual ou inferior à do ingresso na situação conjugal atual. Sabe-se deles, portanto, que não migraram na condição de solteiros. Quanto à sua situação conjugal atual, podem ser viúvos, separados, casados em outra união, casados em número de uniões desconhecido, ou mesmo tê-la ignorada. Algumas observações quanto às possibilidades desse arquivo estão descritas a seguir. Em relação aos atualmente separados não é possível inferir nenhuma informação; o mesmo se dá para os que atualmente ignoram sua situação conjugal. Em relação aos viúvos, para os que realizaram a migração antes da viuvez, talvez não fosse errôneo imputar-lhes a condição de casados ao migrar. Para os que migraram na mesma época da viuvez, não se pode dizer (embora bastante provável) se migraram após atingir tal condição. Há também aqueles dos quais não se sabe a época em que enviuvaram sendo, para esses, improvável imputar outra condição que não a de NãoSolt. Dentre as atualmente casadas em outra união e que têm a época dessa situação conjugal coincidente com a da migração é

possível verificar informações sobre o parceiro, se o casamento for com o chefe ou se essa pessoa for chefe. Procedimento análogo caberia aos migrantes atualmente casados que não sabem precisar o número de uniões.

- Ainda em relação aos registros com falta de informação, têm-se os dos indivíduos que não possuem a data da primeira união e cuja idade ao migrar é maior ou igual aquela em que alterou seu estado conjugal (Idade da primeira união ignorada - IduniIg). Para as casadas nesta última condição pode ser possível verificar informações sobre o parceiro. Finalmente há aquelas que contêm os registros em que faltam informações sobre ambas as idades, da primeira união e da situação atual (Idade da atual e primeira união ignoradas - Igambas). As informações descritas neste parágrafo foram agregadas na categoria “ignorado” (IG).

Infelizmente, para essas últimas condições não é possível a verificação de possíveis alterações no estado conjugal posteriores à migração. Mais ainda, é precisamente para essas condições que se têm as distribuições de situação conjugal atual mais diversificadas.

Como se verá mais à frente, neste trabalho foram analisados os migrantes identificados como solteiros, casados ou separados à época do deslocamento. Eles compreendem, juntamente com os viúvos, aqueles cuja informação sobre o estado conjugal ao migrar pode ser corretamente determinada. As categorias

restantes, justamente pela indeterminação do estado conjugal ao migrar, não foram estudadas.

Desta forma, o estudo toma como base a informação censitária sobre o estado conjugal do migrante à época de seu deslocamento e a combina com a condição no domicílio à época do censo, dada pela relação com o chefe. Assim, a partir do estado conjugal ao migrar verifica-se, num primeiro momento, a inserção no domicílio segundo o destino desse migrante (se a sede da região metropolitana, se o seu entorno ou outros municípios não metropolitanos) e, numa segunda etapa, agrega-se, para as mulheres, o estudo sobre o tipo de migração realizada. Portanto, as análises realizadas no decorrer deste trabalho sobre o destino, a modalidade migratória realizada e também sobre a ocupação, são feitas a partir da combinação de duas informações sobre o migrante: o estado conjugal ao migrar e a condição no domicílio.

A análise compreende a década de 80 e privilegia três Unidades da Federação, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo. As duas primeiras foram escolhidas por apresentarem intensa migração feminina nesse período, como se verifica no Capítulo 3. A última área funciona como contraponto e tem sua escolha justificada pelo mercado de trabalho mais amplo no setor serviços e, portanto, com maiores oportunidades de emprego para as mulheres, característica também presente nas duas primeiras, além de ser umas das regiões

com mais estudos sobre migração. A escolha de Pernambuco foi também reforçada em função da intensa troca migratória com São Paulo, acrescida da importância crescente da migração de retorno, bastante ativa no período estudado.

Esquema para definição da variável estado conjugal ao migrar :

Econjmig

1. se **Idmig < Iduniao** ou **Econjat = solteiro** ==> **Econjmig = Solteiros**

2. se **Idmig > Idsit** ==> **Econjmig = Econjat = Casados, Viúvos ou Separados**

Neste caso estão os casados, viúvos e separados que mantiveram inalterado seu estado conjugal entre a migração e a época do censo.

3. se **Iduniao = Idmig** $\Rightarrow$ **Econjmig = Cas/Solt**

Tudo indica que, neste caso, o motivo da migração foi a união, o que torna essa categoria bastante interessante no caso de análise das razões para a migração. Entretanto, não se pode precisar se o indivíduo migrou para casar – e aí a migração teria sido enquanto solteiro -, ou migrou por ter casado – e este seria seu estado conjugal à época do deslocamento. Por não se ter certeza do estado conjugal ao migrar, essa categoria foi excluída da análise, porém, na prática, esses indivíduos poderiam ser considerados casados.

4. se **Iduniao < Idmig $\leq$ Idsit** ou **Iduniao < Idmig e Idsit não informada**
 $\Rightarrow$ **Econjmig = Nsolt**

Sabe-se que estes indivíduos não migraram solteiros, mas não se sabe o estado conjugal com que migraram.

5. se **Iduniao não informada e Idmig $\geq$ Idsit** ou se **não informada**

ou **Iduniao e Idmig não informadas** $\Rightarrow$ **Econjmig = Ig**

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL – 1981/1991

3.1- INTRODUÇÃO

O período analisado – a década de 1980 - reflete um cenário particular na história do desenvolvimento econômico brasileiro, marcado que foi por sucessivas crises e perda de dinamismo de seu crescimento (BRUSCHINI, 1998; CARNEIRO, 2002). Um freio se puxava depois de três décadas de taxas de crescimento espetaculares para o período, que haviam trazido para o país a expectativa de emergir no cenário internacional como nova potência, com crescimento importante de sua economia e também de sua população, especialmente pelas altas taxas de fecundidade e importante queda da mortalidade. Esse panorama favorável começa a mudar a partir do final dos anos 1970, a ponto de a década seguinte ser cunhada como a “década perdida” (LOPES E GOTTSCHALK, 1990).

A crise econômica da década de 1980 afetou de forma especial o setor secundário da economia e impactou fortemente a região Sudeste do país, em

especial o Rio de Janeiro e São Paulo, estados com maior peso de atividade industrial no período (GUIMARÃES NETO, 1990). As taxas de atividade do setor industrial se reduziram e aumentou a atividade no setor serviços, onde é maior a informalidade nas relações de trabalho (BRUSCHINI, 1998). O desemprego e a precariedade do mercado de trabalho se refletem no comportamento migratório nacional, com impacto negativo na grande capacidade de fixação de população migrante que até então caracterizava a região Sudeste.

O processo de redistribuição da população brasileira mostra continuidade nas taxas de crescimento da Região Norte, as maiores do país desde os anos de 1970, em função da importância da fronteira agrícola que até 1986 canalizou importantes fluxos migratórios, particularmente nos estados de Rondônia e Pará (PATARRA *et al*, 2000; MARTINE, 1994).

A região Centro Oeste também se mantém com crescimento populacional elevado no período 1981-91, com dois padrões distintos de crescimento econômico e demográfico: ascendente no Mato Grosso e mais reduzido em Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, resultantes do processo de renovação de

fronteira, da dinamização da agropecuária e das elevadas taxas de crescimento urbano.

Em função do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, da maior exploração das atividades turísticas, da produção frutífera para exportação e do surgimento de novos centros industriais, a Região Nordeste também se apresenta com mais dinamismo. Tais fatores pesam no comportamento demográfico nordestino, contribuindo para o peso da migração neste período também ser consistente do outro lado da balança, ou seja, retendo população potencialmente migrante e também propiciando o retorno de migrantes de áreas do Sudeste, onde a crise econômica nacional foi mais acentuada (PATARRA *et al*, 2000). A intensidade das trocas migratórias entre Pernambuco e São Paulo se mantém, mas com redução no deslocamento dos pernambucanos que imigraram para SP paralelamente a um aumento do retorno (LYRA, 2003).

Esses movimentos que caracterizaram os deslocamentos no Brasil já foram exaustivamente estudados, permitindo que a seqüência desse capítulo se atenha especialmente ao comportamento da participação feminina nesses deslocamentos.

3.2- A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL – 1981/1991

A razão de sexo⁷ para a migração interna no Brasil não apresenta diferença significativa quando comparada com a da população residente. À primeira vista, pode-se interpretar essa informação supondo que a seletividade por sexo não imprime marca preponderante na população migrante: da mesma forma que na população residente, os valores da razão de sexo inferiores a 100 indicam, em ambas, um predomínio feminino. Entretanto, esse panorama se altera numa primeira desagregação dessas informações por grandes grupos etários.

Tabela 3.1
Razão de sexo e distribuição etária da população por condição migratória
Brasil, 1991

Faixas Etárias**	Razão de Sexo		Distribuição Etária	
	não migrante	migrante*	não migrante	migrante*
0-14	102,4	100,6	34,7	29,0
15-24	98,4	85,4	19,5	24,1
25-34	95,6	94,2	16,1	22,2
35-49	95,7	108,5	16,0	16,0
50 e +	88,9	100,2	13,7	8,7
Brasil	97,5	96,4	146.825.475	26.854.068

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

(*) tempo de residência no município atual menor que 10 anos.

(**) idade relativa à época do levantamento censitário.

⁷ Relação entre o total de migrantes do sexo masculino e o total do sexo feminino (x 100)

Em primeiro lugar, confirma-se a seletividade por idade na migração, já que a participação das idades adultas jovens (15-34 anos) é maior na população migrante do que na residente (colunas 4 e 5, Tabela 3.1). Por sua vez, a razão de sexo mostra comportamentos diferenciados nas duas populações, especialmente quando se tomam as faixas etárias centrais como referência: na população residente ela reflete o comportamento da mortalidade diferencial por sexo, onde a sobremortalidade masculina se manifesta na redução de seu valor à medida que a população envelhece; na população migrante, a intensa presença feminina nos fluxos migratórios realizados pela população mais jovem (15-24 anos) não só se atenua como dá lugar ao predomínio masculino a partir dos 35 anos. Confirma-se assim a presença mais forte da mulher nas faixas etárias em que a migração é mais intensa.

A especificidade da migração feminina do ponto de vista de sua intensidade nessas idades mais jovens pode, grosso modo, ser pensada como decorrente de dois aspectos, ou mesmo da combinação entre eles. Em primeiro lugar, e sob a ótica dos arranjos familiares, além de migrarem na condição de filhas, há também, engrossando esse contingente, as esposas de migrantes em estágios iniciais do ciclo de vida conjugal. Dado o padrão de nupcialidade no

Brasil, seriam mais jovens que seus maridos, parte destes classificados no grupo etário subsequente (BERQUÓ *et al*, 1990).

Do ponto de vista do mercado de trabalho, um dos principais aspectos a favorecer tal migração ainda é a possibilidade de conseguir emprego nos serviços domésticos nos centros urbanos, categoria ocupacional majoritariamente feminina (BRUSCHINI, 1998; Bruschini, 1989; BAENINGER, 1998; MELO, 1998). Em estudo sobre a participação dos jovens nos movimentos migratórios, além de ressaltar a maior presença feminina (56% do total da migração jovem) para todas as regiões brasileiras⁸, Baeninger (1998) considera um outro diferencial importante por condição migratória, dado pela inserção das migrantes no domicílio na condição de empregada doméstica, de 7% contra pouco mais de 1% para as não migrantes⁹. A classificação aqui considerada implica que a empregada doméstica reside no local de trabalho. Será visto mais adiante que este tipo de inserção domiciliar tem peso importante nas sedes das Regiões Metropolitanas, locais onde reside grande número de famílias de maior poder aquisitivo e com maior demanda por esse tipo de serviço. Há, porém, que se levar em

⁸ As mulheres jovens só não predominam no grupo 21-24 anos, de migrantes não naturais na região Norte (Baeninger, 1998: 37).

⁹ De um modo geral, a chefia feminina é a única categoria que não se caracteriza por uma seletividade por condição migratória na distribuição das jovens segundo condição na família. (Baeninger, 1998).

consideração a ampliação das possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1998). Embora as informações de Baeninger (1998) pareçam sustentar a hipótese da importância do emprego doméstico como fator de atração, vale lembrar que seus dados se referem a uma faixa etária específica e que, eventualmente, as melhores oportunidades de trabalho para uma população mais qualificada correspondam a idades um pouco mais elevadas (BRUSCHINI, 1998). Uma abordagem mais extensa sobre as características de inserção no domicílio e no mercado de trabalho será apresentada no capítulo subsequente.

Apesar da Tabela 3.1 não fazer distinção entre os vários movimentos migratórios, sua principal referência são os deslocamentos entre áreas urbanas, responsáveis por 61% dos movimentos realizados no Brasil na década de 1980 (PATARRA *et al*, 2000). É sobre o predomínio das migrações tipo urbano-urbano, uma das tendências no processo de redistribuição da população brasileira apontadas pelo Censo Demográfico de 1991¹⁰, que se coloca o pano de fundo da análise da migração feminina no Brasil. Outras características desse processo, como a consolidação da migração intrametropolitana, o aumento dos

¹⁰ Para análises mais detalhadas sobre as tendências recentes da migração brasileira, ver Pacheco e Patarra (1997), Baeninger (2000), Patarra *et al.* (2000), Cunha e Baeninger (2000).

movimentos migratórios intra-regionais e de curta distância e mesmo a concentração das migrações interestaduais de longa distância no eixo Nordeste-Sudeste, também corroboram com a facilitação da migração feminina.

Como se vê, as dimensões do país, seus contrastes e seu volume populacional geram uma mobilidade espacial da população que, além de intensa, é diversificada em sua tipologia. Deste ponto de vista, a razão de sexo geral para a migração, como toda medida agregada, encobre uma série de variações. Os dados da Tabela 3.2 retratam o comportamento diferenciado da razão de sexo por tipo de movimento, numa primeira aproximação das distâncias percorridas pelos migrantes (Tabela 3.2).

Tabela 3.2
Razão de sexo por movimento migratório
Brasil, 1991

Faixas Etárias	migração	
	interestadual	intra-estadual
0-14	100,6	97,8
15-24	92,6	81,1
25-34	100,9	89,2
35-49	112,1	105,2
50 e +	103,6	97,9
Brasil	100,4	92,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991

“As mulheres migram mais que os homens”: uma das famosas leis de Ravenstein mostra-se aqui reforçada, ao menos para a população jovem, uma vez

que nas idades de 15 a 24 anos o número de mulheres supera o de homens independentemente do movimento realizado (Tabela 3.2).

Outra evidência empírica constatada na Tabela 3.2 é a redução relativa da participação masculina em todas as faixas etárias quando se passa da migração interestadual para a intra-estadual. Essas características podem ser observadas mais detalhadamente nas figuras a seguir, que ressaltam alguns comportamentos específicos no diferencial por sexo dos migrantes em relação às faixas etárias, Unidades da Federação e movimento realizado (Figuras 3.1 e 3.2). Destacam-se, entre eles, os seguintes:

- Os migrantes mais jovens são, dentre todas as faixas etárias, os que apresentam maior equilíbrio na razão de sexo. Migrando majoritariamente na condição de filhos, não há praticamente nenhuma outra especificidade que realmente distinga o comportamento da razão de sexo dentre esses migrantes do de sua correspondente na população residente. Há um leve predomínio feminino nos movimentos realizados no Nordeste e na imigração para o Rio de Janeiro e Distrito Federal -provavelmente na condição de agregadas nos primeiros e de

empregadas domésticas nos dois últimos- e masculino na migração interestadual em Roraima;

- Como visto anteriormente, a faixa etária seguinte, das idades compreendidas entre 15 e 24 anos, chama atenção pela predominância das mulheres em todos os movimentos, especialmente na migração intra-estadual. Tal característica é comum a todas as Unidades da Federação à exceção de Roraima, da imigração interestadual para o Mato Grosso e emigração do Ceará;

- A população migrante entre 25 a 34 anos apresenta um comportamento como que de transição: os homens dominam as correntes migratórias nas áreas de fronteira e as mulheres ainda prevalecem, embora em menor intensidade, nos movimentos imigratórios no Nordeste, Rio de Janeiro e Distrito Federal e nos movimentos intra-estaduais;

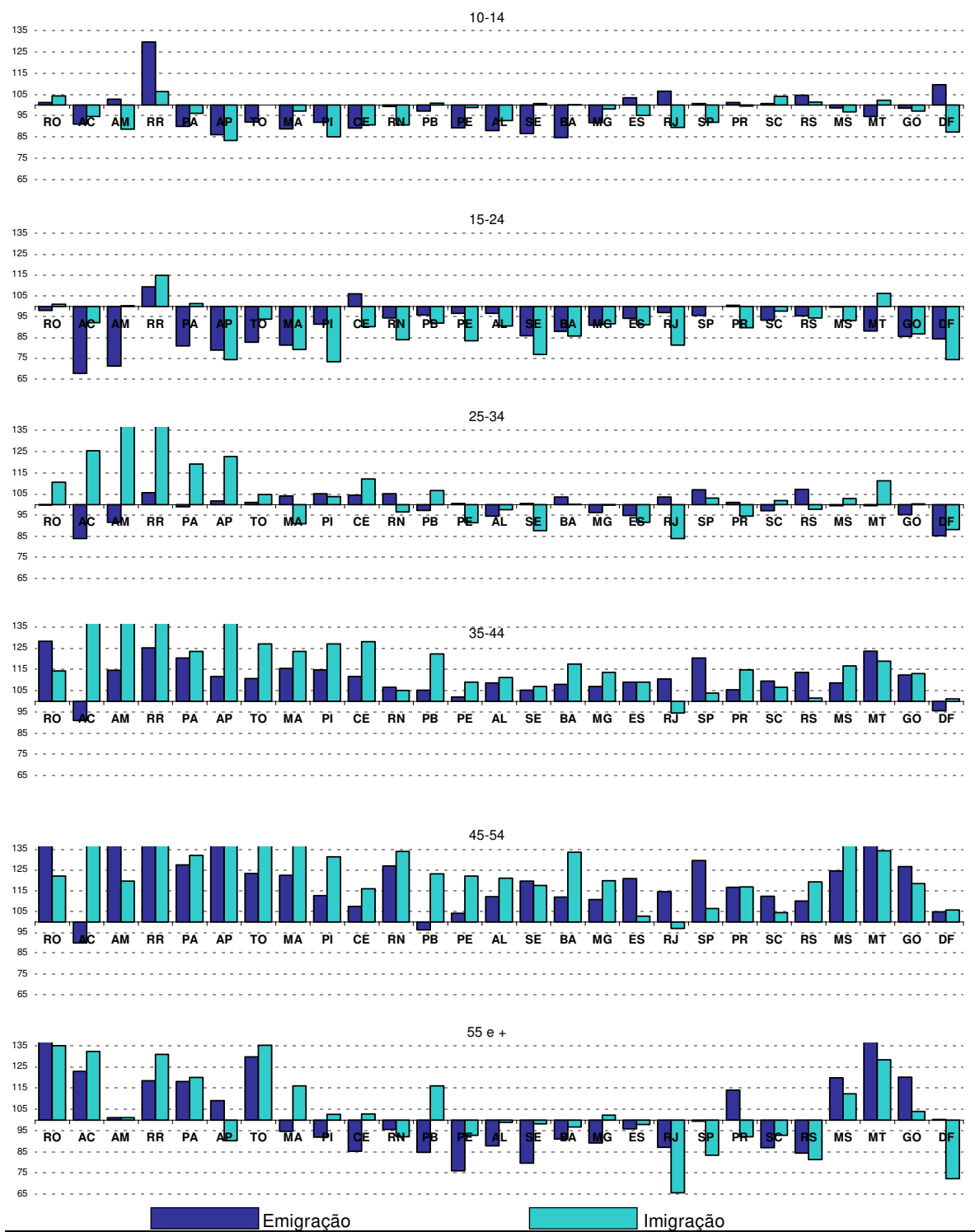
- Nas duas faixas etárias subseqüentes o comportamento dos fluxos migratórios é similar, com quase todos os movimentos caracterizados por uma maior proporção de homens. As mulheres permanecem maioria apenas na migração intra-estadual em alguns estados do Nordeste e na interestadual para o Rio de Janeiro;

- Por fim, o predomínio feminino é retomado entre os migrantes mais velhos, nas áreas que não as de fronteira, com destaque para a imigração interestadual para o Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Isto posto, têm-se que a participação feminina é intensa e generalizada nas idades adultas jovens. Caracteriza-se também nas idades entre 24-35 anos nos movimentos intra-estaduais e na imigração para os estados do Nordeste e Sudeste. Chama atenção o Estado do Rio de Janeiro, para onde predominam as mulheres na migração oriunda de outras Unidades da Federação, independentemente da faixa etária considerada.

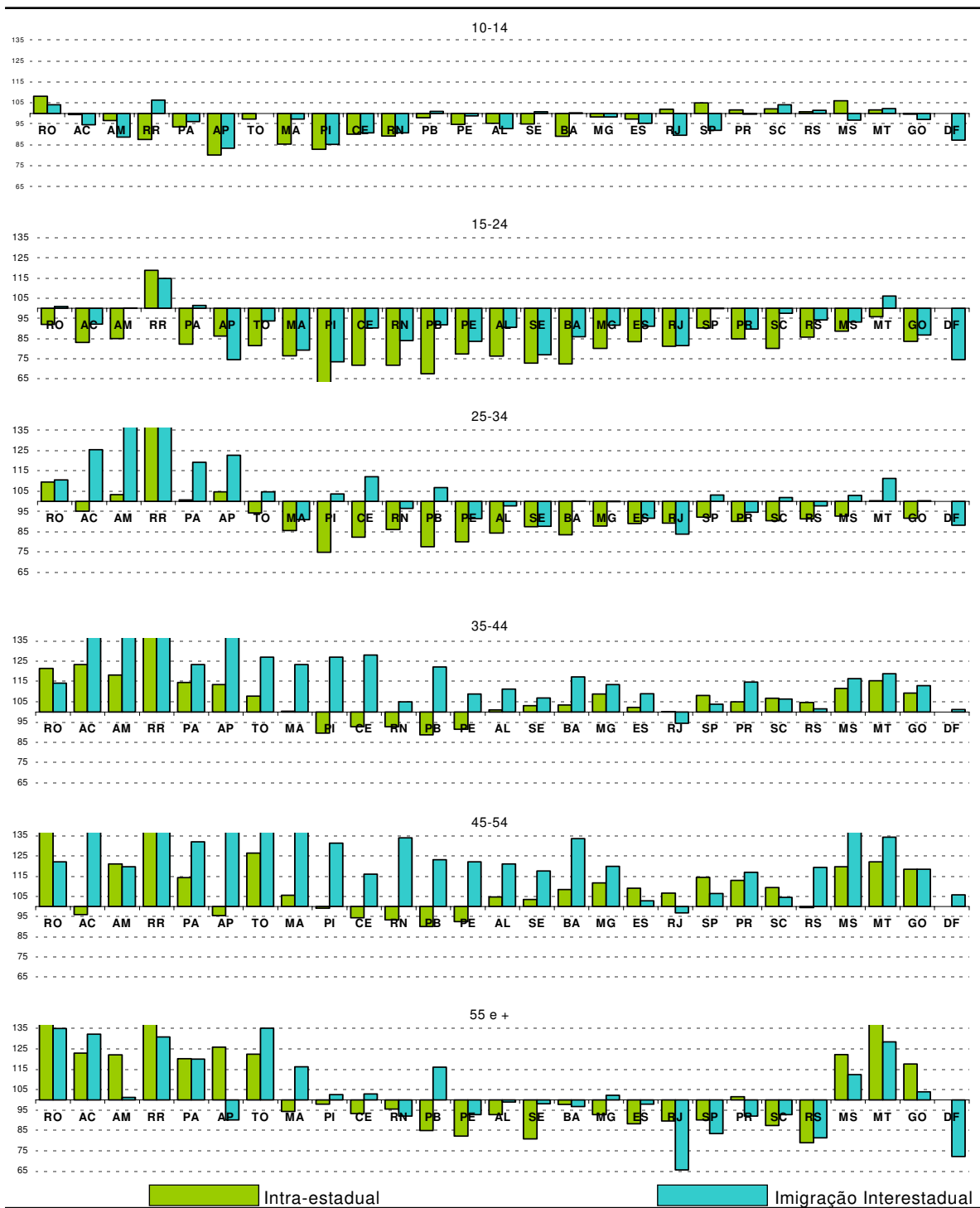
Além de chamar a atenção para os diferenciais da razão de sexo no comportamento migratório, as observações acima remetem à reflexão sobre a importância do estudo da migração vinculado às perspectivas de ciclo vital e aos diferentes contextos de origem e destino.

Figura 3.1
Razão de sexo para migração interestadual, por faixa etária e UFs
Brasil, 1981/91



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Figura 3.2
Razão de sexo para migração intra-estadual e imigração interestadual, por faixa etária e UFs
Brasil, 1981/91



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Mais uma vez se evidencia que os constrangimentos que envolvem a decisão de migração a longa distância tendem a ser distintos daqueles que envolvem a migração de curta distância. Estes últimos são supostamente mais fáceis de serem superados pelas mulheres, particularmente aquelas que migram de forma autônoma ou independente em estágios iniciais de seu ciclo vital. Desse ponto de vista a migração estaria mais vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade. Tal hipótese se ratifica na migração intra-estadual, nas idades entre 15 e 34, que é composta, em sua maioria, por mulheres¹¹ (Tabela 3.2). Não é por outra razão que recai sobre as migrantes dessa faixa etária uma análise mais aprofundada de suas características, a ser vista mais adiante. Parte dessa seletividade pode ser explicada pela migração para as áreas metropolitanas, especialmente para suas sedes, onde esse fenômeno é bastante acentuado¹² (BAENINGER, 1998; MELO 1998).

Com base na hipótese de que os contextos das áreas de destino refletem processos específicos e que a migração, em grande medida, se vincula ao mercado de trabalho – e, portanto, afeta especialmente as idades centrais–, utilizou-se um recorte para os movimentos inter e intra-estaduais discriminando

¹¹ Segundo Bilsborrow (1993) encontra-se uma proporção maior de mulheres nos deslocamentos menores: “A prática de definir migração interna somente entre mudanças de residência entre unidades geográficas relativamente grandes (estados ou províncias) pode gerar uma subrepresentação da migração feminina pois a proporção de mulheres migrantes entre unidades geográficas menores (municípios ou distritos) tende a ser maior que as de migrantes entre áreas geográficas maiores”.

¹² De acordo com Baeninger (1998) a presença da migração feminina nos núcleos das Regiões Metropolitanas corresponde à mais da metade da migração jovem.

alguns contextos particulares como, por exemplo, as áreas de fronteira e as áreas metropolitanas baseados em classificação regional definida por Martine e Camargo(1984)

(Tabela 3.3).

Tabela 3.3				
Razão de sexo por tipo de migração				
Áreas selecionadas				
Brasil, 1981/1991				
áreas selecionadas	faixas etárias	interestadual		intra-estadual
		imigração	emigração	
Áreas de Fronteira				
CO	15-24	95,5	89,9	87,2
NO	15-24	99,7	82,4	83,6
CO	25-34	105,1	97,6	93,6
NO	25-34	118,3	98,1	101,6
CO	35-49	118,2	118,0	111,9
NO	35-49	125,5	121,3	117,1
Áreas de Expulsão				
MG	15-24	91,4	90,9	80,0
NE	15-24	84,2	92,6	72,8
MG	25-34	98,9	96,3	87,9
NE	25-34	98,9	102,2	82,5
MG	35-49	114,5	106,9	109,1
NE	35-49	118,4	108,9	96,5
Áreas de Alto Desenvolvimento Urbano Industrial				
SP	15-24	100,0	95,5	90,3
SP	25-34	102,9	107,0	92,2
SP	35-49	103,1	122,2	109,2
Áreas com Alta Concentração do Setor Serviços				
DF	15-24	74,4	84,2	79,5
RJ	15-24	81,3	97,0	81,1
DF	25-34	88,2	85,2	86,9
RJ	25-34	83,6	103,6	89,2
DF	35-49	101,6	95,8	104,8
RJ	35-49	91,5	110,0	100,7

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991

Como se pode ver, os resultados obtidos refletem diferenciais na composição por sexo a depender da área de destino, indicando que os condicionantes dos movimentos são bastante distintos entre as áreas selecionadas (CUNHA e BAENINGER, 2000 e MARTINE, 1994).

As áreas de fronteiras, menos urbanizadas, mostram em seus fluxos de longa distância forte predominância de imigrantes do sexo masculino, característica essa que cresce significativamente à medida que aumenta a idade desses migrantes. Para Moreira e Moura (2000), a seletividade da imigração para os estados do Norte se deve a um grande número de migrantes jovens e solteiros. No que diz respeito às mulheres, é esperado que estas se dirijam a essas áreas “à reboque” de seus cônjuges e pais, numa migração de caráter familiar, já que nessas regiões as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para elas seriam bem mais reduzidas (MOREIRA E MOURA, 2000). Essa característica familiar encontra reforço em Baeninger (1998) ao relacionar a participação dos adolescentes (15-17 anos) à natureza dos movimentos migratórios, uma vez que o maior peso dessa migração jovem em relação ao total de migrantes (e o seu maior peso frente à população correspondente) para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste reflete “*a própria trajetória demográfica das regiões e o ciclo de vida das*

famílias migrantes nas distintas regiões; provavelmente para as fronteiras agrícolas predominem famílias em expansão, compostas pelo casal e filhos em idade escolar” (BAENINGER, 1998, p.45).

Vale a pena notar que a migração intra-estadual, predominante nos fluxos migratórios que se orientaram para as áreas de fronteira nos anos 1980, facilita, talvez por sua menor distância, um deslocamento maior de mulheres jovens. Porém, é necessário relevar que a preponderância do contingente feminino, especialmente nas idades de inserção na população ativa, é ainda maior na emigração dessa região, e sua explicação é sugerida pelos autores acima citados em função das *“características dos mercados de trabalho dessa área que seriam relativamente mais refratários ao emprego da mão de obra feminina”* (MOREIRA E MOURA, 2000, p.145).

As áreas tradicionalmente consideradas como de evasão demográfica são as que mostram as menores razões de sexo na migração intra-estadual, especialmente se tomarmos o caso do Nordeste. Como se pôde ver na Figura 3.2, a maior proporção de mulheres na migração de curta distância foi característica comum a todos os estados nordestinos nas idades entre 15 e 34 anos.

Quanto aos movimentos interestaduais, tanto Minas Gerais como os estados metropolitanos do Nordeste apresentaram expressivos volumes migratórios de retorno, estes últimos com mais da metade de sua imigração consistindo de migrantes retornados, oriundos principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, destinos tradicionais dos migrantes nordestinos (PATARRA *et al.*, 2000; CARVALHO E RIGOTTI, 2000; BAENINGER, 2000; LYRA, 2003). Em estudo sobre a Região Centro Leste (Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro), Carvalho e Rigotti (2000) observaram que a população emigrante de Minas se caracterizava por uma maior juventude do que sua contrapartida imigrante. Consideraram que tal característica se devia, em parte, ao peso da migração de retorno, já que a condição de retornado implica que o migrante realizou anteriormente e, portanto, mais jovem, pelo menos um movimento de emigração. Considerando verdadeira a suposição acima, ter-se ia também a mesma explicação para o caso do Nordeste, já que, como dito anteriormente, grande parte da imigração para a região consistiu, nessa década, de retornados.

Em relação ao Rio de Janeiro, os autores encontraram evidências opostas, isto é, os imigrantes seriam mais jovens que os emigrantes. Do ponto de vista

demográfico essas evidências complementam o que foi proposto acima, dadas as trocas migratórias entre os estados do Nordeste e o Rio de Janeiro.

Para as áreas de maior desenvolvimento urbano-industrial, como São Paulo, onde a migração individual tende a ter maior peso (CUNHA, 1994), os homens são quase sempre em maior número, particularmente para a migração de mais longa distância.

Em contrapartida, as áreas mais urbanizadas nas quais predominam as atividades terciárias revelam um comportamento bem diferenciado, onde a maior proporção de mulheres é visível em quase todas as idades.

Por fim, percebe-se claramente que, nos movimentos de mais curta distância, e independentemente do contexto escolhido, a migração dos mais jovens traz grande representação de mulheres. Por ser o movimento em que as razões de sexo são mais baixas, a migração intra-estadual passa a ser merecedora de uma análise mais detalhada - especialmente quando realizada nos estados que na década de 1980 possuíam Regiões Metropolitanas -, ainda sob a mesma ótica da seletividade etária e de sexo.

3.3 MIGRAÇÕES PARA E DENTRO DAS ÁREAS METROPOLITANAS

Os estados que continham áreas metropolitanas na década de 1980 foram responsáveis por cerca de 75% dos movimentos realizados internamente ao país nesse período.

Se para o Brasil como um todo, os deslocamentos intra-estaduais deram a tônica da mobilidade interna, respondendo por 67,8% do total dos movimentos, tal característica se deveu aos estados acima, responsáveis por cerca de 77% dos deslocamentos intra-estaduais. Vale a pena notar que, dentre esses estados, apenas São Paulo, Rio de Janeiro e Pará registraram percentuais menores que o nacional (64,9%, 66,1% e 61,6%, respectivamente), dada a importância da imigração inter-regional com destino a essas Unidades da Federação¹³ (Tabela 3.4). Outra observação importante a registrar para algumas dessas Unidades da Federação, é que parcela importante desses movimentos se refere aos deslocamentos intrametropolitanos. Este é o caso dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo em que o peso da migração intrametropolitana nos movimentos intra-estaduais foi de 49%, 31% e 23%, respectivamente (Tabela 3.5).

¹³ Uma síntese desses movimentos pode ser encontrada em Patarra *et al.* (2000)

Tabela 3.4
Movimentos migratórios
Estados Metropolitanos, 1981/91

UF	intraestadual	interestadual		total
		intraregional	interregional	
PA	61,6	6,9	31,4	1.043.213
CE	75,8	9,8	14,4	1.007.510
PE	73,5	13,5	13,0	1.169.143
BA	75,8	8,3	15,9	1.527.578
MG	74,1	16,5	9,4	2.548.920
RJ	66,1	13,0	20,9	1.411.832
SP	64,9	8,1	27,0	6.199.374
PR	74,6	7,1	18,3	1.910.171
RS	88,4	6,8	4,8	1.582.811
DF	25,3	12,7	62,0	563.827
Brasil	67,8	11,2	21,0	26.690.150

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Para metade desses estados a maioria dos movimentos intra-estaduais conta com a participação de algum município da Região Metropolitana, como se pode observar na tabela 3.5, abaixo. Fogem a essa característica os estados do Pará, Bahia, Minas Gerais e Paraná, onde as trocas migratórias entre os municípios do interior concentram valores superiores a 59% desse tipo de migração. Ainda em relação aos movimentos com destino ao interior desses estados metropolitanos observa-se, quando oriundos de suas respectivas Regiões Metropolitanas, muito mais migrantes das sedes do que de seus entornos. Essa característica é especialmente marcante no estado de São Paulo, que tem nos deslocamentos originários do município sede em direção ao interior 14% de seus movimentos intra-estaduais (Tabela 3.5). Outro destaque retratado nessa tabela é

a importância da Região Metropolitana no contexto da migração interna do Rio de Janeiro, uma vez que não chegam a 20% os movimentos realizados apenas entre os municípios do interior.

Tabela 3.5
Movimentos migratórios intra-estaduais e intrametropolitanos
Estados Metropolitanos, 1981/1991

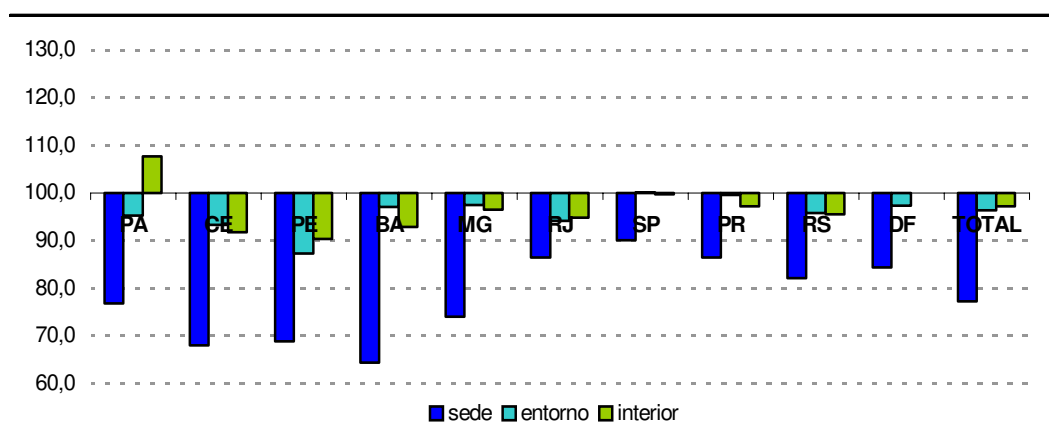
	intra-estadual							intra-estadual			total
	região metropolitana				interior da UF			sede	entorno	interior	
	intrametropolitana		intUF->RM		RM->intUF		int->int				
	sede	entorno	sede	entorno	sede	entorno					
PA	0,32	5,60	17,00	2,57	8,64	0,39	65,48	17,32	8,17	74,51	643.076
CE	1,78	16,57	24,30	8,00	8,81	1,13	39,42	26,07	24,56	49,36	763.631
PE	1,98	28,95	6,70	11,16	5,75	3,39	42,07	8,68	40,11	51,21	859.186
BA	0,91	4,57	15,47	4,31	6,64	0,96	67,13	16,38	8,88	74,74	1.158.202
MG	0,87	15,73	9,04	7,30	6,61	1,16	59,29	9,90	23,03	67,07	1.888.594
RJ	4,80	44,35	6,34	11,84	8,57	5,07	19,04	11,13	56,19	32,68	933.651
SP	1,19	21,77	5,07	5,71	14,11	3,86	48,30	6,26	27,48	66,27	4.024.023
PR	0,70	8,53	9,72	5,08	4,38	0,57	71,04	10,41	13,60	75,98	1.425.359
RS	1,52	17,93	7,69	15,22	5,57	4,30	47,77	9,21	33,15	57,64	1.399.429
Total	1,4	18,5	9,3	7,5	8,9	2,6	51,8	10,7	26,0	63,3	13.095.151

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação própria.

* população residente há menos de 10 anos no município atual (inclui não-naturais e retorno)

A decomposição das razões de sexo na migração intra-estadual, retratada na Figura 3.3, mostra que a predominância feminina, presente em quase todos os fluxos, varia em intensidade segundo o destino, sendo nos movimentos internos às Unidades da Federação com destino à suas capitais que ela atinge seu grau maior.

Figura 3.3
Razão de sexo para a migração intra-estadual por área de destino
Estados com Regiões Metropolitanas, 1981/91



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Assim também acontece, como se verá mais à frente, com os movimentos interestaduais com destino às Regiões Metropolitanas: as menores razões de sexo dizem respeito aos deslocamentos que se dirigem às suas sedes.

3.4 MOVIMENTOS INTRAMETROPOLITANOS

Os deslocamentos intrametropolitanos foram os responsáveis por mais de um terço dos movimentos migratórios nas regiões metropolitanas quando analisados do ponto de vista da imigração e por 43% tomando-se a emigração como referência (Tabela 3.6). Além disso, se a esse peso agregarem-se os valores correspondentes aos deslocamentos entre as regiões metropolitanas e os municípios interioranos de suas correspondentes Unidades da Federação têm-se

que cerca de 67% dos movimentos que se destinam ou deixam, seja a capital, seja seu entorno, se dão no âmbito intra-estadual (Tabela 3.6).

Tabela 3.6
Distribuição relativa da migração segundo tipo de movimento
Regiões Metropolitanas, 1981/1991

Região		intraestadual							interestadual						Total
		intrametropolitana				do interior da UF			intraregional			interregional			
		cap-ent	ent-cap	ent-ent	total	int-cap	int-ent	total	oe-cap	oe-ent	total	oe-cap	oe-ent	total	
i m i g r a ç ã o	BELEM	16,3	0,9	0,0	17,2	49,4	7,5	56,9	4,1	0,3	4,4	19,8	1,6	21,4	221.083
	FORTALEZA	23,2	2,8	2,8	28,8	38,1	12,5	50,7	7,5	1,2	8,6	10,5	1,4	11,9	486.601
	RECIFE	32,4	3,2	14,7	50,3	10,9	18,2	29,1	5,0	4,4	9,5	5,8	5,3	11,1	527.814
	SALVADOR	11,9	2,9	2,5	17,2	48,5	13,5	62,0	6,4	2,4	8,7	10,5	1,6	12,1	369.645
	B HORIZONTE	31,0	2,2	9,1	42,3	23,1	18,6	41,7	5,5	3,2	8,7	4,8	2,5	7,3	740.210
	R. JANEIRO	23,6	4,4	17,2	45,2	5,8	10,9	16,7	7,8	3,8	11,5	18,7	7,8	26,5	1.014.195
	SÃO PAULO	21,8	1,8	11,4	35,0	7,7	8,7	16,4	5,7	3,4	9,1	25,4	14,1	39,4	2.636.774
	CURITIBA	21,3	2,1	4,9	28,3	29,8	15,6	45,4	7,4	2,4	9,8	12,9	3,6	16,5	464.204
	P. ALEGRE	18,8	3,2	18,5	40,5	16,0	31,7	47,7	1,9	4,7	6,5	3,2	2,1	5,3	672.337
	D. FEDERAL	18,0	4,5	2,8	25,3	6,2	5,5	11,6	0,8	0,3	1,1	50,4	11,5	62,0	563.835
	TOTAL	22,6	2,7	10,5	35,7	16,2	13,2	29,4	5,4	3,0	8,5	18,5	7,9	26,4	7.696.698
e m i g r a ç ã o	BELEM	20,9	1,2	0,0	22,1	32,3	1,5	33,7	13,0	0,1	13,1	30,9	0,1	31,0	172.083
	FORTALEZA	35,2	4,2	4,3	43,8	21,0	2,7	23,7	8,9	0,3	9,2	22,1	1,2	23,4	320.103
	RECIFE	34,2	3,4	15,5	53,1	9,9	5,8	15,7	9,1	1,6	10,7	16,4	4,1	20,5	500.191
	SALVADOR	17,7	4,3	3,7	25,7	31,1	4,5	35,6	11,3	1,6	12,9	24,4	1,4	25,8	247.310
	B HORIZONTE	41,0	2,9	12,0	56,0	22,3	3,9	26,3	9,4	1,1	10,5	6,6	0,6	7,2	560.048
	R. JANEIRO	23,7	4,4	17,3	45,3	7,9	4,7	12,6	14,5	3,9	18,3	20,8	3,0	23,7	1.011.835
	SÃO PAULO	23,5	2,0	12,2	37,7	23,1	6,3	29,5	7,1	1,6	8,7	20,1	4,1	24,2	2.452.982
	CURITIBA	33,6	3,4	7,7	44,7	21,2	2,8	24,0	10,6	1,0	11,6	18,1	1,6	19,7	294.292
	P. ALEGRE	26,5	4,4	26,0	56,9	16,3	12,6	28,9	5,2	2,3	7,6	5,2	1,4	6,6	478.079
	D. FEDERAL	28,0	6,9	4,3	39,2	7,9	5,6	13,5	1,5	0,2	1,7	40,2	5,4	45,6	363.918
	TOTAL	27,1	3,3	12,6	43,0	18,6	5,7	24,3	8,7	1,8	10,5	19,2	3,0	22,2	6.400.841

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulação própria

Em termos nacionais, dentre os 2,7 milhões de movimentos intrametropolitanos, 63% tiveram origem em suas sedes, enquanto que

aproximadamente um terço desses movimentos deveu-se a deslocamentos entre os municípios do entorno. Os movimentos que se destinam aos municípios sede dessas regiões, não atingindo 5% de participação em nenhuma área metropolitana, são minoria nesses deslocamentos intra-regionais.

Esse foi o retrato das migrações intrametropolitanas na década de 1980, com a sede dessas regiões recebendo migrantes interestaduais e expulsando população para o entorno. Além disso, há também a atração que o entorno exerce frente à população residente no mesmo estado a que ela pertence. Como consequência, há o crescimento mais intenso do entorno em detrimento das áreas centrais, sendo a migração intra-regional decisiva nesse processo, muito bem descrito por Cunha (2001):

“... clara tendência no Brasil a que os centros das aglomerações sejam, por um lado, as grandes portas de entrada da imigração externa e, ao mesmo tempo, a partir de onde saem as principais levadas de emigrantes que deixam essas aglomerações. No plano interno fica bem configurado um processo centrífugo de distribuição de população, tendo o centro como a principal área de expulsão de população e as periferias como áreas receptoras desses emigrantes. Nesse sentido fica muito claro o papel da maior parte dos municípios vizinhos ou próximos dos grandes centros urbanos nacionais: não apenas acomodar um “excedente” demográfico do centro, mas, sobretudo, o locus da quase inexorável continuidade do processo de espraiamento, sobretudo urbano, da região. Trata-se, portanto, não de um movimento de transferência populacional de um território para outro, mas da incorporação desses últimos ao processo de formação da “grande cidade” metropolitana.” (Cunha, 2001:33).

Esse comportamento geral não reflete necessariamente o desempenho da migração intrametropolitana em todas as Unidades da Federação. Considerando-se que os pesos diferenciados das modalidades de fluxos intrametropolitanos se

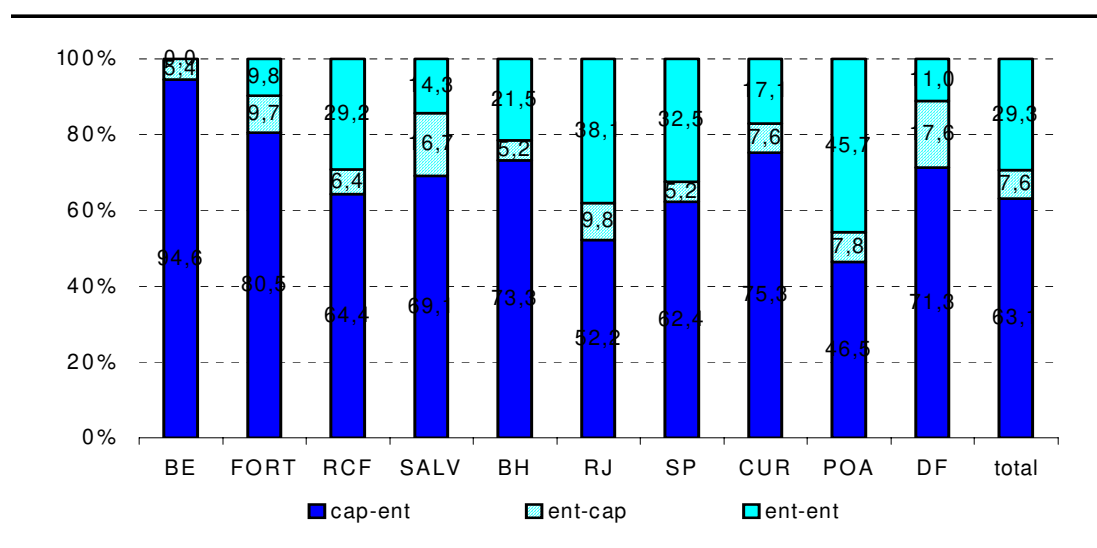
relacionam aos momentos de expansão e adensamento das distintas regiões metropolitanas (CUNHA, 2001), algumas características desses processos merecem destaque:

Nos anos 1980 as Regiões hoje mais consolidadas - São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre -, já apresentavam crescimento populacional total reduzido e incremento da periferia bem acima dos níveis do município central (CUNHA, 2001). Este estágio de desenvolvimento provavelmente explica processos similares em seus deslocamentos intrametropolitanos.

Responsáveis por cerca de 70% de todos os movimentos intrametropolitanos nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro respondem por metade), essas quatro áreas têm em comum o grande peso das trocas populacionais entre os municípios do entorno, em todas elas maior ou igual à média desta categoria nas migrações intrametropolitanas em âmbito nacional (Tabela 3.6). Essa característica é mais intensa no Rio de Janeiro e Porto Alegre, sendo que, nesta última esses deslocamentos têm o mesmo peso que os que saem da capital com destino ao entorno. Em contrapartida são as regiões metropolitanas que apresentam menores percentuais de saída da capital e, dentre estes, os mais extremados estão em Porto Alegre e Rio de Janeiro (Figura 3.4). Para o Rio de Janeiro chama atenção o peso das migrações intrametropolitanas com destino à capital (10%), superior à média nacional. São Paulo e Recife são,

neste grupo, as áreas metropolitanas com menores níveis de atração (ou retenção), 5 e 6%, respectivamente. Estas últimas são, aliás, as que apresentam padrões de distribuição da migração intrametropolitana relativamente semelhantes ao nacional.

Figura 3.4
Distribuição da migração intrametropolitana
Regiões Metropolitanas
1981/1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991

Apesar da redução do processo de concentração demográfica observada nos anos 1980, em grande parte derivada da redução da migração interestadual que interfere no crescimento das Regiões Metropolitanas, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, as sedes dessas duas áreas ainda se apresentam como grande pólo de recepção de migrantes externos, em especial dos fluxos oriundos de outras regiões que não o sudeste, ao mesmo tempo em que expulsam

migrantes intrametropolitanos. Por outro lado, mais do que qualquer outra região metropolitana, Recife tem na migração intrametropolitana seu principal componente migratório e se coloca, da mesma forma que Porto Alegre, como pólo de forte atração em termos intra-estaduais – tanto sua sede como seu entorno.

A Tabela 3.7 reforça em mais detalhes que as menores razões de sexo se verificam nos movimentos com destino à capital das áreas metropolitanas.

Tabela 3.7
Razão de sexo da migração segundo tipo de movimento
Regiões Metropolitanas, 1981/1991

Região	intraestadual					interestadual				Total
	intrametropolitana			do interior da UF		intraregional		interregional		
	cap-ent	ent-cap	ent-ent	int-cap	int-ent	oe-cap	oe-ent	oe-cap	oe-ent	
BELEM	94,7	100,1	-	76,4	96,8	92,4	139,5	87,9	111,6	84,4
FORTALEZA	92,6	74,8	96,5	67,4	93,9	77,3	100,6	95,2	103,3	81,3
RECIFE	87,9	84,3	88,2	64,9	85,4	75,2	85,5	99,3	101,6	85,1
SALVADOR	94,3	72,0	102,1	64,0	98,7	80,4	99,2	90,2	110,2	77,5
B HORIZONTE	96,2	78,6	100,3	73,5	98,5	97,1	105,0	93,3	97,6	91,0
R. JANEIRO	97,1	89,7	94,4	84,2	87,9	79,3	84,7	86,6	83,7	89,5
SÃO PAULO	101,1	94,4	99,1	89,1	99,4	87,1	100,3	96,2	102,3	97,6
CURITIBA	96,9	84,1	101,4	86,7	102,9	87,6	97,7	100,8	101,8	94,5
P. ALEGRE	92,4	88,5	95,8	81,0	97,8	84,2	95,0	93,3	98,7	92,7
D. FEDERAL	96,6	84,5	102,8	-	-	85,8	104,5	85,8	104,2	91,0
TOTAL	96,5	86,4	96,7	75,9	96,0	84,6	96,7	84,6	99,7	99,7

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991. Tabulação própria

Duas únicas exceções a esse padrão estão refletidas na migração intrametropolitana da Região Metropolitana de Belém e na migração inter-regional para a do Rio de Janeiro. Como coloca Baeninger (1998):

“Esta importante participação feminina nas migrações metropolitanas pode estar relacionada ao papel que as regiões metropolitanas desempenham no cenário econômico nacional; constituindo as regiões mais urbanizadas de seus respectivos estados e, portanto, os grandes pólos de concentração do terciário nacional, principalmente os núcleos metropolitanos, parte considerável da população migrante, e em especial a migrante jovem feminina, tende a buscar sua inserção nos serviços e comércio desses espaços urbanos”. (Baeninger, 1998:p.51).

Na sequência deste capítulo foram mostradas as diversidades de composição por sexo dos fluxos migratórios em função dos contextos de origens e destino e das modalidades dos movimentos migratórios. Nesse rico universo se refletem também as características dos indivíduos que os compõem: suas expectativas, seus estágios no ciclo vital e suas capacidades. Assim, pôde-se mostrar que alguns desses movimentos tendem a favorecer a migração feminina. Dentre eles, os movimentos intra-estaduais, bastante freqüentes no período estudado. Além disso, mostrou-se também que é intensa a presença feminina nos fluxos que se dirigem às regiões metropolitanas e, mais ainda, às suas sedes dadas as maiores oportunidades de trabalho. A relação desses índices com a estreita vinculação entre mercado de trabalho e movimentos migratórios indica uma maior possibilidade da migração feminina com vista a uma maior autonomia.

Embora numerosas, essas mulheres padecem a ausência de identificação. O capítulo a seguir pretende dar maior visibilidade a essas migrantes, identificando-as na relação com o chefe do domicílio e, mais ainda, em que estágio do ciclo de vida realizaram esses movimentos, procurando indícios de busca de maior independência e melhores condições de vida por parte dessas mulheres.

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÃO FEMININA: DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA

4.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende dimensionar com mais clareza o sentido da migração feminina com vistas a precisar o significado desses movimentos em sua dimensão familiar e individual. De acordo com os estudos resenhados nos capítulos anteriores, as mulheres que migravam, o faziam principalmente visando a manutenção da estrutura familiar no destino. Não que tal objetivo não tenha sido essencial, mas se esse foi um período de mudanças profundas na estrutura social brasileira, seus reflexos se fariam sentir também na migração. É neste momento que se coloca a importância das informações censitárias que possibilitaram a análise dos deslocamentos por estado conjugal no momento da migração, sendo esse o recorte metodológico escolhido para análise da população feminina migrante nesse período no Brasil. Por meio deles, e segundo sua posição no domicílio, pode-se buscar uma aproximação do grau de autonomia, dependência ou associação da migração, discutir mais detalhadamente a posterior inserção das mulheres no mercado de trabalho, e assim dialogar com a literatura afim.

O capítulo que se inicia apresenta características detalhadas da migração feminina por estado conjugal ao migrar, mostra a inserção dessas mulheres no domicílio e termina com a análise da ocupação das migrantes em conjunto com essas duas variáveis. No correr da análise, outros recortes que apóiam os estudos de migração ajudam a enriquecer esse panorama.

4.2. ESTADO CONJUGAL AO MIGRAR¹⁴

Para as três áreas consideradas, a maior parcela da população migrante de 15 anos e mais¹⁵ se compõe de indivíduos que se deslocaram solteiros, predomínio ainda mais visível dentre os homens do que entre as mulheres, especialmente no Sudeste (Tabela 4.1). Em segundo lugar estão os que migraram casados, em proporções semelhantes às dos solteiros tanto em Pernambuco como em São Paulo, mas quase dez pontos percentuais a menos do que estes no Rio de Janeiro. As participações equivalentes que caracterizam os casados em ambos os sexos não se repete nos estados conjugais “separado” e “viúvo”. Além de serem numericamente inferiores,

¹⁴ População com menos de 10 anos de residência no município.

¹⁵ Como a população das faixas etárias precedentes se constitui majoritariamente de indivíduos solteiros, optou-se por trabalhar com a população de 15 anos e mais. A participação da faixa etária 10-15 anos dentre os migrantes de 10 anos e mais foi de 20,5% no Rio de Janeiro, 13% em São Paulo e 16% em Pernambuco. Como a idade registrada é a da ocasião do censo, esses migrantes seriam ainda mais jovens no momento da migração, colaborando para inflar a quantidade de migrantes solteiros.

estas duas últimas condições mostram uma participação feminina sempre mais elevada (Tabela 4.1). Esta característica também se apresenta para as “não solteiras (NãoSolt)”, “casadas ou solteiras (Cas/Solt)” e “ignoradas (IG)”, que identificam possibilidades distintas para estados conjugais, porém não são passíveis de definição: seu peso na população feminina chega a 25% no Rio e em Pernambuco (Tabela 4.1).

Tabela 4.1

Situação conjugal ao migrar, por sexo e área de destino.

População migrante* com 15 anos e mais.

Estados Seleccionados, 1991

Unidades da Federação		Estado conjugal							Total
		Definidos				Indefinidos			
Sexo		Solteiro	Casado	Separado	Viúvo	Cas./Solt.	Não Solt.	Ig.	
Rio de Janeiro	Homens	45,7	33,8	0,7	0,1	6,1	3,8	9,8	437.905
	Mulheres	38,7	32,6	2,0	0,7	8,9	6,4	10,6	506.359
	Total	42,0	33,2	1,4	0,4	7,6	5,2	10,2	944.264
São Paulo	Homens	45,4	38,4	0,7	0,4	4,6	2,7	7,9	2.143.759
	Mulheres	36,6	37,5	1,6	2,1	7,3	5,0	9,9	2.265.595
	Total	40,9	37,9	1,1	1,3	6,0	3,9	8,9	4.409.354
Pernambuco	Homens	39,7	38,7	0,6	0,3	5,3	3,1	12,2	365.837
	Mulheres	36,1	33,0	1,9	2,5	6,2	5,9	14,4	431.113
	Total	37,8	35,6	1,3	1,5	5,8	4,6	13,4	796.950

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

(*) tempo de residência no município atual menor que 10 anos.

As análises seguintes, nas quais se verifica a inserção dos migrantes no domicílio a partir do estado conjugal ao migrar, se referem apenas às categorias com definição de estado conjugal, resultando em 77% dos migrantes com mais de 15 anos de idade no Rio de Janeiro, 81,2% em São Paulo e 76,2% em Pernambuco (Tabela 4.2).

Tabela 4.2

Situação conjugal ao migrar, por sexo e área de destino.
População migrante* com 15 anos e mais.
Estados Seleccionados, 1991

Unidades da Federação	Sexo	Estado conjugal				
		Solteiro	Casado	Separado	Viúvo	
Rio de Janeiro	Homens	56,9	42,1	0,9	0,1	351.616
	Mulheres	52,3	44,0	2,7	1,0	375.022
	Total	54,5	43,1	1,8	0,6	726.637
São Paulo	Homens	53,5	45,2	0,8	0,5	1.818.131
	Mulheres	47,0	48,2	2,0	2,7	1.762.894
	Total	50,3	46,7	1,4	1,6	3.581.025
Pernambuco	Homens	50,0	48,7	0,8	0,4	290.552
	Mulheres	49,1	44,9	2,6	3,4	316.929
	Total	49,6	46,7	1,7	2,0	607.481

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

(*) tempo de residência no município atual menor que 10 anos.

Levando-se também em conta que as questões referentes às restrições ou às oportunidades para migrar estão relacionadas ao mercado de trabalho, estudo e acompanhamento familiar, serão utilizadas daqui para frente apenas as idades entre 15 e 54 anos, que incorporam as idades produtivas e reprodutivas.

4.3. ANÁLISE DOS MIGRANTES POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO NA ÉPOCA DO CENSO, SEGUNDO ESTADO CONJUGAL AO MIGRAR.

4.3.1. CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM SOLTEIROS

Em relação às características etárias, primeiramente a confirmação de aspectos mais gerais a respeito da seletividade migratória. A tabela 4.3 indica

a maior juventude das mulheres migrantes (primeira linha) e a predominância masculina nas idades entre 25-34 anos, embora com intensidades diferentes em cada uma das áreas consideradas: mais leve em Pernambuco, onde a razão de sexo é 106 e mais intensa em São Paulo, com razão de sexo de 140. Parte desse diferencial diz respeito às oportunidades do mercado de trabalho nas três regiões, pois as faixas etárias compreendem as idades produtivas. Esse contingente masculino que migra solteiro nessas idades para integrar esse mercado é importante o suficiente para produzir razões de sexo superiores a 100 para a população que migrou solteira nos estados da Região Sudeste. Em Pernambuco, entretanto, os migrantes dessa faixa etária, homens em sua maioria, não são suficientes para alterar a razão de sexo do total da população que para lá migra solteira e cujo valor (94,8) retrata um número mais elevado de mulheres (Tabela 4.3).

Tabela 4.3

Distribuição etária por sexo e razão de sexo por faixa etária dos solteiros ao migrar
Estados Selecionados, 1991

faixa etária	RJ		SP		PE		Razão de sexo		
	H	M	H	M	H	M	RJ	SP	PE
15a24	59,9	63,4	63,4	67,7	70,7	71,8	96,5	110,5	93,3
25a34	32,2	28,3	30,7	26,0	23,2	20,8	115,9	139,7	105,9
35a44	6,2	6,3	4,6	4,8	4,8	5,3	100,5	113,1	85,9
45a54	1,7	2,0	1,3	1,5	1,2	2,0	88,7	104,3	58,1
total	200.144	196.053	964.038	815.895	143.980	151.848	102,1	118,2	94,8

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

A juventude, um dos aspectos mais característicos da seletividade migratória, é ainda mais contundente entre os solteiros, o que explica, na lógica do ciclo vital, o fato destes serem, sobretudo, filhos. Nas três áreas analisadas, é nessa condição familiar que se insere a maioria dos(as) solteiros(as), tendo os homens, em todas elas, maior peso que as mulheres (Tabela 4.4). Em Pernambuco, a estrutura etária dos migrantes é ainda mais rejuvenescida, (71,3% dos(as) migrantes que para lá se deslocaram ainda solteiros(as) pertenciam à faixa etária 15-24 anos, dez pontos percentuais a mais que no Rio de Janeiro), compatível com ser essa área aquela em que há maior inserção de solteiros(as) inseridos(as) como filhos(as) do chefe de domicílio na época do censo (Tabelas 4.3 e 4.4).

Tabela 4.4

Distribuição dos solteiros ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio atual
Estados Selecionados, 1991

sexo	Condição no domicílio							Total
	Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	Out Par.	Agr/Pen	Emp.dom.	
Rio de Janeiro								
homens	34,0	0,6	39,2	9,9	9,5	6,4	0,6	200.144
mulheres	8,2	25,3	33,7	7,8	9,8	5,9	9,3	196.053
Total	21,2	12,8	36,5	8,9	9,6	6,2	4,9	396.197
São Paulo								
homens	32,4	0,3	40,5	13,1	8,7	4,8	0,2	964.038
mulheres	6,9	26,7	36,0	10,8	8,2	4,4	7,0	815.895
Total	20,7	12,4	38,4	12,1	8,5	4,6	3,3	1.779.933
Pernambuco								
homens	23,3	0,3	58,3	7,3	7,9	2,5	0,4	143.980
mulheres	6,4	18,0	45,6	7,5	8,7	5,0	8,7	151.848
Total	14,7	9,4	51,8	7,4	8,3	3,8	4,6	295.828

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Associando-se a migração dos filhos solteiros a um movimento preponderantemente familiar, tem-se que mais da metade dos solteiros migrantes de Pernambuco teria se deslocado com a família, já que é nesse estado que tal participação é mais freqüente (58%). Como essa proporção se reduz quase vinte pontos percentuais quando se analisam os estados do Sudeste ter-se-ia, com base na evidência acima, menor peso da migração familiar quando o destino é esta última região. Os dados corroboram estudos anteriores que associam um padrão de migração mais familiar para deslocamentos de menor distância (CUNHA, 1994; BILAC, 1997), uma vez que a migração em Pernambuco é predominantemente intra-regional. Esses diferenciais regionais se repetem em nível menos elevado na migração das filhas solteiras. Além disso, embora a incidência de filhas seja maior em Pernambuco do que no Rio e São Paulo, essa diferença é menos pronunciada do que no caso dos homens (Tabela 4.4).

Depois dos filhos, as posições no domicílio atual que aparecem com maior freqüência dentre aqueles que migraram solteiros são, respectivamente, as de “chefe” e “cônjuge”, ambas bem diferenciadas por sexo, com predominância dos homens na primeira e das mulheres na segunda. Apesar dessa predominância, o número de mulheres declaradas chefes de domicílio não é desprezível. Novamente aqui se percebe um diferencial de nível entre

as regiões, uma vez que em Pernambuco essas categorias são menos representadas, com comportamento inverso ao dos filhos (Tabela 4.4).

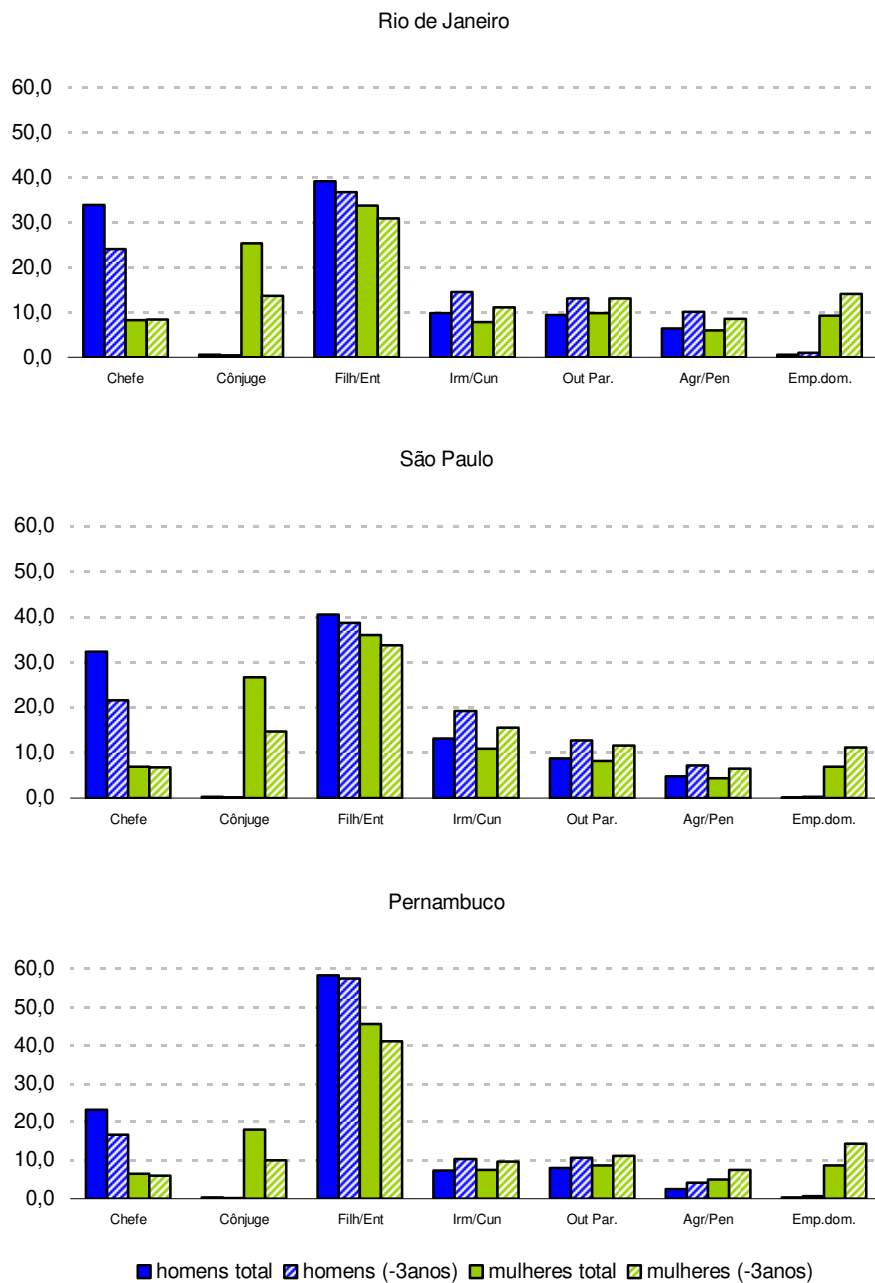
Uma informação interessante a extrair da tabela 4.4, e possibilitada pela desagregação das informações segundo estado conjugal ao migrar, diz respeito à manutenção do estado civil das mulheres entre a época da migração e a data do censo para a maior parte dessas migrantes. Para os dois estados do Sudeste, pode-se ter certeza que aproximadamente 30% das mulheres que migraram solteiras casaram após a migração: este valor representa a soma das declaradas cônjuges (pouco mais de 25%) com as que se inserem como noras dos chefes (cerca de 2%). Nas categorias restantes não são possíveis afirmações a esse respeito, embora se possa supor que também uma parte das filhas tenha se casado com migrantes que se encontram então, inseridos na condição de genros. Quanto às chefes de domicílio (entre 8,2 e 6,4%), com maior probabilidade possivelmente ocupam essa condição em arranjos unipessoais ou monoparentais.

Como na posição de cônjuge, também na de empregado(a) doméstico(a) é intenso o predomínio feminino, especialmente no Rio e em Pernambuco, estados nos quais se inserem quase 10% das mulheres que migraram solteiras (Tabela 4.4).

Relembrando o que foi assinalado no capítulo 2, a condição “solteiros ao migrar” é a única que permite verificar alterações no estado conjugal no tempo decorrido entre as datas da migração e do censo. Assim, mais do que qualquer outra condição conjugal, é para os indivíduos que migram solteiros que se faz importante a verificação do tempo de residência na área de destino. Como a inserção no domicílio se refere à posição atual e não à da época da migração, espera-se encontrar menos alterações nessa condição em períodos de tempo mais curtos.

Sob essa hipótese, a mesma análise foi realizada tomando apenas os migrantes solteiros com no máximo três anos de residência no município (em torno de 40% daqueles que migraram solteiros na década), com o intuito de minimizar as influências que o tempo apresentaria em sua condição domiciliar no local de destino. Com isso, esperam-se maiores proporções de parentes, agregados e empregadas domésticas na migração recente (menos de três anos de residência) dos solteiros, em detrimento das posições que, em princípio, levariam mais tempo para serem assumidas num novo local, como a de chefia e de cônjuge. Os resultados obtidos são similares para as três áreas e são consistentes com a hipótese formulada, como se pode ver nos gráficos abaixo (Figura 4.1).

Figura 4.1
Distribuição dos solteiros ao migrar (totais e recentes) por sexo, segundo condição no domicílio atual
Estados Seleccionados, 1991



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Centrando a análise apenas nas mulheres, a hipótese acima se confirma para todas as posições à exceção da de chefia. Efetivamente, os parentes, os agregados e empregados residentes no domicílio reduzem sua participação à medida que aumenta seu tempo de residência no local de destino. São posições no domicílio que retratariam maior dependência, mesmo que temporária, pressupondo alterações nas condições de vida com o passar do tempo e a inserção no domicílio como apoio inicial na condição de migrante. Essa rápida modificação de condição no domicílio relativiza o caráter dependente da migração realizada por essas categorias. A família parece ser mais um veículo para a migração do que propriamente um condicionante essencial.

O crescimento da permanência no novo local de residência permite mais possibilidades de conhecimentos, de trabalho e também maiores chances de eventuais uniões. Com isso, os atores acima alterariam sua posição no domicílio, eventualmente passando a cônjuges, fato que explicaria a elevação dessa condição de patamares entre 10 e 15% dentre as migrantes solteiras recentes para 18 e 27% no total das migrantes solteiras (Figura 4.1).

Uma observação bastante interessante é a constância na proporção de mulheres que migram solteiras, no total e recentes, e se reportam na condição de chefia. Tal característica levanta a possibilidade de que, ao menos

aparentemente, as mulheres declaradas chefes de domicílio já se deslocaram nessa condição, pois seu peso na migração mais recente é praticamente o mesmo de quando se considera a migração durante toda a década. Em outras palavras, esta condição de inserção no domicílio independe do tempo de residência, o que pode indicar um alto grau de autonomia desse tipo de migração feminina. (Tabelas 4.4 e 4.5). Esta característica se manifesta como uma particularidade apenas das mulheres chefes, já que a participação dos homens chefes se comporta conforme o esperado, crescendo com o passar do tempo.

O emprego doméstico com residência no domicílio se mostra uma forma possível de sobrevivência –ao menos inicialmente- para as mulheres que migraram solteiras: na migração mais recente, isto é, daqueles com no máximo três anos de residência no município, a proporção daquelas que se inserem como empregadas domésticas é pelo menos cinco pontos percentuais mais elevada do que a registrada para todo o período. A redução que se observa com o passar do tempo indica alteração, ou do estado conjugal - quando essas mulheres passam a ser cônjuges-, ou na inserção no domicílio, no que elas passariam, por exemplo, a chefes. Neste último estariam aquelas que, embora ainda ocupadas no serviço doméstico - e este pode inclusive ser o mesmo local de quando chegaram -, passam a residir em

outro domicílio que não o que trabalham e, portanto, têm alterada sua relação com o chefe. Reforçam-se dessa forma os aspectos individuais da migração dessa categoria.

Das características acima observadas, conclui-se que, tanto a condição de chefe de domicílio dentre os homens que migraram solteiros, como a de empregada doméstica para as mulheres e a de parentes/agregados para ambos os sexos, variam com o passar do tempo, mostrando ser o tempo de residência uma variável importante para a análise dessas categorias. Para as mulheres chefes, entretanto, o tempo de residência não altera essa possibilidade de inserção; como dito anteriormente, aquelas que se inserem como chefes aparentemente já migraram nessa condição.

Esse conjunto de informações sugere que uma maior autonomia - pensada como a realização do deslocamento individual -, passa a ser mais factível dentre as mulheres que migraram ainda solteiras que se colocam como chefes, acrescidas das que se inserem como empregadas domésticas.

Para discriminar melhor essas considerações agregou-se à análise outra variável, a modalidade da migração realizada por essas mulheres. Foi também realizada a comparação do tempo de residência das migrantes com o dos chefes de domicílio em que residem, procurando distinguir situações mais

propícias à migração familiar daquelas cujos deslocamentos poderiam ter se realizado com mais independência.

4.3.2. MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM SOLTEIROS

A intensidade dos movimentos de mais curta distância, importante característica da migração interna na década de 80, foi mostrada no capítulo anterior. A Tabela 4.5, abaixo, confirma esse atributo também para as mulheres que migraram ainda solteiras nos últimos três anos antes do censo: 74% das migrantes solteiras recentes em PE, e cerca de 50% em São Paulo e Rio de Janeiro realizaram o último deslocamento dentro dos respectivos estados. Entretanto, essa característica, quando observada segundo a posição no domicílio, se mostra regionalmente distinta.

Como se pode ver, as filhas e as chefes ocupam as duas posições no domicílio que se destacam por uma marcante participação nos movimentos intra-estaduais no Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. Contudo, nos movimentos internos em Pernambuco, são as empregadas domésticas que se apresentam em maiores proporções, logo seguidas por aquelas que, muito

provavelmente, casaram nesse espaço de tempo de três anos e ocupam, à época do censo, a posição de cônjuge no domicílio (Tabela 4.5).

Tabela 4.5
Distribuição das mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar,
por modalidade migratória, segundo condição no domicílio atual
Estados Seleccionados, 1991

tipo de migração	Condição no domicílio							Total
	Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	
Rio de Janeiro								
inter-regional	18,8	29,3	18,5	39,6	38,7	40,4	49,8	31,3
intra-regional	13,7	13,3	13,1	17,5	14,8	18,7	23,0	15,8
intra-estadual	67,5	57,4	68,3	42,9	46,5	40,9	27,3	52,9
total	6.536	10.753	24.220	8.719	10.249	6.724	11.048	78.249
São Paulo								
inter-regional	27,1	40,6	25,8	55,0	48,6	45,6	53,8	39,7
intra-regional	10,3	10,7	6,4	12,6	12,8	12,6	19,0	10,8
intra-estadual	62,6	48,6	67,8	32,3	38,6	41,8	27,2	49,5
total	23.127	49.889	114.934	53.133	39.633	21.927	38.045	340.688
Pernambuco								
inter-regional	12,6	8,7	14,5	8,5	9,1	5,7	2,4	10,2
intra-regional	11,5	13,8	13,4	15,7	19,4	21,9	17,7	15,5
intra-estadual	75,9	77,6	72,1	75,7	71,6	72,4	79,9	74,3
total	3.845	6.425	26.276	6.181	7.141	4.811	9.173	63.852

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Neste estado, e também contrariamente aos outros dois, as chefes apresentam maior peso relativo nas migrações inter-regionais, apontando os estados do Sudeste como prováveis origens de maior movimentação de mulheres declaradas chefes de domicílio, numa possível migração de retorno (Tabelas 4.5 e 4.6)¹⁶.

¹⁶ Em direção geográfica oposta se dirigem as parentes e agregadas já que têm, de forma geral, menos peso na migração intra-estadual. Essa posição no domicílio apresenta características de migração originárias do Nordeste. Ao que tudo indica, famílias estendidas, mais facilmente encontradas nessa região do país, se utilizam da presença de redes de parentesco em seu processo migratório (Tabela 4.6).

Tabela 4.6

Distribuição das mulheres migrantes recentes, solteiras ao migrar,
por condição no domicílio atual, segundo modalidade migratória
Estados Seleccionados, 1991

tipo de migração	Condição no domicílio							Total
	Chefe	Cônjuge	Fil/Ent	Irm/Cun	OutPar	Agr/Pen	Emp.dom.	
Rio de Janeiro								
inter-regional	5,0	12,9	18,3	14,1	16,2	11,1	22,4	24.505
intraregional	7,3	11,6	25,7	12,4	12,3	10,2	20,5	12.346
intra-estadual	10,7	14,9	40,0	9,0	11,5	6,6	7,3	41.397
total	8,4	13,7	31,0	11,1	13,1	8,6	14,1	78.248
São Paulo								
inter-regional	4,6	15,0	21,9	21,6	14,3	7,4	15,2	135.164
intraregional	6,5	14,5	20,1	18,2	13,7	7,5	19,5	36.908
intra-estadual	8,6	14,4	46,2	10,2	9,1	5,4	6,1	168.619
total	6,8	14,6	33,7	15,6	11,6	6,4	11,2	340.691
Pernambuco								
inter-regional	7,5	8,5	58,4	8,1	10,0	4,2	3,3	6.508
intraregional	4,5	8,9	35,7	9,8	14,0	10,6	16,4	9.896
intra-estadual	6,2	10,5	39,9	9,9	10,8	7,3	15,4	47.452
total	6,0	10,1	41,2	9,7	11,2	7,5	14,4	63.856

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

A combinação de emprego doméstico e moradia num mesmo domicílio também retrata diferenças regionais no que diz respeito à modalidade migratória (Tabela 4.6). É pela migração interregional que essa força de trabalho chega ao Rio de Janeiro (22%) e em São Paulo (15%), num quadro que configura existência de maior disponibilidade dessa mão de obra no Nordeste, apesar de, neste último estado, a maior incidência relativa se originar da própria região Sudeste (Tabela 4.6). Já para Pernambuco, como foi dito acima, maior participação relativa das mulheres que migram solteiras e são empregadas domésticas residentes no emprego tem origens na própria região ou de municípios do próprio estado (16% e 15%, respectivamente) (Tabela 4.6). Fator comum a essa inserção é a residência, de forma quase

sistemática, em domicílios de chefes não migrantes, que ocorre independentemente da região de destino e da modalidade migratória realizada (Tabela 4.7).

Tabela 4.7

Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das empregadas domésticas, residentes no emprego, que migraram solteiras, por modalidade migratória
Estados Selecionados, 1991

modalidade migratória		tempo	Rio de Janeiro	São Paulo	Pernambuco
inter estadual	inter regional	Antes	1,2	0,7	1,8
		Junto	4,4	3,9	14,7
		Depois	12,5	9,5	20,2
		ChNM*	81,9	86,0	63,3
		Total	5.498	20.486	218
	intra regional	Antes	0,4	0,2	0,6
		Junto	9,5	5,8	11,7
		Depois	14,0	11,3	24,2
		ChNM	76,2	82,7	63,4
		Total	2.537	7.212	1.627
intra estadual		Antes	0,5	1,5	1,3
		Junto	11,2	13,8	11,0
		Depois	15,3	18,0	26,4
		ChNM	73,1	66,8	61,3
		Total	3.011	10.348	7.327
Total		Antes	0,8	0,8	1,2
		Junto	7,4	7,0	11,2
		Depois	13,6	12,1	25,9
		ChNM	78,2	80,1	61,8
		Total	11.048	38.046	9.174

*CHNM: chefe não migrante

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Em relação às filhas, confirma-se que a grande maioria realizou seu deslocamento numa migração familiar, aqui considerada quando os tempos de residência no município do migrante e do chefe são iguais (82% em Pernambuco, 81,5% em São Paulo e 74% no Rio de Janeiro) (Tabela 4.8).

Tabela 4.8

Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das filhas que migraram solteiras, por modalidade migratória.
Estados Seleccionados, 1991

modalidade migratória		tempo	Rio de Janeiro	São Paulo	Pernambuco
inter estadual	inter regional	Antes	2,9	4,0	1,5
		Junto	64,7	76,4	55,1
		Depois	13,8	10,0	6,2
		ChNM*	18,6	9,6	37,1
		Total	4.490	29.649	3.798
	intra regional	Antes	2,4	2,8	1,5
		Junto	68,3	77,2	85,4
		Depois	8,1	9,1	3,9
		ChNM	21,3	11,0	9,3
		Total	3.179	7.413	3.534
intra estadual		Antes	0,8	1,1	1,1
		Junto	77,6	83,9	86,8
		Depois	6,4	5,0	3,3
		ChNM	15,2	10,0	8,9
		Total	16.552	77.873	18.946
Total		Antes	1,4	2,0	1,2
		Junto	74,0	81,5	82,0
		Depois	8,0	6,5	3,8
		ChNM	16,6	10,0	13,0
		Total	24.221	114.936	26.280

*CHNM: chefe não migrante

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Essa condição de simultaneidade nos deslocamentos das filhas e dos chefes é majoritária em todos os tipos de migração, mas perde sua intensidade à medida que crescem as distâncias percorridas. Novamente aqui, os dados ratificam que movimentos coletivos de uma mesma família são mais freqüentes na migração entre áreas mais próximas do que naqueles em que as distâncias são maiores. Isto reforça, por exemplo, a idéia da autonomia daquelas que migram como empregadas domésticas, cuja participação na migração interregional é bem mais significativa.

Se as elevadas proporções de filhas nos deslocamentos intra-estaduais – bem acima da média dessa modalidade entre as mulheres que migraram solteiras com menos de três anos de residência, quer para o Rio de Janeiro, quer para São Paulo - indicam alta propensão para migração familiar, corroboram-se, para esses dois estados, as constatações de Cunha (1994) e Bilac (1997) de ocorrência de migração familiar mais acentuada nos deslocamentos de curta distância (Tabela 4.6).

As migrantes solteiras e filhas de chefes não migrantes, são, dentre as filhas, a segunda condição mais representada, mas em proporções bastante inferiores àquelas que vêm com a família. Sua participação é mais significativa nos deslocamentos de longa distância. São encontradas com mais frequência em Pernambuco, onde representam quase 40% das filhas solteiras vindas de outras regiões, num provável movimento de retorno para a região de origem (Tabela 4.8).

Assim como a participação das diversas posições no domicílio por parte das mulheres que migraram solteiras difere por tipo de movimento realizado, também as áreas de destino – se a região metropolitana, sua sede ou entorno, ou o interior do estado - se relacionam com a intensidade dessa participação. Como exemplo, tomando-se o Rio de Janeiro, tem-se que, embora os volumes de mulheres que migraram solteiras para a sede e seu

entorno se mostrem equivalentes, a forma como essas mulheres se inseriram no domicílio muda radicalmente dependendo de onde residem (Tabela 4.9).

Como exaustivamente mostrado no capítulo anterior, a sede da área metropolitana é a direção preferencial dos deslocamentos com forte presença feminina. Para lá se deslocariam de forma mais autônoma as mulheres em busca de melhores condições de trabalho e ou estudo.

Por serem espaços onde vive a população com maior poder aquisitivo ou que mais demanda o serviço doméstico (até porque estão nas sedes as maiores proporções de famílias onde as mulheres trabalham fora e, portanto, precisam de alguém para suprir a execução dessas tarefas), é também nas sedes que se espera encontrar os maiores percentuais de empregadas domésticas (Jacquet, 2000; Baeninger, 1998). Efetivamente, a inserção como empregada no domicílio em que residem, tem proporções que variam entre 24% (São Paulo) e 30% (Recife) dentre as mulheres que migraram solteiras para a sede (Tabela 4.9).

Tabela 4.9

Distribuição dos migrantes recentes, solteiros ao migrar,
segundo condição no domicílio atual, por sexo e destino.
Estados Seleccionados, 1991

sexo	área	Condição no domicílio							Total
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	Out Par.	Agr/Pen	Empr dom.	
Rio de Janeiro									
homens	Entorno	22,7	0,4	44,1	13,3	11,8	7,2	0,4	33.487
	Sede	24,5	0,6	23,9	18,4	15,8	15,3	1,7	26.799
	UFresto	25,6	0,2	41,8	11,8	11,9	8,0	0,8	20.204
	Total	24,0	0,4	36,8	14,6	13,1	10,1	0,9	80.490
mulheres	Entorno	9,8	15,1	38,7	11,8	12,0	7,3	5,3	29.548
	Sede	6,6	11,7	18,4	11,3	15,2	10,6	26,3	30.462
	UFresto	8,9	14,9	39,3	9,8	11,5	7,4	8,1	18.240
	Total	8,4	13,7	30,9	11,1	13,1	8,6	14,1	78.250
Total		16,3	7,0	33,9	12,9	13,1	9,3	7,4	158.740
São Paulo									
homens	Entorno	24,2	0,2	33,9	21,8	13,7	6,2	0,2	109.097
	Sede	23,7	0,3	17,6	28,7	18,2	10,8	0,7	101.474
	UFresto	19,2	0,2	51,6	13,3	9,5	6,1	0,1	208.399
	Total	21,6	0,2	38,7	19,2	12,7	7,2	0,3	418.970
mulheres	Entorno	7,4	17,2	33,3	19,7	11,7	5,4	5,3	82.669
	Sede	7,1	13,4	13,6	18,9	14,3	8,5	24,2	104.145
	UFresto	6,3	14,1	47,6	11,2	9,8	5,6	5,5	153.875
	Total	6,8	14,6	33,7	15,6	11,6	6,4	11,2	340.689
Total		15,0	6,7	36,5	17,6	12,2	6,9	5,2	759.653
Pernambuco									
homens	Entorno	18,1	0,2	52,5	12,0	12,4	4,0	0,7	18.730
	Sede	20,0	0,3	35,9	15,2	16,5	9,1	2,9	7.657
	UFresto	15,1	0,1	64,9	8,3	8,4	3,2	0,1	34.498
	Total	16,7	0,1	57,4	10,3	10,7	4,2	0,6	60.885
mulheres	Entorno	7,6	10,5	40,5	11,0	12,2	6,6	11,7	20.948
	Sede	7,6	7,0	20,3	11,4	12,5	11,5	29,7	12.139
	UFresto	4,4	11,0	49,8	8,2	10,0	6,6	10,1	30.764
	Total	6,0	10,1	41,2	9,7	11,2	7,5	14,4	63.851
Total		11,2	5,2	49,1	10,0	10,9	5,9	7,7	124.737

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Para os três estados, a sede foge ao padrão no que diz respeito à incidência das diversas posições na família. De forma geral, a sede apresenta para ambos os sexos menor percentual de filhos, quase a metade em relação às outras duas áreas, e maior peso de parentes e agregados. Para as mulheres, é mais reduzida a presença de cônjuges e bastante elevada a de empregadas

domésticas. Em São Paulo, com mais peso do que esta última categoria, encontram-se as migrantes solteiras, parentes do chefe, especialmente na condição de irmãs ou cunhadas (Tabela 4.9). Os dados sugerem, portanto, que a sede é o pólo de atração da migração feminina com maior grau de autonomia familiar.

Além do peso das filhas ser mais reduzido no Rio de Janeiro, também na sede encontram-se menos chefes e cônjuges do sexo feminino. Essas características indicam que essa área se coloca efetivamente como destino para as mulheres que migram autonomamente e se utilizam, pelo menos inicialmente, o apoio de estruturas de redes familiares ou de amigos já constituídas. Entretanto, a posição de chefia, supondo correta a hipótese aventada anteriormente de migração autônoma, questiona a sede como destino prioritário das mulheres que fazem sua migração de forma mais individual: como se explica então a menor proporção de chefes nessa área?

Referenciar a chefia mais reduzida na sede da região metropolitana à questão econômica pode elucidar pelo menos parte dessa questão. Sendo o custo da moradia nas áreas centrais maior que nas periferias das grandes cidades, é razoável supor que parte das mulheres chefes resida nos municípios em torno das sedes das regiões metropolitanas mesmo que isso implique em deslocamentos diários para o local de trabalho.

Dentre as migrantes inter e intra-regionais, chegam preferencialmente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro as empregadas domésticas fixando-se, majoritariamente, em sua sede (Tabela 4.10).

Tabela 4.10

Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória
Rio de Janeiro, 1991

tipo de migração		destino	Condição no domicílio							Total
			Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Im/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	
inter estadual	inter regional	Entorno	3,7	12,6	26,6	19,3	17,8	11,8	8,2	5.456
		Sede	5,1	12,7	15,0	12,4	16,4	10,4	27,9	17.500
		UFresto	8,4	15,9	26,4	14,1	8,6	16,1	10,6	1.551
		total	5,0	12,9	18,3	14,1	16,2	11,1	22,4	24.507
	intra regional	Entorno	6,7	14,0	28,3	19,1	11,9	9,0	11,0	2.470
		Sede	7,2	10,3	18,4	11,0	12,4	11,7	29,1	6.386
		UFresto	7,7	12,3	37,4	10,2	12,4	8,2	11,7	3.488
		total	7,3	11,6	25,7	12,4	12,3	10,2	20,6	12.344
intra estadual		Entorno	11,7	15,9	43,0	9,1	10,5	5,9	3,8	21.623
		Sede	10,1	10,4	27,3	8,4	14,6	9,9	19,3	6.575
		UFresto	9,3	15,4	41,4	9,2	11,5	6,2	6,9	13.200
		total	10,7	14,9	40,0	9,0	11,5	6,6	7,3	41.398

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Como visto no capítulo anterior, em São Paulo se instalam proporcionalmente mais filhos dentre aqueles que migraram solteiros do que no Rio. Os níveis mais altos são registrados nos municípios externos à região metropolitana, especialmente dentre os homens (Tabela 4.9). Como no Rio, também o município sede apresenta características de inserção distintas das duas outras áreas; mas diferentemente do que acontece no primeiro, a condição de chefia apresenta comportamento similar para ambos os sexos, pouco maior no entorno que na sede e com menor representação nos municípios que não pertencem à Região Metropolitana. Parentes como

irmãos e cunhados se apresentam em São Paulo em níveis maiores que no Rio de Janeiro e são bastante afluentes na Região Metropolitana (Tabela 4.9). Vêm de movimentos de mais longa distância, mais comuns inclusive em São Paulo do que no Rio (Tabela 4.10 e 4.11). As empregadas domésticas têm, no total, peso um pouco menor que no Rio de Janeiro (Tabela 4.10 e 4.11). Essas características são reflexos do maior nível de desenvolvimento econômico da região e, sobretudo, da maior estruturação e formalização do mercado de trabalho.

Tabela 4.11

Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória
São Paulo, 1991

tipo de migração		destino	Condição no domicílio							Total
			Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Irm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom.	
inter estadual	inter regional	Entorno	4,4	17,3	21,4	28,0	15,5	7,1	6,3	31.259
		Sede	5,4	14,3	13,0	21,5	14,5	8,0	23,4	68.689
		UFresto	3,4	14,4	39,8	16,3	12,8	6,6	6,9	35.215
		total	4,6	15,0	21,9	21,6	14,3	7,4	15,2	135.163
	intra regional	Entorno	5,1	17,0	18,0	27,4	17,8	7,1	7,5	6.468
		Sede	7,0	11,9	10,6	15,6	14,2	7,6	33,1	16.118
		UFresto	6,5	16,4	31,7	16,9	11,2	7,5	9,7	14.321
		total	6,5	14,5	20,1	18,2	13,7	7,5	19,5	36.907
intra estadual		Entorno	9,8	17,1	43,8	12,8	8,1	4,1	4,3	44.943
		Sede	13,2	11,8	18,1	12,5	13,6	11,1	19,6	19.339
		UFresto	7,2	13,7	52,4	8,7	8,6	5,0	4,4	104.336
		total	8,6	14,4	46,2	10,2	9,1	5,4	6,1	168.618

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Em Pernambuco, a maior parte das migrantes se dirige para outros municípios do Estado que não os da Região Metropolitana, mesmo nos deslocamentos de mais longa distância. Considerando os três tipos de

movimento, as migrantes que vão para a sede não chegam a 20% do total.
(Tabela 4.12).

Tabela 4.12

Distribuição das migrantes recentes, solteiras ao migrar, segundo condição no domicílio atual, por destino e modalidade migratória
Pernambuco, 1991

tipo de migração		destino	Condição no domicílio							Total
			Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	lrm/Cun	OutPar.	Agr/Pen.	Emp.dom	
inter estadual	inter regional	Entorno	13,6	5,1	48,2	8,3	12,4	9,5	2,9	1.121
		Sede	11,7	10,3	49,3	10,6	8,8	3,1	6,1	1.466
		UFresto	4,1	8,9	64,6	7,1	9,7	3,1	2,4	3.922
		total	7,5	8,6	58,3	8,1	10,0	4,2	3,3	6.509
	intra regional	Entorno	4,7	7,6	29,2	15,0	15,6	13,1	14,8	1.841
		Sede	6,2	5,8	22,2	9,9	16,2	13,7	26,1	2.853
		UFresto	3,4	11,2	45,5	7,9	12,2	8,1	11,7	5.198
		total	4,5	8,9	35,7	9,8	14,0	10,6	16,4	9.892
intra estadual		Entorno	7,5	11,1	41,2	10,7	11,8	5,8	11,9	17.983
		Sede	7,3	6,9	14,1	12,0	11,9	12,4	35,4	7.823
		UFresto	4,6	11,3	48,2	8,4	9,5	6,8	11,2	21.645
		total	6,1	10,5	39,9	9,9	10,8	7,3	15,4	47.451

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Os resultados vistos até agora tornam visíveis a existência da migração feminina dentre as migrantes solteiras mais desvinculada da idéia de movimento familiar. Apesar de nos deslocamentos das mulheres a migração familiar ser mais expressiva, a migração independente não é irrelevante e pode ser tratada como fato social. Efetivamente, os dados ratificam várias suposições a respeito da migração familiar sem, entretanto, esgotar as indagações acerca do conhecimento da movimentação interna das mulheres brasileiras.

No mosaico criado pelos dados podem-se constatar indícios de migração mais independente em função do recorte utilizado. Assim, sob o ponto de vista da inserção no domicílio, essa característica pode ser percebida especialmente nos grupos das empregadas domésticas e das chefes. Em relação às modalidades migratórias, as indicações de movimentos mais independentes nos movimentos inter-regionais são encontradas por parte das empregadas domésticas em direção ao Sudeste, além das chefes e das filhas de chefes não migrantes em Pernambuco, e para os deslocamentos interestaduais, para as chefes nos estados do Sudeste e para as empregadas domésticas em Pernambuco.

4.3.3. CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM SEPARADOS

Antes de qualquer consideração em relação à posição no domicílio, faz-se mister relembrar que, tanto nesta categoria agora em análise quanto na seguinte, os números retratam os migrantes que mantiveram inalterada sua condição conjugal no período entre a época de migração e a época do censo. Neste caso, isto significa indivíduos que migraram separados e estão separados à época do recenseamento. Se os dados permitissem capturar as mudanças conjugais de todos aqueles que se deslocaram na condição de separados, estes estariam numericamente mais representados.

Embora pouco representativos em relação à população migrante - não chegam a 2% do total -, esse grupo apresenta características bastante peculiares (Tabela 4.2). É ainda menos expressivo no estado de São Paulo; no Rio de Janeiro e em Pernambuco os que migraram separados, especialmente as mulheres, estão um pouco mais presentes (Tabela 4.2).

Sua marca mais imediata é a seletividade por sexo, com a predominância absoluta das mulheres refletida nas razões de sexo menores que 40 para as três áreas consideradas: o contingente feminino é pelo menos o dobro do masculino no Rio (RS = 31,3) e em São Paulo (RS = 37,3) e mais forte ainda em Pernambuco (RS = 25,9) onde, para quatro indivíduos que migram na condição de separados apenas um é do sexo masculino (Tabela 4.13).

Tabela 4.13

Distribuição dos separados ao migrar, por sexo, segundo condição no domicílio
Estados Seleccionados, 1991

sexo	Condição no domicílio						Total	Razão de sexo
	Chefe	Filh/Ent	Irm/Cun	Agr/Pen	Emp.dom.	Outros		
Rio de Janeiro								
homens	53,1	22,3	8,0	10,4	0,3	5,8	3.143	
mulheres	62,6	13,1	5,3	5,1	7,1	6,8	10.037	
Total	60,4	15,3	6,0	6,3	5,5	6,6	13.180	31,3
São Paulo								
homens	52,7	16,5	15,7	7,8	0,2	7,0	11.024	
mulheres	59,0	13,3	7,8	3,2	7,8	8,9	29.568	
Total	57,3	14,1	10,0	4,5	5,7	8,4	40.592	37,3
Pernambuco								
homens	50,1	35,5	7,7	2,9	0,0	3,8	1.736	
mulheres	56,0	22,3	5,7	2,6	8,5	4,9	6.706	
Total	54,8	25,0	6,1	2,7	6,8	4,7	8.442	25,9

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação própria.

Ademais, essa seletividade por sexo se encontra em todas as faixas etárias, sendo maior dentre os migrantes mais jovens a ponto da participação das mulheres na primeira faixa etária dessa população (15 a 24 anos) ser sempre superior a 80% .Entretanto, é nas idades entre 35-44 anos que esses migrantes se encontram com maior frequência (Tabela 4.14).

Isto posto, observa-se que esses migrantes se inserem primordialmente na chefia do domicílio, em especial no caso das mulheres: as razões de sexo nessa posição no domicílio (26,6 no Rio, 33,3 em São Paulo e 23,2 em Pernambuco) são, em qualquer um dos três estados, ainda mais reduzidas do que as encontradas para o total de migrantes separados. À medida que se avança na

idade a frequência dessa inserção se adensa ainda mais a ponto de, a partir dos 35 anos, a chefia feminina superar 70% das posições no domicílio (Tabela 4.14).

Tabela 4.14

Distribuição dos separados ao migrar, por sexo e faixa etária, segundo condição no domicílio
Estados Selecionados, 1991

sexo	faixa etária	Condição no domicílio						Total	% fx. et.
		Chefe	Filh/Ent	Irm/Cun	Agr/Pen	Emp.dom.	Outros		
Rio de Janeiro									
homens	15-24	31,6	20,3	10,5	16,5	0,0	20,3	133	4,2
	25-34	42,8	29,9	12,4	9,1	0,0	5,9	980	31,2
	35-44	53,6	23,3	7,1	12,2	0,0	3,8	1.277	40,6
	45-54	69,7	11,0	3,5	8,0	1,5	6,4	753	24,0
	total	53,1	22,3	8,0	10,4	0,3	5,8	3.143	100,0
mulheres	15-24	9,6	24,2	11,5	18,8	26,1	9,7	719	7,2
	25-34	50,7	20,6	6,5	6,8	11,5	3,8	2.984	29,7
	35-44	73,2	10,4	5,4	3,2	3,0	4,9	3.774	37,6
	45-54	75,8	5,2	2,1	1,9	2,7	12,3	2.560	25,5
	total	62,6	13,1	5,3	5,1	7,1	6,8	10.037	100,0
Total		60,4	15,3	6,0	6,3	5,5	6,6	13.180	
São Paulo									
homens	15-24	22,0	32,0	22,2	14,2	0,0	9,6	591	5,4
	25-34	41,8	22,0	17,5	9,6	0,6	8,6	3.067	27,8
	35-44	55,2	18,2	14,3	8,1	0,0	4,3	4.252	38,6
	45-54	66,0	5,7	14,5	4,6	0,3	8,8	3.114	28,2
	total	52,7	16,5	15,7	7,8	0,2	7,0	11.024	100,0
mulheres	15-24	17,0	30,3	13,2	8,1	20,8	10,7	2.650	9,0
	25-34	48,9	20,2	11,4	3,5	13,0	3,0	9.538	32,3
	35-44	71,5	9,1	6,4	2,4	3,4	7,2	10.574	35,8
	45-54	70,2	3,4	3,0	2,1	2,2	19,1	6.806	23,0
	total	59,0	13,3	7,8	3,2	7,8	8,9	29.568	100,0
Total		57,3	14,1	10,0	4,5	5,7	8,4	40.592	
Pernambuco									
homens	15-24	11,1	81,7	0,0	0,0	0,0	7,1	126	7,3
	25-34	27,3	48,4	14,9	5,1	0,0	4,3	469	27,0
	35-44	53,0	34,0	7,8	2,3	0,0	2,9	645	37,2
	45-54	77,6	13,7	2,6	2,4	0,0	3,6	496	28,6
	total	50,1	35,5	7,7	2,9	0,0	3,8	1.736	100,0
mulheres	15-24	13,8	49,4	5,5	3,6	20,9	6,7	802	12,0
	25-34	39,0	33,4	9,2	3,2	13,3	1,9	2.161	32,2
	35-44	73,8	14,0	3,7	2,7	4,0	1,8	2.299	34,3
	45-54	76,6	3,7	3,9	0,9	1,7	13,2	1.444	21,5
	total	56,0	22,3	5,7	2,6	8,5	4,9	6.706	100,0
Total		54,8	25,0	6,1	2,7	6,8	4,7	8.442	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação própria.

Ainda em relação à chefia, as mulheres só não têm mais representatividade na comparação com os homens quando mais jovens, principalmente pela intensidade da participação das migrantes que se inserem como empregadas domésticas. A bem da verdade, essa categoria é praticamente feminina, pois 98,5% dos migrantes separados que se inserem nessa condição são mulheres. Vale dizer que entre 15 e 24 anos a concentração das empregadas domésticas é cerca de três a quatro vezes maior que a da correspondente população feminina que migra separada (Tabela 4.14).

Sob a ótica da inserção no domicílio pode-se dizer que as mulheres que migraram separadas se apresentam com mais independência que a sua contrapartida masculina uma vez que, proporcionalmente, estão menos representadas nas categorias onde se inserem os filhos, parentes e os agregados.

Dentre os que migraram separados no período 1981-1991, a maior parte se insere na migração mais recente (62% do total). Como esse grupo não sofre alterações em sua condição de separados, não são esperadas mudanças significativas na comparação com os separados que migraram há mais tempo.

A condição de filhos fica praticamente inalterada enquanto as outras formas de inserção apresentam algumas variações. Os dados indicam que esses migrantes, ainda que chefes em sua maioria, chegam ao destino engrossando outras categorias e depois de algum tempo de permanência passam a reforçar a

condição de chefia. Essa alteração na inserção no domicílio é mais visível entre as irmãs e cunhadas dos chefes e nas empregadas domésticas, lembrando sempre que todas elas têm em comum o fato de serem separadas ao migrar e assim permanecerem até a data do censo (Tabela 4.15).

Tabela 4.15
Distribuição dos migrantes recentes, separados ao migrar,
por sexo, segundo condição no domicílio
Estados Seleccionados, 1991

Estados Seccionados, 1991								
sexo	Condição no domicílio						Total	Razão de sexo
	Chefe	Filh/Ent	Irm/Cun	Agr/Pen	Emp.dom.	Outros		
Rio de Janeiro								
homens	49,2	22,8	9,0	10,8	0,5	7,6	2.065	
mulheres	55,0	13,3	7,5	6,8	9,7	7,8	6.109	
Total	53,5	15,7	7,9	7,8	7,4	7,8	8.174	33,8
São Paulo								
homens	50,4	17,0	15,8	8,8	0,3	7,6	7.983	
mulheres	52,3	14,8	9,8	3,6	9,9	9,7	19.700	
Total	51,8	15,4	11,5	5,1	7,1	9,1	27.683	40,5
Pernambuco								
homens	42,7	41,8	8,0	3,8	0,0	3,6	1.334	
mulheres	49,3	24,5	6,4	3,2	11,2	5,4	4.527	
Total	47,8	28,5	6,8	3,4	8,6	5,0	5.861	29,5

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação própria.

Em relação ao “tempo de adaptação” sugerido pelos dados, esta parece ser uma característica mais comum entre as mulheres, já que é para elas, mais do que para os homens, que a condição de chefia entre as migrantes recentes e o total apresenta maior diferencial (55% para 62,6%), mostrando um comportamento diverso do que ocorre entre as solteiras, para quem a participação na chefia permanece inalterada no correr do tempo de residência.

4.3.4. MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM SEPARADOS

Como no caso das mulheres que migraram solteiras, a migração intra-estadual também concentra o maior volume das migrantes separadas.

Ratificando a chefia como inserção mais freqüente, verifica-se que a participação nessa posição no domicílio se relaciona com a distância percorrida por essas migrantes. Ela ocorre com mais desembaraço em menores distâncias, isto é, quando maiores possibilidades de informações, conhecimento e compartilhamento de realidades semelhantes atuam como facilitadores. Aqui também deve se atentar ao papel das redes sejam elas familiares, de amizade ou profissionais (Tabela 4.16).

Embora com menos peso que no caso das mulheres que migraram solteiras, as separadas também configuram grupo significativo na categoria filhas. Também elas são mais freqüentes nos movimentos internos aos estados do Sudeste. Entretanto, na migração interregional para Pernambuco, a inserção enquanto filhas dentre as mulheres que migraram separadas supera a condição de chefia (Tabela 4.16). Essa situação particular parece configurar uma migração de retorno, possibilidade que pode ser melhor percebida na comparação dos seus tempos de residência frente aos dos chefes do domicílio.

Tabela 4.16

Distribuição das mulheres migrantes recentes, separadas ao migrar,
segundo modalidade migratória
Estados Seleccionados, 1991

tipo de migração	Condição no domicílio						Total
	Chefe	Filh/Ent	Irm/Cun	Out Par.	Agr/Pen	Empr dom.	
	Rio de Janeiro						
inter-regional	39,8	12,6	8,5	8,5	6,9	23,7	1.366
intraregional	56,0	10,5	7,5	3,9	10,6	11,6	803
intra-estadual	59,9	14,2	7,1	8,4	6,1	4,4	3.943
total	54,9	13,3	7,4	7,8	6,8	9,7	6.109
	São Paulo						
inter-regional	38,3	9,2	13,5	13,6	5,6	19,8	5.650
intraregional	47,9	11,8	12,8	9,1	3,0	15,5	1.411
intra-estadual	59,0	17,6	7,8	8,0	2,7	4,9	12.639
total	52,3	14,8	9,8	9,7	3,6	9,9	19.700
	Pernambuco						
inter-regional	39,5	43,9	8,7	3,5	0,6	3,9	955
intraregional	50,7	19,9	3,3	10,6	1,6	14,0	578
intra-estadual	52,2	19,3	6,2	4,9	4,4	13,0	2.991
total	49,3	24,6	6,4	5,4	3,2	11,2	4.526

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

A hipótese enunciada acima encontra respaldo na tabela 4.17, onde se percebe que as filhas que se deslocaram para Pernambuco oriundas de outras regiões que não a Nordeste, em sua intensa maioria, residem com chefes não migrantes. Neste caso, os dados podem indicar uma migração de agregação ao núcleo familiar de origem após a separação, pois cerca de 77% dos chefes (pais/mães) não são migrantes (nunca migraram ou o fizeram há mais de 10 anos), ou seja, ou as imigrantes separadas retornariam à região de origem ou se dirigiriam ao encontro dos pais (Tabela 4.17). Esses achados corroboram com as análises sobre a migração de retorno no fluxo Pernambuco – São Paulo – Pernambuco realizadas por Lyra (2003).

Na migração de menor distância (intra-regional ou intra-estadual), a concentração de filhas é maior na migração "familiar", isto é, com o deslocamento realizado junto com os pais/chefes. Ainda assim, há uma parcela relevante de aparente retorno ou reencontro do grupo familiar de origem (Tabela 4.17). Considerando ainda a migração familiar, é São Paulo o estado no qual a maior parte das filhas que migraram separadas se desloca simultaneamente ao chefe, em qualquer tipo de movimento.

No Rio de Janeiro, diferentemente do que acontece em Pernambuco, a maioria das filhas de chefes não migrantes se encontra nos deslocamentos entre municípios do próprio Estado. Entretanto, nas que vêm de maiores distâncias, da região Sudeste ou outras regiões, há uma forte tendência em se deslocarem com a família (Tabela 4.17).

Distintamente das migrantes solteiras, não é a sede o destino preferencial daquelas que se deslocam separadas. Observando os totais, vêm-se mais migrantes separadas tendo como destino os municípios do entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto em São Paulo e Pernambuco se privilegiam especialmente os municípios externos às respectivas áreas metropolitanas (Tabela 4.18). Entretanto, é na sede das Regiões Metropolitanas que as migrantes separadas parecem encontrar maiores oportunidades de trabalho, uma vez que essa área é responsável pela inserção de 79% das

empregadas domésticas que migraram separadas. O grande peso da inserção no emprego doméstico nas sedes das Regiões Metropolitanas é o responsável pela redução da participação da chefia feminina nessas áreas.

Tabela 4.17

Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das filhas que migraram separadas, por modalidade migratória
Estados Selecionados, 1991

Estados selecionados, 1991					
tipo de migração		tempo	RJ	SP	PE
inter estadual	inter regional	Antes	0,0	1,5	0,0
		Junto	33,7	52,2	12,4
		Depois	31,4	18,4	10,7
		ChNM	34,9	27,8	76,8
		TOTAL	172	521	419
	intra regional	Antes	0,0	0,0	4,3
		Junto	51,2	65,1	54,8
		Depois	19,0	6,6	8,7
		ChNM	29,8	28,3	32,2
		TOTAL	84	166	115
intra estadual		Antes	0,0	1,1	3,3
		Junto	18,8	46,4	46,4
		Depois	27,7	17,3	14,4
		ChNM	53,3	35,2	36,0
		TOTAL	559	2224	577
TOTAL		Antes	0,0	1,1	2,2
		Junto	25,3	48,5	34,4
		Depois	27,6	16,9	12,4
		ChNM	47,1	33,5	51,0
		TOTAL	814	2910	1112

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

Esta categoria de mulheres migrantes, embora numericamente pequena, é aquela na qual prepondera a migração com indícios de maior autonomia, uma vez que cerca de metade das mulheres que a compõe são chefes de domicílio e provavelmente estão inseridas no mercado de trabalho. Além disso, agregando-se às chefes as empregadas domiciliadas no emprego, obtém-se mais de 60% dessas migrantes, independentemente de seu destino.

Tabela 4.18

Distribuição dos migrantes recentes, separados ao migrar,
segundo condição no domicílio, por sexo e destino.
Estados Seleccionados, 1991

sexo	área	Condição no domicílio							Total	
		Chefe	Filh/Ent	Pais/Av	Irm/Cun	Out Par.	Agr/Pen	Empr dom.		Outros*
Rio de Janeiro										
homens	Entorno	53,3	21,1	0,0	10,9	4,4	9,0	1,2	0,0	951
	Sede	55,9	18,4	0,0	7,2	6,4	11,1	0,0	1,0	624
	UFresto	33,2	31,6	2,2	7,5	9,0	13,6	0,0	2,9	491
	Total	49,3	22,8	0,5	9,0	6,1	10,7	0,5	1,0	2.066
mulheres	Entorno	60,4	11,5	5,5	10,0	2,5	6,0	3,2	0,9	2.661
	Sede	43,5	11,7	2,3	5,9	4,3	9,2	22,5	0,5	2.006
	UFresto	60,7	19,0	3,7	4,8	3,1	5,1	3,6	0,1	1.442
	Total	54,9	13,3	4,0	7,4	3,2	6,8	9,6	0,6	6.109
Total		53,5	15,7	3,2	7,9	4,0	7,8	7,3	0,7	8.175
São Paulo										
homens	Entorno	50,0	13,8	1,0	18,9	6,9	8,8	0,0	0,6	2.161
	Sede	50,4	6,3	1,3	19,0	9,7	12,0	1,3	0,0	1.263
	UFresto	50,6	21,4	1,2	13,4	4,6	7,9	0,2	0,5	4.563
	Total	50,4	17,0	1,2	15,8	6,0	8,8	0,3	0,5	7.987
mulheres	Entorno	54,5	13,8	7,0	10,6	6,1	2,2	5,4	0,5	4.165
	Sede	36,1	4,1	4,9	12,9	5,9	5,4	30,3	0,4	4.009
	UFresto	57,1	18,9	5,2	8,4	2,1	3,4	4,5	0,5	11.528
	Total	52,3	14,8	5,5	9,8	3,7	3,6	9,9	0,5	19.702
Total		51,7	15,4	4,3	11,5	4,4	5,1	7,1	0,5	27.689
Pernambuco										
homens	Entorno	53,6	27,7	0,0	12,4	1,9	1,9	0,0	2,6	429
	Sede	24,7	49,4	0,0	13,2	0,0	12,8	0,0	0,0	235
	UFresto	42,2	48,5	0,0	3,3	4,2	1,8	0,0	0,0	668
	Total	42,8	42,0	0,0	8,0	2,7	3,8	0,0	0,8	1.332
mulheres	Entorno	56,6	19,1	3,6	5,8	0,9	3,3	10,0	0,7	1.494
	Sede	30,9	15,0	4,1	8,6	5,2	4,5	31,8	0,0	713
	UFresto	50,3	31,0	1,9	6,0	0,9	2,8	5,7	1,3	2.318
	Total	49,3	24,6	2,8	6,4	1,6	3,2	11,2	0,9	4.525
Total		47,8	28,5	2,2	6,8	1,9	3,3	8,7	0,9	5.857

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

* Nessa categoria se incluem netos/bisnetos e genros/noras.

4.3.5. CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS QUE MIGRARAM CASADOS

Às limitações do questionário impõe-se novamente a rigidez na classificação por estado conjugal ao migrar, de forma que as características analisadas neste item fazem referência apenas às mulheres de vida conjugal estável no período entre a migração e o recenseamento, ou seja, aquelas que migraram casadas e permaneceram nesta condição¹⁷.

Recorde-se que as casadas ao migrar são a segunda categoria conjugal em termos de afluência no Rio e em Pernambuco, representando cerca de 45% das mulheres que para lá migraram, enquanto que em São Paulo se mostram levemente superiores às solteiras (Tabela 4.2). Tal como acontece com as separadas, essa representatividade é subdimensionada, já que o questionário não possibilita discriminar as mulheres que chegaram casadas e depois mudaram de estado conjugal. Devido a este aspecto, o uso dessas informações para análises de dissolução ou manutenção de uniões após a migração se vê impossibilitado.

Como seria de se esperar a razão de sexo desses migrantes é altíssima na condição de chefia e reduzida (na mesma intensidade) na representação daqueles que se posicionam nos domicílios como cônjuges (Tabela 4.19).

¹⁷ Esse contingente engloba também as mulheres cuja união não é a mesma da época da migração, mas essa diferenciação não é possível de ser feita.

Como esses indivíduos que migraram casados se encontram primordialmente nos papéis de chefia e de cônjuge, para as outras condições de inserção no domicílio restam apenas cerca de 5% do total dessa população migrante, quase todos registrados como parentes do chefe, em especial genros e noras. Deste contingente, para todas as áreas estudadas, as mulheres são mais freqüentes enquanto filhas. O fato de que os homens aparecem mais como genros implica, provavelmente, que grande parte deles deve estar unida com essas filhas e, portanto, morando no domicílio dos sogros (Tabela 4.19).

Tabela 4.19
Distribuição dos migrantes recentes, casados ao migrar,
por sexo, segundo condição no domicílio
Estados Seleccionados, 1991

sexo	Condição no domicílio						Total
	Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Gen/Nor	Irm/Cun	Outros*	
Rio de Janeiro							
homens	92,2	1,5	1,3	2,7	1,2	1,1	76.826
mulheres	1,2	92,5	1,9	2,2	1,0	1,1	84.492
Total	44,6	49,2	1,6	2,4	1,1	1,1	161.317
São Paulo							
homens	94,0	0,5	1,2	1,8	1,3	1,0	380.639
mulheres	0,5	94,3	1,4	1,5	1,3	1,0	411.672
Total	45,4	49,3	1,3	1,7	1,3	1,0	792.311
Pernambuco							
homens	92,9	0,8	1,7	2,9	0,7	0,9	63.027
mulheres	0,8	93,2	2,2	2,4	0,7	0,8	67.100
Total	45,4	48,5	2,0	2,6	0,7	0,9	130.127

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

* Nessa categoria se incluem pais/avos, netos/bisnetos, agr/pens, empr dom e out. par.

4.3.6. MODALIDADES DE MOVIMENTOS DAQUELES QUE MIGRARAM

SEPARADOS

A tabela a seguir confirma a menor proporção de migração familiar em deslocamentos de longa distância. Para todas as áreas observa-se que participação das mulheres que migraram casadas e que são cônjuges do chefe do domicílio à época do recenseamento é mais reduzida na migração inter-regional. Nesses mesmos movimentos filhas e noras aparecem com mais frequência e também para todas as áreas de destino (Tabela 4.20).

Tabela 4.20

Distribuição das mulheres migrantes recentes, casadas ao migrar,
segundo modalidade migratória
Estados Selecionados, 1991

tipo de migração	Condição no domicílio						Total
	Chefe	Cônjuge	Filha	Nora	Irm/Cun	Outros*	
	Rio de Janeiro						
inter-regional	0,8	89,3	2,5	2,9	2,2	2,3	15.152
intraregional	0,6	93,1	2,5	1,7	0,9	1,2	10.306
intra-estadual	1,5	93,3	1,6	2,0	0,7	0,9	59.031
total	1,2	92,5	1,9	2,2	1,0	1,1	84.489
	São Paulo						
inter-regional	0,6	91,4	1,5	1,7	2,7	2,1	92.971
intraregional	0,5	94,4	1,5	0,9	1,5	1,3	28.238
intra-estadual	0,5	95,2	1,3	1,6	0,8	0,6	290.468
total	0,5	94,3	1,4	1,5	1,3	1,0	411.677
	Pernambuco						
inter-regional	0,6	90,1	4,5	3,6	0,7	0,6	10.699
intraregional	0,6	93,2	2,4	2,6	0,9	0,4	9.799
intra-estadual	0,8	93,9	1,7	2,0	0,6	1,0	46.602
total	0,8	93,2	2,2	2,4	0,7	0,8	67.100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

* Nessa categoria se incluem mães/avós, netas/bisnetas, agr/pens, empr. dom. e out. par.

Com efeito, a migração familiar no caso das mulheres casadas se vê retratada na tabela abaixo onde mais de 80% das mulheres migrantes se deslocaram juntamente com o cônjuge (Tabela 4.21). Ainda em termos gerais, verifica-se como segunda condição mais freqüente a das mulheres que se deslocaram como esposas de chefes não migrantes. Migrações posteriores à do chefe do domicílio acontecem de forma mais significativa apenas nos deslocamentos inter-regionais em direção aos estados do Sudeste (Tabela 4.21).

Tabela 4.21

Época de migração (em relação ao chefe do domicílio) das cônjuges e filhas que migraram casadas, por modalidade migratória

Estados Selecionados, 1991

tipo de migração		tempo	Cônjuge			Fil/Ent		
			RJ	SP	PE	RJ	SP	PE
inter estadual	inter regional	Antes	1,2	1,4	2,1	6,3	2,3	0,0
		Junto	78,5	81,8	90,1	9,1	32,2	8,1
		Depois	10,7	11,4	3,0	13,1	29,7	12,7
		ChNM	9,6	5,3	4,8	71,5	35,7	79,2
		TOTAL	13.526	84.940	9.641	383	1.412	480
	intra regional	Antes	1,1	0,9	0,2	4,0	0,0	0,0
		Junto	80,3	84,6	88,8	6,7	32,3	21,8
		Depois	7,1	7,7	3,6	0,0	27,9	23,5
		ChNM	11,4	6,8	7,3	89,3	39,8	54,7
		TOTAL	9.596	26.657	9.131	253	412	234
intra estadual		Antes	0,6	0,4	0,7	0,0	0,8	0,0
		Junto	81,6	89,8	88,2	34,4	29,9	40,8
		Depois	4,0	3,3	3,0	17,3	20,8	10,2
		ChNM	13,8	6,5	8,1	48,2	48,5	48,9
		TOTAL	55.055	276.617	43.752	958	3.865	785
TOTAL		Antes	0,7	0,7	0,9	2,1	1,1	0,0
		Junto	80,9	87,7	88,6	24,0	30,6	27,4
		Depois	5,5	5,4	3,1	13,6	23,5	13,1
		ChNM	12,8	6,3	7,5	60,4	44,7	59,5
		TOTAL	78.177	388.214	62.525	1.594	5.689	1.498

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

A participação das filhas que migraram casadas e residem no domicílio de seus pais é mais intensa no caso destes (pai ou mãe ou ambos) serem não migrantes, em especial no Rio de Janeiro nos movimentos originários de outros estados. Essa característica pode ser percebida mesmo em São Paulo, onde a distribuição das filhas casadas segundo período de migração é a mais homogênea dentre os estados analisados (Tabela 4.21).

A migração dessas mulheres se concentra mais nos municípios que não a sede das Regiões Metropolitanas, característica também observada dentre as que migraram separadas, embora aqui com menores diferenciais (Tabela 4.22). Como quase todas essas mulheres se posicionam como cônjuges, qualquer outra análise acerca da distribuição espacial de suas inserções não levaria muito longe.

Tabela 4.22

Distribuição dos migrantes recentes, casados ao migrar,
segundo condição no domicílio, por sexo e destino.
Estados Seleccionados, 1991

sexo	área	Condição no domicílio						Total
		Chefe	Cônjuge	Filh/Ent	Gen/Nor	Irm/Cun	Outros*	
Rio de Janeiro								
homens	Entorno	92,7	1,7	1,1	2,4	1,2	1,0	38.298
	Sede	90,2	1,7	1,6	2,9	1,6	1,9	14.833
	UFresto	92,7	1,1	1,4	3,0	0,9	0,9	23.695
	Total	92,2	1,5	1,3	2,7	1,2	1,1	76.826
mulheres	Entorno	1,3	93,0	1,6	2,1	1,0	1,1	40.652
	Sede	1,4	90,3	2,4	2,7	1,3	1,9	17.285
	UFresto	1,0	93,3	2,1	2,0	0,9	0,7	26.555
	Total	1,2	92,5	1,9	2,2	1,0	1,1	84.492
Total		44,6	49,2	1,6	2,4	1,1	1,1	161.317
São Paulo								
homens	Entorno	95,2	0,7	0,8	1,2	1,2	0,8	97.324
	Sede	90,5	1,0	1,1	1,7	3,0	2,7	39.755
	UFresto	94,1	0,4	1,4	2,1	1,1	0,8	243.560
	Total	94,0	0,5	1,2	1,8	1,3	1,0	380.639
mulheres	Entorno	0,6	95,5	0,9	0,9	1,2	0,8	103.003
	Sede	0,8	91,3	1,3	1,4	2,8	2,3	47.099
	UFresto	0,4	94,3	1,6	1,8	1,0	0,9	261.570
	Total	0,5	94,3	1,4	1,5	1,3	1,0	411.672
Total		45,4	49,3	1,3	1,7	1,3	1,0	792.311
Pernambuco								
homens	Entorno	92,5	1,6	1,0	3,0	0,9	0,9	19.618
	Sede	92,2	0,8	2,1	2,5	1,1	1,3	5.651
	UFresto	93,2	0,4	2,1	2,9	0,5	0,8	37.758
	Total	92,9	0,8	1,7	2,9	0,7	0,9	63.027
mulheres	Entorno	1,4	93,4	1,9	1,7	0,9	0,7	21.048
	Sede	0,8	92,2	2,1	3,0	0,9	1,0	6.426
	UFresto	0,4	93,2	2,4	2,6	0,5	0,9	39.626
	Total	0,8	93,2	2,2	2,4	0,7	0,8	67.100
Total		45,4	48,5	2,0	2,6	0,7	0,9	130.127

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991.

* Nessa categoria se incluem pais/avos, netos/bisnetos, agr/pens, empr dom e out. par.

4.4. MIGRAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

4.4.1. INTRODUÇÃO

Parcela substantiva dos estudos sobre trabalho feminino no Brasil se preocupou em elaborar suas análises sob a ótica da questão de gênero (BRUSCHINI, 1998; BRUSCHINI E LOMBARDI, 1996; MONTALI, 1997), buscando entender a inserção da mulher no mercado de trabalho como resultante das transformações acontecidas na sociedade brasileira a partir da década de 1970.

Marcados por instabilidades econômicas, os anos 1970 e 1980 foram palco de grandes e decisivas mudanças estruturais, quando o país vivenciou o rápido crescimento do grau de urbanização, o grande decréscimo da fecundidade, a expansão e a melhoria do nível de escolaridade, o aumento de famílias de chefia feminina, as exigências de novos padrões de consumo, entre outras (BRUSCHINI, 1998). Não é por outro motivo que questões econômicas se mesclam às demográficas e sociais nas análises cujo fim é estudar os vários aspectos da presença da mulher brasileira no trabalho produtivo, pois nesse período de vinte anos o país viu dobrar a taxa de participação feminina de 18,2% em 1970 para 39,2% em 1990 (BRUSCHINI, 1989, 1998; BRUSCHINI E LOMBARDI, 1996; MONTALI, 1997).

Não cabe aqui fazer mais uma análise do comportamento do trabalho feminino, já estudado para as décadas de 1980 e 1990 por muitos especialistas (BRUSCHINI, 1989, 1998; BRUSCHINI E LOMBARDI, 1996; LEONE, 2000; MONTALI, 1997; MONTALI E LOPES, 2002; WANJNMAN E RIOS-NETO, 2000); o que se segue é um breve panorama dos acontecimentos que caracterizaram esses anos para contextualizar o cenário dos dados analisados.

De acordo com Carneiro (2002) a economia brasileira comportou-se de forma irregular durante a década de 1980, interrompendo um período de 50 anos de crescimento econômico no país. Nas alternâncias entre períodos de recessão e outros de maior crescimento, a ampliação do setor terciário com geração de empregos na prestação de serviços, no comércio, nas atividades sociais, na administração pública e nas instituições financeiras não foi suficiente para compensar as perdas de postos de trabalho decorrentes da retração da indústria. Ao lado destas, reduziram-se também os salários e a proteção ao trabalhador em função do deslocamento de parcela dos trabalhadores para o setor informal. O panorama resultante no final da década de 1980 retrata o aumento do trabalho autônomo e do subemprego, acompanhados pela redução da renda da população urbana (BRUSCHINI, 1998).

Desde a década de 1970 tem sido intenso o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Os autores acima, detectam características

comuns a partir dos anos 1980, como o aumento da taxa de atividade - em especial das mulheres casadas e mães -, a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho e o conseqüente envelhecimento da mão de obra feminina. Apontam também, além da intensa inserção no setor serviços e da continuidade do perfil feminino nas atividades de enfermagem, educação e serviços domésticos, a ocupação de postos de trabalho de maior qualificação em áreas técnicas e científicas, em especial nas áreas jurídicas e arquitetura.

O envelhecimento da mão de obra foi uma das alterações importantes apontadas nas análises da inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho no período 1985 a 1995 (BRUSCHINI, 1998). Até o início dos anos 1980, as taxas de atividade refletiam participação mais intensa das mulheres mais jovens, com idades entre 20 e 24 anos (45.8%), pois o casamento e a maternidade atuavam como freio dessa participação. Embora tenha ocorrido aumento de trabalhadoras em todas as faixas etárias no correr dos anos 1980, as taxas de participação mais elevadas passaram a ser as das mulheres de 30 a 39 anos (54,7% em 1990), com importante ingresso das esposas (20% delas eram ativas em 1980 e 37,6% passaram a sê-lo em 1990). O aumento da atividade feminina ocorreu também no segmento formalizado do mercado, especialmente na administração pública, no comércio e nas atividades administrativas, apesar de,

no final da década, a proporção de mulheres inseridas no mercado informal girar em torno de 50% (BRUSCHINI, 1998).

Tais transformações revelam uma sociedade que considera como parte de sua dinâmica uma maior autonomia na condição feminina. Posições mais influentes na sociedade, enfrentamentos cotidianos alheios à esfera privada, são comportamentos incorporados aos papéis femininos, já culturalmente responsáveis pela sociabilidade e reprodução da família. Estes impõem a necessidade de considerar o estado conjugal, a presença de filhos, a escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, o ciclo de vida, como fatores importantes na decisão da mulher de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, pois como bem aponta Bruschini (1998), a articulação entre os mundos pessoais e profissionais é mediada pelas relações de gênero, sendo um fardo com peso diferencial entre os sexos.

Esse novo comportamento social feminino, incorporando um maior número de vocações, passa a figurar também nas correntes migratórias. Por que não extrapolar as mudanças acima descritas também para as mulheres migrantes e analisar quais os reflexos que eles apresentariam nessa década, já que passa a ser também factível para as mulheres a busca de crescimento pessoal em outras áreas que não as de origem? Ou seja, é bastante razoável propor que essas transformações tenham influenciado o perfil de migração feminina nesta década.

Se essa maior ousadia no comportamento feminino se vê acompanhada de maior autonomia, as razões para o deslocamento da mulher devem também ter sido afetadas pela busca de trabalho, de melhores qualificações, de maior liberdade, de maiores possibilidades, ao invés de ser pensado apenas com o propósito de acompanhar a família. Ao referenciar parte da experiência migratória feminina à atração do mercado de trabalho, é preciso levar em conta as muitas outras variáveis que interferem nessa disponibilidade.

4.4.2. Panorama de ocupação das mulheres migrantes, por estado conjugal

As informações sobre inserção no mercado de trabalho levam em conta a comparação dos tempos de residência da população que migrou solteira no período 1981-91. Para aqueles que migram com a família a inserção no mercado de trabalho fatalmente se imporá com o passar do tempo. Se vieram em busca de trabalho, com maior razão espera-se que, na medida em que aumenta o tempo de residência, aumente também a proporção de ocupados.

A participação no mercado de trabalho das mulheres que migraram enquanto solteiras mostra-se importante o suficiente a ponto de interferir de forma significativa no comportamento total dos migrantes nesse estado conjugal. Como retrata a tabela 4.23 abaixo, a queda na participação na força de trabalho

total observada com o passar do tempo de residência sofre, para os três estados da federação, a influência da redução da inserção das mulheres à medida que aumenta o seu tempo de permanência no destino, num comportamento inverso ao dos homens (Tabela 4.23). De certa forma, essa constatação parece contrariar a hipótese de migração autônoma ou independente, pois a ser importante essa determinação, a expectativa seria a de encontrar mais mulheres inseridas no mercado de trabalho e quem sabe, talvez em melhores colocações com o passar do tempo. Entretanto, mais do que deixar de pertencer à PEA, a hipótese que aqui se coloca é a relação dessa redução com a mudança no estado conjugal de parte desse contingente feminino que migrou ainda solteiro, mas que, à época do censo, integra as estatísticas das mulheres casadas e nelas se insere como cônjuge.

Tabela 4.23
Proporção dos ocupados dentre os solteiros ao migrar
Estados Seleccionados, 1991

tempo de migração	homens	%	mulheres	%	total	%
<i>Rio de Janeiro</i>						
recentes	60.825	75,6	42.505	54,3	103.331	65,1
total	153.939	76,9	98.896	50,4	252.838	63,8
<i>São Paulo</i>						
recentes	346.902	82,8	207.137	60,8	554.039	72,9
total	814.594	84,5	463.771	56,8	1.278.365	71,8
<i>Pernambuco</i>						
recentes	39.210	64,4	27.206	42,6	66.415	53,2
total	95.604	66,4	59.762	39,4	155.368	52,5

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

O crescimento da participação de cônjuges dentre as mulheres que migraram solteiras quando se comparam as posições no domicílio no decorrer

dos tempos de residência (Figura 4.1) e a conseqüente redução nas participações de parentes em geral, agregadas e pensionistas e mesmo empregadas domésticas, podem explicar essa queda, pelo fato de que o casamento, para parte delas, representa a saída do mercado de trabalho. Casaram-se com o correr do tempo, mas não necessariamente migraram para casar.

Tabela 4.24

Ocupadas dentre as solteiras a migrar por setor de atividade, por tempo de residência
Estados Selecionados, 1991

setor de atividade	tempo de residência			
	recente	%	total	%
Rio de Janeiro				
agropecuária	279	0,7	542	0,5
indústria	3.974	9,4	11.291	11,4
comércio	6.643	15,6	15.747	15,9
prest. serviços	22.842	53,7	47.576	48,1
serviços.	6.829	16,1	18.612	18,8
adm. pública	770	1,8	2.101	2,1
outras	1.165	2,7	3.027	3,1
total	42.502		98.896	
São Paulo				
agropecuária	7.162	3,5	16.274	3,5
indústria	49.630	24,0	119.072	25,7
comércio	27.334	13,2	64.551	13,9
prest. serviços	86.333	41,7	166.453	35,9
serviços.	27.467	13,3	72.610	15,7
adm. pública	2.523	1,2	7.506	1,6
outras	6.691	3,2	17.304	3,7
total	207.140		463.770	
Pernambuco				
agropecuária	1.191	4,4	2.648	4,4
indústria	2.349	8,6	6.515	10,9
comércio	3.182	11,7	8.499	14,2
prest. serviços	15.157	55,7	27.061	45,3
serviços.	3.927	14,4	11.032	18,5
adm. pública	660	2,4	2.049	3,4
outras	740	2,7	1.961	3,3
total	27.206		59.765	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Indiscutivelmente, a prestação de serviços é a atividade onde mais se inserem essas mulheres. Para todo o período analisado, esse setor monopoliza cerca de 45% dessas migrantes no Rio e em Pernambuco. Apesar de mais reduzida em São Paulo (36%), devido ao maior equilíbrio na distribuição entre os setores em função do maior peso da atividade industrial nesse estado, a prestação de serviços ainda concentra o maior percentual de trabalhadoras (Tabela 4.24). A intensa contribuição do emprego doméstico como ocupação na prestação de serviços faz deste setor de atividade aquele que mais abriga as migrantes que se deslocaram ainda solteiras.

Esses valores são menores do que os retratados para as migrantes com menos de três anos de residência - em torno de 55% para o Rio de Janeiro e Pernambuco e 42% para São Paulo -, justamente pela redução no emprego doméstico que acontece com o passar do tempo. Com o aumento do tempo de residência cresce a participação dessas mulheres especialmente no setor serviços e nas ocupações onde são assalariadas seja no serviço público seja no serviço privado – e nesse caso, com melhoria na proteção à sua situação de trabalhadora – e também as que se reportam como autônomas. Enquanto São Paulo comporta uma participação positivamente diferenciada no setor assalariado privado em função do grande peso do setor secundário, no Rio de Janeiro e em Pernambuco se encontram percentuais maiores de migrantes solteiras no serviço público e

também como autônomas. Como se pode verificar, embora sua inserção no mercado de trabalho seja mais precária do que a dos homens, mostra-se ainda dinâmica, o que fica patente na diminuição do emprego doméstico ante o crescimento das demais formas (Tabela 4.25).

Tabela 4.25
Posição na ocupação dentre os solteiros a migrar, por sexo e tempo de residência
Estados Seleccionados, 1991

posição na ocupação	homens				mulheres			
	menos 3 anos	%	total	%	menos 3 anos	%	total	%
Rio de Janeiro								
agrícola	3.392	2,2	1.734	2,9	211	0,5	295	0,3
assalariado privado	99.326	64,5	39.912	65,6	17.014	40,0	44.049	44,5
assalariado público	18.758	12,2	6.797	11,2	3.213	7,6	8.612	8,7
autônomo	23.955	15,6	8.848	14,5	2.611	6,1	7.433	7,5
empregador	3.207	2,1	817	1,3	183	0,4	895	0,9
empregado doméstico	4.540	2,9	2.367	3,9	19.061	44,8	37.084	37,5
s/ remuneração	761	0,5	351	0,6	209	0,5	528	0,5
total	153.939		60.826		42.502		98.896	
São Paulo								
agrícola	16.768	4,8	36.006	4,4	3.235	1,6	7.717	1,7
assalariado privado	265.048	76,4	609.570	74,8	113.050	54,6	267.039	57,6
assalariado público	14.602	4,2	42.398	5,2	11.585	5,6	35.006	7,5
autônomo	38.315	11,0	95.470	11,7	7.872	3,8	22.058	4,8
empregador	4.582	1,3	15.473	1,9	1.320	0,6	4.173	0,9
empregado doméstico	4.553	1,3	8.989	1,1	69.157	33,4	125.439	27,0
s/ remuneração	3.037	0,9	6.684	0,8	921	0,4	2.338	0,5
total	346.905		814.590		207.140		463.770	
Pernambuco								
agrícola	4.934	12,6	10.016	10,5	345	1,3	920	1,5
assalariado privado	20.516	52,3	50.035	52,3	8.474	31,1	21.823	36,5
assalariado público	3.194	8,1	9.286	9,7	2.715	10,0	7.989	13,4
autônomo	6.897	17,6	18.003	18,8	2.040	7,5	5.463	9,1
empregador	674	1,7	2.010	2,1	82	0,3	458	0,8
empregado doméstico	698	1,8	1.153	1,2	13.040	47,9	21.858	36,6
s/ remuneração	2.297	5,9	5.100	5,3	510	1,9	1.254	2,1
total	39.210		95.603		27.206		59.765	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Ainda sobre o emprego doméstico, a tabela 4.26 abaixo mostra as diferenças obtidas por tipo de informação censitária e reforça a idéia dessa

ocupação como início de vida laboral no destino para boa parte das mulheres que migraram solteiras. A primeira linha diz respeito à informação sobre a ocupação e a segunda linha registra a condição do emprego vinculada à inserção no domicílio. Tomando o Rio de Janeiro e Pernambuco como exemplo tem-se, para toda a década, quase 40% das migrantes solteiras ocupadas no emprego doméstico, com cerca de metade residindo no domicílio em que trabalha no primeiro estado e 60% no segundo (Tabelas 4.25 e 4.26). Em Pernambuco, para aquelas que residem há menos de três anos no destino, tem-se aproximadamente que, para cada três, duas residem no domicílio em que trabalham. Para os estados do Sudeste, entretanto, essa proporção é pouco maior que 50%, reforçando os aspectos vistos anteriormente e que caracterizam esses deslocamentos, isto é, a longa distância e a individualidade dos movimentos (Tabela 4.26).

Tabela 4.26

Ocupação no emprego doméstico para as solteiras ao migrar, por tipo de informação e tempo de residência

Estados Selecionados, 1991

tipo de informação	total		menos de três anos de residência	
	emprego doméstico abs	b/a (%)	emprego doméstico abs	b/a (%)
Rio de Janeiro				
ocupação (a)	37.084	49,0	19.061	58,0
cond. domicílio (b)	18.184		11.048	
São Paulo				
ocupação (a)	125.439	45,4	69.157	55,0
cond. domicílio (b)	56.893		38.047	
Pernambuco				
ocupação (a)	21.858	60,5	13.040	70,3
cond. domicílio (b)	13.214		9.173	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação especial.

Esse perfil de ocupação das mulheres que migraram solteiras mostra alguma diversidade quando visto segundo a posição no domicílio.

Em primeiro lugar, observando-se a participação no mercado de trabalho, os dados mostram a diferença existente entre os níveis de ocupação dessas mulheres, a depender da posição ocupada no domicílio.

De modo geral, apenas uma dentre cada cinco mulheres que migraram solteiras e são chefes de domicílio não está ocupada (Tabela 4.27). Cerca de 70% delas são assalariadas, a maioria no setor privado. O emprego doméstico para essas mulheres aparece na terceira posição dentre as ocupações.

O nível de participação das chefes, em torno de 80%, sofre reduções significativas e paulatinas quando se observam as filhas e as cônjuges. Para as primeiras, tais níveis sofrem também diferenças em função do destino em que se encontram.

Na análise sobre relações familiares e trabalho feminino para a Região Metropolitana de São Paulo, Montali e Lopes (2002) tomam como referência “*três padrões de vinculação ao mercado, identificados para o início da década de 1990, diferenciados segundo posição na família e sexo*” (MONTALI, 1997 e 1998, *apud* MONTALI e LOPES, 2002, p.12). Como se mostra a seguir, os resultados encontrados para o perfil de ocupação das filhas confirmam o padrão de semelhança com o dos chefes de

família masculinos e filhos maiores de 18 anos encontrado pelas autoras e *“caracterizado por taxas mais elevadas de participação e de ocupação e por proporções mais elevadas de ocupados com carteira de trabalho assinada”* (MONTALI, 1997 e 1998, *apud* MONTALI e LOPES, 2002, p.12).

Assim como para os homens, a inserção no mercado de trabalho das migrantes solteiras reportadas na condição de filhas do chefe do domicílio não sofre alterações com o passar do tempo. Entretanto, seus níveis de participação são bem mais reduzidos que os das chefes, além de também mostrar os maiores diferenciais na comparação entre os três estados – mínimo de 30% em Pernambuco e o máximo em São Paulo, com 54% (Tabelas 4.23 e 4.27). Encontram-se preferencialmente no emprego assalariado privado e menos de um quarto delas trabalha como empregada doméstica. Tais proporções podem ser explicadas pelo peso do setor secundário diferenciado entre os três estados analisados. Estes dados confirmam os achados de Montali e Lopes (2002) na relação que fazem entre posições na família e no mercado de trabalho, onde um dos exemplos citados pelas autoras é a maior facilidade em encontrar filhas do que cônjuges dentre as trabalhadoras no setor industrial. Esse desempenho no mercado de trabalho das filhas que migram acompanhando a família indica um perfil menos conservador do que seria de se esperar de uma migração dependente determinada por razões estritamente familiares. Isto sugere, no

mínimo, que estas migrantes podem ter um papel mais decisivo nas decisões da própria migração.

Ainda dentre as que migraram solteiras, aquelas que se casaram no período de tempo transcorrido entre o deslocamento e a coleta das informações censitárias são as que apresentam menor nível de atividade, em torno de 30% no Rio e em Pernambuco e menos de 40% em São Paulo (Tabela 4.27). Também para elas as maiores participações acontecem no assalariamento privado, e como as filhas, é o emprego doméstico a segunda ocupação em que se inserem. Exceção a esse caso se vê em Pernambuco¹ onde o peso do setor público como empregador para as mulheres dessa condição e para as chefes é relativamente importante.

¹ Trabalho de Andrade e Dedecca (2002) mostra que a migração feminina para a Região Metropolitana de Recife na década de 1990 traduziu-se num acréscimo na ocupação de postos de trabalho em áreas de maior qualificação ou maior proteção social. Uma hipótese a formular é que as migrantes que ocupam esses postos foram aquelas que em tempos anteriores migraram para o Sudeste, lá se qualificaram - seja em melhor formação, seja de forma empregatícia- e depois de certo tempo voltaram para o Nordeste, agora já com garantias de melhor qualificação. Reforça esse aspecto trabalho de Lyra (2005) ao apontar áreas de especial atração na migração de retorno para Pernambuco, entre elas a Região Metropolitana de Recife e também a Região do Agreste onde se faz notar o crescimento da manufatura de vestuário, duas áreas potencialmente atrativas para o emprego feminino.

Tabela 4.27

Mulheres migrantes por posição na ocupação, segundo estado conjugal ao migrar e posição no domicílio
Estados Seleccionados, 1991

est.conjugal pos. domicílio	assalariamento		autonomo	emprego	outros	ocupadas		total
	privado	público		doméstico		total (a)	(a/b) %	migrantes (b)
Rio de Janeiro								
solteiras	44,5	8,7	7,5	37,5	1,7	98.896	50,4	196.053
chefes	48,6	17,6	14,5	17,1	2,2	12.977	80,5	16.126
filhas	60,0	8,9	6,2	23,6	1,3	25.943	39,3	66.080
cônjuges	45,8	13,7	12,6	24,1	3,7	18.321	36,9	49.616
outros par.	60,0	5,6	6,5	27,1	0,9	17.468	50,7	34.442
<i>parcial</i>	<i>54,5</i>	<i>10,8</i>	<i>9,3</i>	<i>23,4</i>	<i>2,0</i>	<i>74.709</i>	<i>44,9</i>	<i>166.264</i>
						<i>75,5%</i>		<i>84,8%</i>
agreg./pens. empr. dom.	54,1	9,1	8,2	24,5	4,2	6.057	52,2	11600
								18.184
casadas	30,7	20,8	21,0	21,9	5,6	49.531	30,0	165.160
separadas	37,6	14,3	16,4	29,1	2,6	6.940	69,1	10.037
total	39,8	12,8	12,2	32,2	3,0			
	61.887	19.896	18.965	49.970	4.649	155.367	41,8	371.250
São Paulo								
solteiras	57,6	7,5	4,8	27,0	3,1	463.770	56,8	815.895
chefes	59,6	16,0	9,5	12,1	2,8	48.733	86,2	56.524
filhas	69,1	6,3	3,4	16,7	4,5	158.362	54,0	293.525
cônjuges	56,4	12,3	9,1	17,9	4,4	80.825	37,1	217.905
outros par.	70,1	5,2	3,6	19,3	1,9	94.461	60,8	155.398
<i>parcial</i>	<i>65,5</i>	<i>8,5</i>	<i>5,4</i>	<i>17,0</i>	<i>3,6</i>	<i>382.381</i>	<i>52,9</i>	<i>723.352</i>
						<i>82,5%</i>		<i>88,7%</i>
agreg. /pens. empr. dom.	67,7	9,9	5,6	15,2	1,5	24.603	69,0	35650
								57.404
casadas	38,7	16,4	15,5	20,9	8,5	239.918	30,9	777.575
separadas	42,1	12,8	13,7	27,5	3,9	21.635	73,2	29.571
total	50,9	10,6	8,6	25,0	4,9			
	368.880	77.234	62.216	181.571	35.421	725.323	44,7	1.623.041
Pernambuco								
solteiras	36,5	13,4	9,1	36,6	4,4	59.765	39,4	151.847
chefes	38,3	28,4	18,4	11,8	3,0	7.454	76,2	9.782
filhas	47,2	12,2	9,5	24,1	7,1	21.660	31,3	69.310
cônjuges	43,1	24,5	15,4	10,8	6,2	7.805	28,5	27.361
outros par.	56,1	14,1	8,5	17,3	4,1	7.686	31,4	24.473
<i>parcial</i>	<i>46,5</i>	<i>17,4</i>	<i>11,8</i>	<i>18,5</i>	<i>5,8</i>	<i>44.605</i>	<i>34,1</i>	<i>130.926</i>
						<i>74,6%</i>		<i>86,2%</i>
agreg. /pens. empr. dom.	53,8	11,7	9,7	21,5	3,3	1.959	25,8	7591
								13.214
casadas	26,5	27,4	27,4	7,0	11,8	34.252	26,4	129.968
separadas	31,1	17,2	19,5	29,3	2,9	4.432	66,1	6.703
total	27,0	26,2	26,5	9,5	10,8			
	32.268	18.132	15.712	25.542	6.795	98.449	34,1	288.518

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1991. Tabulação própria.

A comparação dos perfis ocupacionais das migrantes que se reportam como cônjuges por ocasião do censo, diferenciando-as pela condição conjugal em que fizeram a migração, ou seja, entre aquelas que migraram casadas e as que se casaram depois de migrar (já vistas acima), mostra taxas de atividade ainda mais baixas para as primeiras. Assim, se a inserção no mercado de trabalho entre as mulheres que migraram solteiras e depois se casaram já era a mais reduzida dentre as migrantes solteiras, a das que migraram casadas é ainda menor, em torno de 30%.

As mulheres que migraram separadas também têm taxas de atividade altas, variando entre 66% em Pernambuco e 73% em São Paulo. Esse nível de atividade é invariante em relação ao tempo de moradia, com quase um terço delas trabalhando como empregada doméstica.

A análise mostra que as mulheres que migraram solteiras no período 1981-91 são as que apresentam as melhores inserções no mercado de trabalho. Dentre elas, as que se tornaram cônjuges mostram um perfil mais precário. Apesar disso, ainda se situam em melhores condições que aquelas que fizeram seu deslocamento casadas ou separadas. As maiores taxas de ocupação são referentes às mulheres que, a princípio, detêm a responsabilidade sobre o domicílio. Entretanto, a intensidade da participação não está diretamente ligada à qualidade no trabalho. Embora as migrantes que se deslocaram separadas sejam as que

apresentam o segundo nível ocupacional mais elevado, atrás apenas das chefes que migraram solteiras, na proteção trabalhista elas concorrem com as mulheres que migraram casadas pela situação de menor proteção.

CONCLUSÕES

Ao longo desse trabalho analisou-se a migração interna feminina no Brasil durante a década de 1980. Sua importância quantitativa já havia sido ratificada nas análises das razões de sexo para os fluxos migratórios realizados no país no período 1981/1991. Avançando nesse sentido, foram também identificados os movimentos internos nos quais as mulheres eram mais numerosas, neles distinguindo contextos específicos de origem e destino, modalidades migratórias além de faixas etárias com intensa presença feminina.

Os resultados mostraram haver forte presença feminina nas idades entre 15 e 34 anos, que englobam também as faixas etárias em que a migração é mais intensa. A grande participação de mulheres jovens nos movimentos intra-estaduais corrobora os achados de Cunha (1994) e Bilac (1997), de migração familiar em movimentos de curta distância. Ademais, além de filhas e cônjuges que compõem esse contingente engrossam também esses números as mulheres que se deslocam em busca de trabalho nas grandes cidades, em particular as empregadas domésticas (BAENINGER, 1998; BRUSCHINI, 1998). Os indicadores de número mais elevado de mulheres do que de homens - encontrados para as razões de sexo nas idades mais jovens em praticamente todas as modalidades de movimentos migratórios estudadas neste trabalho - permanecem relevantes, ainda que em intensidades menores, para o grupo de 24-35 anos nos

movimentos intra-estaduais e na imigração para os estados do Nordeste e Sudeste. Mostraram-se ainda mais significativos no Estado do Rio de Janeiro, onde predominaram as mulheres na migração oriunda de outras Unidades da Federação, independentemente da faixa etária considerada.

Com a confirmação de forte presença feminina nos movimentos migratórios internos procurou-se desvendar um perfil dessas mulheres para além da visão tradicional de migração associativa realizada com fins de agregação familiar.

Num período de intensas mudanças estruturais como experimentava o país, suas conseqüências também se refletiam nos processos migratórios. A queda nos níveis de fecundidade, a intensa urbanização, o aumento nos níveis de escolaridade e a incorporação de novos papéis sociais por parte das mulheres (BRUSCHINI, 1998) dão margem a inferências sobre a participação da mulher nos processos migratórios em busca de trabalho, de aprimoramento da escolaridade e de aperfeiçoamento profissional.

Com esse pano de fundo procurou-se desvendar um perfil dessas mulheres ainda não analisado nos estudos migratórios no país, buscando avaliar características que dessem maior visibilidade e concretude à migração feminina.

Uma primeira linha de análise, com fins de distinguir possíveis motivações para a migração, encontrou dificuldades frente às limitações dos dados para essa finalidade. Entretanto, numa análise mais aprofundada das

informações censitárias, a riqueza de possibilidades analíticas do Censo Demográfico de 1991 se mostrou imensa. Em função das dissoluções de casamentos, do maior número de separações e do crescimento de famílias chefiadas por mulheres, ou seja, de alterações nas estruturas familiares que estavam se processando, havia nele variáveis referentes ao estudo de nupcialidade que não tiveram sua importância destacada. Essas mesmas informações, entretanto, permitiram estruturar a base de dados para esse trabalho por meio da criação de variáveis que possibilitaram identificar o estado conjugal dos migrantes no período da migração, segundo a metodologia descrita no capítulo 2. Essa abordagem possibilitou relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo vital que, de acordo Bruschini (1998), interferem com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas e se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina.

A análise mais específica a partir dessa abordagem metodológica foi realizada para três Unidades da Federação: Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Os resultados obtidos mostram, para todas elas, que a maior parcela da população migrante de 15 anos e mais na década de 1980 se compôs de indivíduos que se deslocaram solteiros (55%, 50% e 49%, respectivamente). Com participações também bastante significativas se encontram aqueles que migraram casados. Para esta categoria de migrantes os resultados encontrados

para o Rio de Janeiro – estado que concentra o maior percentual de migrantes solteiros e separados - são um pouco inferiores aos das outras duas Unidades da Federação analisadas.

A alternativa analítica adotada, acrescida da metodologia utilizada em Montali e Lopes (2002) para analisar as relações entre posição na família e inserção no mercado de trabalho, possibilitou a combinação da variável criada “estado conjugal ao migrar” com a posição do migrante no domicílio à época do censo (1991). Com tal estratégia, foi possível verificar, segundo o estado conjugal ao migrar, como se inseriam as migrantes, ou seja, se eram filhas, se cônjuges, parentes e outras possibilidades de relações domiciliares contempladas no censo demográfico. Assim, se compôs um panorama demográfico que permitiu, às vezes com maiores, à vezes com menores limitações, inferir indícios de migração individual ou autônoma e de migração familiar.

Sendo os solteiros o maior contingente migratório e sendo esse grupo o único dentre as categorias criadas que possibilita a verificação de alteração do estado conjugal depois da migração, foi ele também que ensejou maiores explorações analíticas.

A juventude dos migrantes assinalada anteriormente, é ainda mais contundente entre os solteiros, o que explica, na lógica do ciclo vital, o fato

destes serem, sobretudo, filhos. Pode-se considerar, associando-se a migração dos filhos solteiros a um movimento preponderantemente familiar, que mais da metade dos solteiros migrantes de Pernambuco (58%) teria se deslocado com a família. Nessa mesma lógica, com essa proporção reduzida em quase vinte pontos percentuais ter-se-ia menor peso da migração familiar nos estados do Sudeste. Novamente aqui os achados são consistentes com a bibliografia (CUNHA, 1994; BILAC, 1997) que associa um padrão de migração mais familiar para deslocamentos de menor distância, uma vez que a migração em Pernambuco é predominantemente intra-regional.

Depois dos filhos, as posições no domicílio que aparecem com maior frequência dentre aqueles que migraram solteiros são, respectivamente, as de “chefe” e “cônjuge”, ambas bem diferenciadas por sexo. Embora os homens predominem na primeira posição, o número de mulheres que migraram solteiras e que se apresentam como chefes de domicílio no final do período analisado, não é desprezível. Uma característica particular a esse grupo de mulheres é a invariância na sua participação com o tempo de residência, sugerindo que, dentre as migrantes solteiras, aquelas que se inserem como chefes aparentemente já migraram nessa posição. Para as outras posições no domicílio, pode-se inferir que o

tempo de residência seja uma variável importante para a análise da inserção no domicílio já que mostram alterações quando se compara o tempo de permanência no destino. Neste último caso estão as empregadas domésticas com residência no emprego, cujas participações se reduzem à medida que aumenta o tempo de residência no destino.

As mulheres que migraram solteiras e são chefes de domicílio são encontradas de forma mais significativa nos movimentos intra-estaduais realizados nos estados do Sudeste, o mesmo acontecendo com as solteiras referidas no domicílio como filhas do chefe. Ressalta-se novamente para essa posição o peso da migração familiar, uma vez que a grande maioria dessas filhas faz seu deslocamento simultaneamente ao do chefe do domicílio.

As empregadas domésticas residentes no emprego, contrariamente às filhas, estão majoritariamente em domicílios cujos chefes são não migrantes. Em São Paulo e no Rio de Janeiro elas vêm, principalmente de outras regiões, em deslocamentos de maior distância. Entretanto, em Pernambuco, os movimentos intra-regionais e intra-estaduais são os que apresentam maiores proporções de empregadas domiciliadas na residência do chefe. Esses achados reforçam a idéia de migração individual das

mulheres que migram como empregada doméstica, além de indicar ser o Nordeste a principal região de origem dessa mão de obra.

O conjunto de informações acima sugere que uma maior autonomia - pensada como a realização do deslocamento individual -, passa a ser mais verossímil dentre as mulheres que migraram ainda solteiras que se colocam como chefes, acrescidas das que se inserem como empregadas domésticas.

Infelizmente, para aquelas que migraram casadas e separadas, os dados não permitem a verificação de mudança em seu estágio conjugal após a migração. Isto posto, os contingentes analisados nessas duas condições conjugais está subestimado, pois as informações censitárias só possibilitaram incorporar no estudo aquelas cuja situação conjugal após a migração era conhecida, ou seja, as que permaneceram no mesmo estado conjugal em que migraram. Ressentem-se especialmente dessa limitação estudos que poderiam ser realizados para verificar relações entre a migração e a manutenção da situação conjugal no destino.

Consequentemente, as análises para as mulheres que migraram enquanto casadas ou separadas perdem um pouco sua riqueza. Ainda assim, resultam achados interessantes. A principal característica dos indivíduos que migraram separados no período 1981/1991 é a seletividade por sexo. Apesar de constituído principalmente por mulheres, com razões de sexo

inferiores a 40, esse grupo tem pouca representatividade na população migrante. Entretanto, a condição de chefia – inserção que concentra a maior parte dessas migrantes – se comporta de forma distinta em relação ao tempo de residência se compararmos com as migrantes solteiras. Assim, as chefes que migraram separadas se mostram mais suscetíveis ao tempo de adaptação no destino que as suas correspondentes solteiras. Para estas últimas não há praticamente diferença na participação quando se comparam as migrantes totais e recentes enquanto que para as separadas há um acréscimo na participação de quase oito pontos percentuais na condição de chefes. Ou seja, enquanto que as mulheres que migraram solteiras parecem já migrar na condição de chefia, o mesmo não acontece para as separadas, uma vez que, para elas, essa posição no domicílio aumenta como passar do tempo, numa indicação de existência de apoio nessa migração, já que diminuem as participações das outras condições de inserção (exceto as filhas).

As migrantes separadas que se inserem no emprego doméstico apresentam as mesmas características migratórias das solteiras que também se encontram nessa condição, isto é, chegam ao Sudeste, principalmente, oriundas de outras regiões do país e no Nordeste vêm da própria região, quando não do próprio estado. Outro aspecto interessante da migração das

mulheres separadas percebido em Pernambuco, no caso das que são filhas dos chefes de domicílio, é a indicação de agregação ao núcleo familiar de origem, especialmente na modalidade intra-regional. Ainda no caso das filhas, e também para Pernambuco, as informações nos deslocamentos inter-regionais sugerem migração de retorno, já que mais de dois terços delas são filhas de chefes não migrantes.

O panorama dado pela migração das mulheres casadas é consistente com as características de migração familiar já citadas neste trabalho. Em outras palavras, as migrantes casadas se deslocam primordialmente junto com o cônjuge e são mais encontradas nos movimentos de menor distância, tendo como destinos preferenciais outros municípios que não a sede da Região Metropolitana.

Esse quadro traçado acima se completa com as informações sobre a ocupação das mulheres migrantes. Tomando-se os três estados conjugais ao migrar analisados neste trabalho - as solteiras, as casadas e as separadas -, são estas últimas as que apresentam as maiores taxas de ocupação. Entretanto, distinguindo-se as migrantes solteiras segundo a posição no domicílio vê-se que as chefes são detentoras da maior participação. Em contrapartida, são as mulheres cônjuges as que menos participam do mercado de trabalho, enquanto ocupadas, especialmente as que já migraram

nessa condição. Estas últimas, juntamente com aquelas que migraram separadas caracterizam-se também por um perfil ocupacional mais precário no mercado de trabalho.

O emprego doméstico se confirma como início de vida laboral no destino para parcela significativa das migrantes, pois nos três estados analisados, o peso dessa ocupação se reduz à medida que aumenta o tempo de residência. Essa inserção no domicílio tem uma característica migratória dada mais pela sua condição de mão de obra do que por seu estado conjugal, pois a origem principal das migrantes inseridas no domicílio nessa condição é o Nordeste.

Embora contribuindo para esclarecer aspectos sobre a migração feminina, este trabalho está longe de esgotar as possibilidades de estudo sobre o tema. Ao contrário, espera-se que ele suscite maior interesse sobre essa questão. Os resultados encontrados revelam a grande potencialidade das informações censitárias, em especial as sobre nupcialidade contidas no censo de 1991, para aprofundamento do conhecimento sobre o tema e realçam a importância e especificidades dos deslocamentos de mulheres, nem sempre atrelados à família. A permanência dessas variáveis no questionário do censo e a incorporação de informações sobre escolaridade que possibilitem verificar a evolução do nível de escolarização dos

migrantes no destino seria uma importante colaboração para aprofundar essas questões.

Bibliografia

ALEXANDER, J.T.; DONATO, K.M.; GABACCIA, D.R.; LEIONEN, J. **Gender Ratios in Global Migrations, 1850 – 2000. April, 2008** Disponível em: <<http://paa2008.princeton.edu/download.aspx?submissionId=80505>>. Acesso em: 2008.

ANDRADE, A. S. C.; DEDECCA, C. S. Gênero, migração e trabalho nos mercados metropolitanos das Regiões Nordeste e Sudeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores na migração recente- Brasil, 1980-1996. **Textos NEPO 35**, Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

_____. Juventude e movimentos migratórios no Brasil. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, v.1. 1998. p.21-70.

BERQUÓ, E.; OLIVEIRA, M. C.; CAVENAGHI, S. Arranjos familiares não canônicos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1990. p.99-135.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. 2002. (Mimeo).

_____. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/ UNICAMP, 1997. p.177-260.

BILSBORROW, R. E. Issues in the measurement of female migration in developing countries. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993a.

_____. U.N. Secretariat. Internal female migration and development: an overview. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration.** New York: United Nations, 1993b.

BOYD, M. **Women in international migration: the context of exit and entry for empowerment and exploitation.** Commission on the status of women: high level panel on the gender dimensions of international migration. New York: United Nations, 2006.

_____; GRIECO, E. **Women and migration:** incorporating gender into international migration theory. 2003. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org>>. Acesso em: 2003.

BRUSCHINI, M. C. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP; NEPO/UNICAMP, 1998.

_____. Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985-1995. **Textos FCC 17**, São Paulo: FCC/DPE, 1998.

_____; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu.. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1996. p.483–516.

_____. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. **Textos FCC 1/89.** São Paulo: FCC/DPE, 1989.

CAKLEY, A. P. The role of wage differentials in determining migration selectivity by sex: the case of Brazil. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration.** New York: United Nations, 1993. p.258-269.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v.15, n.2, p.45-65, jul./dez,1998.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Fundação da Editora UNESP (FEU), 2002.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Análise demográfica da Região Centro-Leste. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.279-350

CASTRO, M. G . Trabajo versus vida: las inmigrantes colombianas en Nueva York in Bonilla, E. (org.) **Mujer y familia en Colombia**. Bogota: Plaza y Janes Ed. 1985. p. 129-176.

CHANT, S. Gender and migration. In: CHANT, S.; Craske N. (Eds.) **Gender in Latin America**. London: Latin America Bureau, 2003. p.228-253

CUNHA, J. M. P. Aspectos demográficos da estruturação das Regiões Metropolitanas brasileiras. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.) **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.19-46.

_____. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças migratórias no Brasil no período 1970/1991: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.227-260.

_____; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.117-167.

_____. **Mobilidade espacial e expansão urbana:** o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1994. 300f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração e trabalho: uma abordagem não algoz. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

DONATO, K. M. Current trends and patterns of female migration: evidence from Mexico. **International Migration Review**, New York, v.27, n.4, p.748-771, 1993.

EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna.** Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FINDLEY, S. E. **Women on the move:** perspectives on gender changes in Latin America. Belgium: IUSSP, 1999. (Gender in Population Studies - Series Edited by Antonella Pinnelli).

GARCIA, B.; CAMARENA, R. M.; SALAS, G. Mujeres y relaciones de género en los estudios de población. In: GARCIA, B. (Coord.). **Mujer, género y población en México.** México: El Colegio de México/Sociedad Mexicana de Demografía, 1999.

GOZA, F. W.; RIOS-NETO, E. E.; VIEIRA, P. The consequences of temporary out-migration for the families left behind: the case of Jequitinhonha Valley, Brazil. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration.** New York: United Nations, 1993. p.301-321.

GRASMUCK, S., PESSAR, P. **Between two islands: Dominican international migration**. Berkley: Univ. California, 1991

GRIECO, E.M; BOYD M. **Women and migration**: Incorporating gender into international migration theory. Center for the Study of Population, Florida State University, Working Paper, 1998. p.98-139. Disponível em: < <http://www.fsu.edu/~popctr/papers/floridastate/1998.html>>. Acesso em: 2003.

GUIMARÃES NETO, L. O mercado de trabalho na década perdida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n.3-4, p.6-15, jul./dez.1990.

GURAK, D. T.; KRITZ, M. M. Social context, household composition and employment among migrant and nonmigrant dominican women. **International Migration Review**, New York, v.30, n.2, p. 399-421, 1996.

HEROLD, J. M. Female migration in Chile: types of moves and socioeconomic characteristics. **Demography**, v.16, n.2, p.257-277, 1979.

HUGO, G. **Gender and migrations in Asian countries**. Belgium: IUSSP, 1999. (Gender in Population Studies - Series Edited by Antonella Pinnelli).

_____. Migration as a survival strategy: the family dimension of migration. In: POPULATION DISTRIBUTION AND MIGRATION, 1993, Santa Cruz, Bolivia. **Proceedings of the United Nations expert meeting on population distribution and migration**. New York: United Nations, 1998. p.139-149.

_____. Migrant women in developing countries. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993.

JACQUET, C. Projetos matrimoniais e escolhas migratórias: o caso das empregadas domésticas de Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 2000.

JIMÉNEZ, E. Unha revisión crítica das teorías migratorias desde a perspectiva de xénero. **Estudios Migratorios**, 5, p.113-138, 1998.

JONES, G. The role of female migration in development. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993.

KANAIAUPUNI, S. M. Reframing the migration question: an analysis of men, women, and gender in Mexico. **Social Forces**, The University of North Carolina Press, v.78, n.4, p.1311-1348, 2000.

KHOO, S. E.; SMITH, P. C.; FAWCETT, J. T. R. Migration of women to cities: the Asian situation in comparative perspective. **International Migration Review**, New York, v.18, n.4, p.1247-1263, 1984. (Special Issue - Women in Migration).

LEONE, E. T. Mudanças no trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: NEPO/UNICAMP; ABEP, 1998. p.85-110.

_____. Trabalho da mulher e renda familiar na Região Metropolitana de São Paulo. In: In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1996. p.535-546.

LIM, L. L. The structural determinants of female migration. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993.

LOPES, J. B.; GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n.1, p.100-109, jan./mar.1990.

LÓPEZ, M. P.; IZAZOLA, H. E.; GÓMEZ DE LÉON, J. Characteristics of female migrants according to the 1990 census of México. In: **INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES**, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration**. New York: United Nations, 1993. p.133-153.

LYRA, M. R. S. B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco**. Campinas, 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.

_____. MARTINE, G; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.1, n.1/2, p.99-143, jan./dez.1984.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.15, n.1, p.125-132, jan./jun.1998.

MONTALI, L.; LOPES, G. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. Família, trabalho e migração. In: PATARRA, N. et al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.261-318.

MORA, L. **Las fronteras de la vulnerabilidad: género, migración y derechos reproductivos.** Conferencia hemisférica sobre migración internacional: derechos humanos y trata de personas en las Américas. Santiago de Chile, 2002.

MOREIRA, M. M.; MOURA, H. A. Análise demográfica da região Norte. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.61-152.

MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, New York, v.18, n.4, p.886-907, 1984. (Special Issue - Women in Migration).

OLIVEIRA, O. Migración femenina, organización familiar y mercados laborales en México. **Comercio Exterior**, México, v.34, n.7, p.676-687, jul./1984.

ORTIZ, V. Migration and marriage among Puerto Rico women. **International Migration Review**, New York, v.XXX, n.2, p.460-484, summer/1996.

PATARRA, N.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.1-43.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. et al, **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980-1993.** Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.25-52.

PIZARRO, J. M. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres e el género.** Santiago de Chile: CELADE, 2003 (Serie Población y Desarrollo, 44)

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração (1885). In: MOURA, H. A. **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, tomo 1, 1980. p.19-88.

RECCHINI DE LATTES, Z.; MYCHASZULA, S. M. Female migration and labour force participation in a medium-sized city of a highly urbanized country. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration.** New York: United Nations, 1993. p.154-177.

SINGELMANN, J. Levels and trends of female internal migration in developing countries. In: INTERNAL MIGRATION OF WOMEN IN DEVELOPING COUNTRIES, 1991, Aguascalientes, México. **Proceedings of the United Nations expert meeting on the feminization of internal migration.** New York: United Nations, 1993.

SUMMERFIELD, H. Patterns of adaptation: somali and bangladeshi women in Britain. In: BUIJS, G. **Migrant women:** crossing boundaries and changing identities. London: Berg, 1996. p.83-98.

SZASZ, I. La perspectiva de género en el estudio de la migración femenina en México. In: GARCIA, B. (Coord.). **Mujer, género y población en México.** México: El Colegio de México/Sociedad Mexicana de Demografía, 1999.

_____. **Mujeres inmigrantes y mercado de trabajo en Santiago.** Santiago de Chile: CELADE, 1994.

_____. Migración y género: aportes de la perspectiva antropológica. México, 1993. (Mimeo). (Ponencia presentada en la Sesión La Antropología en la Investigación Sociodemográfica, Coord. Prof. Susana Lerner; XIII Congreso Internacional de Ciencias Antropológicas y Etnológicas, 29/07 a 06/08).

TIENDA, M.; GLASS, J. Household structure and labor participation of black, hispanic and white mothers. **Demography**, v.22, n.3, p.381-394, 1985.

VILLA, M. E.; RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas durante la segunda mitad del siglo XX. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Año XXV, n.65, p.17-110. Jun./1997.